



Instituto Politécnico de Leiria

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

***A identidade e o património imaterial saloio: contributos
para a criação de uma oferta turística sustentável.
O caso do concelho de Mafra.***

Ana Lúcia Rodrigues Fernandes Vaz

Setembro 2015



Instituto Politécnico de Leiria

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

***A identidade e o património imaterial saloio: contributos
para a criação de uma oferta turística sustentável.
O caso do concelho de Mafra.***

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Turismo e Ambiente

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do
Professor Doutor João Viljoen de Vasconcelos

Ana Lúcia Rodrigues Fernandes Vaz

Setembro 2015

A identidade e o património imaterial saloio: contributos para a criação de uma oferta turística sustentável. O caso do concelho de Mafra.

DIREITOS DE CÓPIA

Ana Lúcia Rodrigues Fernandes Vaz

Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar

Instituto Politécnico de Leiria

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o Instituto Politécnico de Leiria têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou em forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Ao meu filho.

À memória de Rita Rocha.

Agradecimentos

Em primeiro lugar um agradecimento muito especial ao meu orientador, o Professor Doutor João Viljoen de Vasconcelos, pela orientação, pelas sugestões sábias e conhecimentos, estímulo, disponibilidade, paciência e sobretudo pela confiança demonstradas ao longo deste percurso.

O meu agradecimento também ao Professor Doutor Sérgio Araújo Almeida, pelas palavras de incentivo e interesse evidenciado.

Agradeço à Câmara Municipal de Mafra pela colaboração neste trabalho, nomeadamente à Dra. Célia Fernandes, Vereadora do Turismo, e à Dra. Maria Manuel Bringel, do Departamento Cultural, que tão amavelmente me receberam.

O meu agradecimento a todos os artesãos que participaram neste trabalho pela simpatia, colaboração, interesse e partilha de histórias de vida.

Agradeço igualmente à minha colega de mestrado Salete Silva, pela entajuda, incentivo e sobretudo amizade.

Por último, mas não menos importante, o meu reconhecido agradecimento à minha família, nomeadamente aos meus pais e aos meus sogros pelo apoio, incentivo e disponibilidade. Sendo o meu filho pouco mais do que bebé quando esta jornada começou, foram muitas as vezes me substituíram para que eu pudesse frequentar e concluir este mestrado.

Um agradecimento muito especial ao meu filho Lourenço por todos os abraços que me deu sobretudo nos momentos de menor ânimo, e meu marido, Ricardo, que sempre me incentivou e apoiou, criando condições para que este trabalho fosse possível. Sem eles eu não teria chegado até aqui.

Gostaria de dedicar este trabalho ao meu filho, a minha inspiração para tentar ir sempre um pouco mais além do aquilo que julgo possível.

Gostaria também de dedicar este trabalho à memória de Rita Rocha, cuja amizade tive o privilégio de ter e a qual me irá sempre acompanhar.

A todos me sinto grata. Obrigada!

Resumo

Dada a percepção de que a cultura se encontra na base identitária de uma comunidade e que o património cultural imaterial constitui a dimensão intangível da mesma, bem como a constatação que muitas das práticas sociais e modos de vida tradicionais encontram-se em risco de desaparecimento, reveste-se de importância a elaboração de contributos que possibilitam a valorização desse mesmo património imaterial através de processos que participam ativa, que permitam à comunidade local expressar não só o que considera ser representativo desse mesmo património cultural imaterial como criar formas de o efetivar de acordo com aquelas que são as suas preferências.

O turismo, ao possibilitar o envolvimento e participação da comunidade local, enquanto representantes do património cultural imaterial pode constituir uma ferramenta para a valorização e preservação da herança culturalmente viva, contribuindo para a sustentabilidade local.

Este trabalho tem por objetivo a valorização do património cultural imaterial associado à identidade saloia do concelho de Mafra enquanto contributo para um turismo mais sustentável. Foi elaborada uma base de dados constituída pelos artesãos locais, realizados questionários para aferição de expectativas e formas preferenciais de envolvimento em iniciativas turísticas, aplicados critérios para seleção dos artesãos locais considerados representativos da herança viva e realizadas entrevista semiestruturadas para aferição do nível de envolvimento e participação da comunidade local. Os resultados obtidos permitem a proposta de uma rede de artesãos locais que constituem a base de um produto turístico assente na valorização do património imaterial saloio e na participação ativa, em consonância com a estratégia de desenvolvimento turístico do concelho e contribuindo para uma melhoria da sustentabilidade local.

Palavras-Chave: Identidade; Património Cultural Imaterial; Turismo Sustentável; Sustentabilidade;

Abstract

Given the perception that culture is the identity base of a community and that intangible cultural heritage is the immaterial dimension of it, as well as the realization that many of the social practices and traditional ways of life are at risk of disappearing, is of major importance the formulation of contributions that allow the appreciation of intangible heritage, through active participation processes, enabling the local community to express not only what it considers to be representative of that intangible cultural heritage but also by creating ways to accomplish so, according to their preferences.

Tourism, by allowing the involvement and participation of the local community, as representatives of the intangible cultural heritage, can be a tool for the enhancement and preservation of the living heritage, contributing to local sustainability.

This work aims the valorization of intangible cultural heritage associated with “saloia” identity of Mafra municipality as a contribution to a more sustainable tourism. A local craftsmen database was created, conducted surveys to assess expectations and preferred ways of involvement in tourism initiatives, a four step criteria was applied for the selection of local artisans considered representative of the living heritage and conducted semi-structured interviews to measure the level of involvement and participation of the local communities. The results allows the proposal of a network of local craftsmen who forms the basis of a tourist product based on the valuation of “saloio” intangible heritage and on active participation, in line with the tourism development strategy of the municipality and contributing to an improvement of local sustainability .

Keywords: Identity; Intangible Cultural Heritage; Sustainable Tourism; Sustainability;

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

AML - Área Metropolitana de Lisboa

CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal

CMM - Câmara Municipal de Mafra

COS - Carta de Ocupação do Solo

DGT - Direção Geral do Território

ICH - Intangible Cultural Heritage

INE - Instituto Nacional de Estatística

MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMT - Organização Mundial de Turismo

PDM - Plano Diretor Municipal

PETM - Plano Estratégico do Turismo para o concelho de Mafra

TNM - Tapada Nacional de Mafra

UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

UNEP - United Nations Environment Programme

WCED - World Commission on Environment and Development

WTO - World Tourism Organization

Índice Geral

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Enquadramento conceptual	7
1.1 - Cultura e Identidade Local	9
1.2 - Sustentabilidade Cultural e Turismo	12
1.3 - Património Cultural Imaterial: evolução do conceito e a Convenção da UNESCO	19
1.4 - O envolvimento das comunidades e o Turismo.....	26
CAPÍTULO II - Caso de estudo: o concelho de Mafra	35
2.1 - Enquadramento territorial.....	37
2.2 - Breve caracterização do concelho	38
2.3 - Os saloios: conceito e território mafrense.....	39
2.4 - As atividades tradicionais e evolução sociocultural.....	45
2.5 - Património cultural imaterial mafrense.....	52
2.6 - Recursos turísticos do concelho.....	56
CAPÍTULO III - Metodologia.....	61
3.1 - Introdução.....	63
3.2 - Objetivos	64
3.3 - Elaboração de uma base de dados sobre os artesãos locais	65
3.4 - Inquéritos por questionário	66
3.5 - Critérios de seleção.....	67
3.6 - Nível de participação da comunidade e artesãos locais	69
3.7 - Propostas de integração do património imaterial saloio em iniciativas turísticas locais	70
CAPÍTULO IV - Resultados	71
4.1 - Elaboração de uma base de dados sobre os artesãos locais	73
4.2 - Inquéritos por questionário	73
4.2.1 - Caracterização sociodemográfica	74
4.2.2 - Caracterização das artes e ofícios locais	75
4.2.3 - Expectativas e formas preferenciais de envolvimento	83
4.3 - Aplicação dos critérios de seleção	88
4.4 - Níveis de participação da comunidade e artesãos locais.....	89
CAPÍTULO V - Discussão e Proposta de Criação de uma Rede de Artesãos.....	93
5.1 - Discussão de Resultados	95

5.2 - Proposta de Criação de uma Rede de Artesãos	100
CAPÍTULO VI - Contributos para a integração do património imaterial saloio no turismo sustentável local.....	103
CAPÍTULO VII - Conclusões e Considerações finais	109
BIBLIOGRAFIA	115

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Pilares da Sustentabilidade	13
Figura 1.2 - Escada de Participação de Arnstein e tipologias de participação	29
Figura 2.1 - Delimitação das freguesias do concelho de Mafra e enquadramento geográfico	37
Figura 2.2 - Vendedores na EN8 junto às Trouxas (Malveira).....	47
Figura 2.3 - Panorâmica parcial do Núcleo Molinológico da Malveira	49
Figura 2.4 - Pão saloio em padaria com forno a lenha (Alcainça).....	49
Figura 2.5 - Exploração com gado bovino (Mafra)	51
Figura 2.6 - Figurado mafrense	54

Índice de Tabelas

Tabela 4.1 - Perfil sociodemográfico dos artesãos	74
Tabela 4.2 - Tipo de arte/ofício e situação do artesão face à atividade	76
Tabela 4.3 - Processos de aprendizagem e local de laboração.....	78
Tabela 4.4 - Tipologia de produtos associados à identidade saloia.....	79
Tabela 4.5 - Tipologia de produtos não associados à identidade saloia	81
Tabela 4.6 - O turismo como contributo para a dinamização da atividade.....	83
Tabela 4.7 - Disponibilidade para visitaçã.....	84
Tabela 4.8 - Tipologia de visitaçã.....	85
Tabela 4.9 - Formas preferenciais de participação em evento turístico relacionado com a identidade saloia	86
Tabela 4.10 - Artesãos apurados por tipologia de arte/ofício tradicional.....	89

Índice de Gráficos

Gráfico 4.1 - Artesãos excluídos por critério de seleção.....	88
---	----

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado foi elaborada no âmbito do Mestrado em *Turismo e Ambiente* e aborda a temática do turismo enquanto contributo para a valorização do património cultural imaterial associado aos principais traços da identidade local e em consonância com os princípios orientadores da sustentabilidade turística.

A constatação da existência de aspetos ligados ao património cultural imaterial do concelho de Mafra que se encontram em risco de desaparecimento constituiu a pedra de toque para a elaboração da presente dissertação. O património cultural imaterial resulta da herança viva, patente em manifestações que, tendo origem em práticas sociais e modos de vidas ancestrais, são ainda recriadas, manifestadas e transmitidas de geração em geração, constituindo não só uma referência para as comunidades, grupos ou indivíduos que as perpetuam, como fortalecem os sentimentos de pertença e de identidade que os ligam culturalmente.

A identidade que se pretende estudar será a saloia por ser esta que se encontra relacionada com o passado das gentes do concelho de Mafra, território sobre o qual se centra este trabalho de investigação e no qual resido há largos anos. As manifestações do património cultural imaterial, enquanto reflexo das tradições, crenças, valores e teias de significados, encontram-se ligadas aos traços desta identidade, enquanto os seus representantes assim o considerarem. Esta questão, que é basilar ao próprio conceito de património cultural imaterial, encontra-se por isso estreitamente relacionada com a participação da comunidade local, no seu próprio entendimento do que constitui a sua herança cultural. O património cultural imaterial será assim aquilo que os elementos da comunidade considerarem que é representativo do seu passado, praticado no presente e transmitido às gerações futuras.

Este exercício de definição do que é o património cultural imaterial só pode ser desenvolvido no seio da comunidade local, dando voz aos seus representantes. Torna-se por isso essencial assegurar formas de participação que, mais do que permitir a inventariação deste património, permitam a sua valorização e, por essa via, contribuir para a sua existência no futuro.

O turismo, implementado de forma sustentável, mais do que a compatibilização das dimensões ambiental, económica e sociocultural no decurso dos processos de desenvolvimento turístico, alicerça-se na participação ativa de todos os intervenientes, incluindo a comunidade local, e na promoção e construção de consensos em torno da

estratégia turística seguida, podendo por isso contribuir para a preservação do património cultural imaterial e valorização daquela que é a herança culturalmente viva dos elementos da comunidade local.

A presente dissertação, à qual foi atribuído o título *A identidade e o Património Imaterial Saloio: contributos para a criação de uma oferta turística sustentável. O caso do concelho de Mafra* tem por objetivo a valorização do património cultural imaterial associado à identidade saloia do concelho de Mafra através da participação ativa dos seus representantes, nomeadamente dos artesãos locais, em iniciativas turísticas desenvolvidas em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Para tal estabeleceram-se como objetivos a elaboração de uma base de dados constituída pelos artesãos locais existentes no concelho, aferir expectativas e formas preferenciais de envolvimento em iniciativas turísticas, apuramento dos artesãos locais ligados às artes e ofícios tradicionais do concelho, avaliar o nível de envolvimento e participação da comunidade e artesãos locais e a apresentação de propostas para a integração do património cultural imaterial em iniciativas turísticas locais.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi maioritariamente de carácter qualitativo, com base em técnicas de recolha de informação documentais e não documentais. As técnicas de recolha de informação documentais foram utilizadas na fase exploratória, enquadramento conceptual, caracterização do tema e objeto de estudo. Foram igualmente aplicadas técnicas de recolha de informação não documentais de observação indireta através de inquéritos por questionário e entrevistas semiestruturadas

A dissertação encontra-se estruturada em sete capítulos precedidos pela presente parte introdutória, na qual é explicitada a motivação para a sua realização e justificação da escolha do tema, sendo igualmente apresentada uma síntese dos objetivos e da metodologia utilizada, bem como a organização em capítulos.

No primeiro capítulo apresenta-se o enquadramento conceptual e a revisão de literatura que norteou o desenvolvimento deste trabalho. Nele são abordados os conceitos principais que orientaram a presente investigação e bem como as relações existentes entre eles. A presente dissertação tem início com a abordagem dos conceitos de cultura e identidade local, incluindo a sua relação com o espaço territorial sobre o qual se manifestam. Em seguida explora-se a importância da dimensão cultural enquanto componente da sustentabilidade, bem como as relações existentes entre sustentabilidade

cultural e turismo sustentável. É igualmente abordada a importância do património cultural imaterial, evolução e estabilização de conceito, seguindo-se a exploração das relações existentes entre o envolvimento das comunidades locais e as iniciativas turísticas, com enfoque nos níveis e tipologias de participação.

No segundo capítulo é efetuada uma caracterização do território sobre o qual incide o trabalho de investigação, aborda-se o conceito de saloio e o território mafrense que lhe está subjacente, a evolução sociocultural e das atividades tradicionais, o património imaterial do concelho e os principais recursos turísticos existentes.

No terceiro capítulo aborda-se a metodologia utilizada durante a investigação, qual foi sobretudo de carácter qualitativo. São apresentados os objetivos que nortearam a investigação bem como os métodos e técnicas de recolha de informação utilizados para a concretização dos mesmos.

No quarto capítulo apresenta-se os resultados obtidos após a aplicação da metodologia exposta no capítulo anterior nomeadamente os dados obtidos referentes à elaboração de uma base de dados sobre os artesãos locais atualmente existentes no concelho de Mafra e os resultados alcançados a partir da realização de inquéritos por questionário aos artesãos locais, com vista à caracterização sociodemográfica, das artes e ofícios locais bem como expectativas e formas preferenciais de envolvimento. São igualmente apresentados os resultados da aplicação de critérios de seleção para apuramento de artesãos locais considerados representativos da herança culturalmente viva, terminando com a apresentação de resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas com a autarquia de Mafra para aferição da participação da comunidade e artesãos locais em iniciativas turísticas.

No quinto capítulo procede-se à discussão dos resultados alcançados e à elaboração de considerações sobre os mesmos, finalizando com a apresentação de uma proposta de criação de um produto turístico, sob a forma de uma rede de artesãos tradicionais locais, baseada em quatro eixos de análise considerados representativos do património cultural imaterial do concelho e de acordo com o interesse e disponibilidade em participar, manifestada pelos artesãos.

No sexto capítulo analisa-se o enquadramento da proposta de criação da rede de artesãos locais, enquanto produto turístico, na estratégia de desenvolvimento turístico

preconizada pelo município e verifica-se a sua adequação e pertinência enquanto produto turisticamente sustentável.

No sétimo e último capítulo apresenta-se as principais conclusões alcançadas com a realização deste trabalho, bem como as considerações finais e apresentadas algumas das linhas de investigação futuras.

CAPÍTULO I - Enquadramento conceptual

1.1 - Cultura e Identidade Local

O conceito de cultura, sendo basilar e transversal a vários ramos do saber, é recorrentemente debatido, assumindo-se como um conceito dinâmico, aberto a múltiplas abordagens e apropriado por vários domínios. De uma forma simplista, Sousa (2004) define cultura como sendo um conceito que é utilizado para descrever tudo o que não é universal ou idiossincrático.

Para Cucho (1999), a noção de cultura remete para os modos de vida e de pensamento. Sendo um conceito antigo e tendo sido estudado por várias correntes de pensamento, com destaque para o debate franco-alemão entre os séculos XVIII e XX, de acordo com este autor as noções contemporâneas de cultura nas ciências sociais, baseiam-se em duas concepções: a universalista e a particularista.

A concepção universalista foi inicialmente apresentada por Edward Tylor que, em 1871, apresentava a primeira definição de cultura (Tylor, 1871, citado por Cucho, 1999, p.35): “Cultura e Civilização tomados no seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade.” Tylor, considerado o precursor do conceito científico de cultura (Cucho, 1999), introduz assim uma dimensão coletiva na noção de cultura, defendendo que esta não depende da hereditariedade biológica, mas que é adquirida, tendo contudo um carácter e origem inconscientes. Segundo Cucho (1999, p.35), para Tylor a cultura é “a expressão da totalidade da vida social do homem”, demarcando-se assim das definições restritivas e individualistas de cultura.

Visão diferente foi apresentada por Franz Boas (1858-1942) que defende uma concepção particularista de cultura, sendo considerado o mentor do conceito antropológico de cultura e o precursor da etnografia (Cucho, 1999). Segundo Cucho (1999) para Boas, cada cultura caracteriza-se por ser dotada de um estilo próprio e particular, que se revela através da língua, das crenças, dos costumes e da arte. Este estilo particular constitui um “espírito” próprio que cada cultura detém e que influencia o comportamento dos indivíduos, constituindo um vínculo de ligação do indivíduo à sua cultura. Segundo Cucho (1999) ao contrário de Tylor, Boas tinha por objetivo o estudo “das culturas” e não “da cultura”, considerando pouco provável a existência de leis universais de funcionamento

das sociedades e culturas e menos provável ainda a possibilidade de descobrir leis universais sobre a evolução das culturas.

Raymond Willians (1976) citado por Pérez (2009) estrutura o conceito de cultura de acordo com três perspectivas distintas: a antropológica, a sociológica e a estética. Na perspectiva antropológica, a cultura é entendida como modo de vida em que o respeito pelas diferenças culturais é a base para a construção de uma sociedade justa. Desta forma, a dimensão antropológica de cultura assenta não apenas na universalidade, enquanto elemento comum aos seres humanos, mas também no particularismo de culturas enquanto processo de participação e criação coletiva. Na visão sociológica, a cultura é entendida como um campo de conhecimento ligado sobretudo à produção e consumo de atividades culturais, em que os bens culturais são produzidos de forma semelhante a outros bens de consumo, destinando-se também para consumo das massas. Já o conceito de cultura, na sua vertente estética, prende-se com o conhecimento e prática de manifestações artísticas e atividades intelectuais (música, literatura, teatro, cinema, pintura, escultura, arquitetura, etc.) aproximando-se do conceito generalista associado a “Belas Artes”.

Na dimensão antropológica associado ao conceito de cultura parece emergir assim, não apenas uma única cultura mas um conjunto indistinto de culturas. Arantes (2004) refere a esse respeito a existência de várias culturas enquanto redes de significado. Para este autor, a cultura relaciona-se com o conjunto de significados diferenciados, inerentes à ação social e que constituem uma característica própria de um dado grupo ou categoria social, sendo que estes significados podem ser explícitos (através da utilização dos mesmos códigos culturais, como é o caso do vestuário) mas também implícitos nas práticas sociais.

Kupper (1999) citado por Arantes (2004) sintetiza o consenso alcançado, no domínio da Antropologia, relativamente à problemática cultural em três grandes pontos. Por um lado, as culturas, enquanto redes de significados, resultam de convenções socialmente transmitidas, não sendo por isso fruto de capacidades e características herdadas biologicamente. Por outro são dinâmicas e mutáveis, passíveis de evolução, discussão e reinvenção por parte dos seus atores. Por último, referem-se a ideias e valores, os quais se encontram alicerçados em significados (associados a práticas ou objetos pessoais) e em sistemas de conhecimento.

A abordagem do conceito de cultura e a transposição para culturas, enquanto representações dos significados simbólicos, modos de estar e viver de grupos diferentes, não pode ser dissociada da noção de identidade. Para Cuche (1999), os conceitos de “cultura” e “identidade” são duas abordagens diferentes para a mesma realidade. Sendo inequívoco a existência de uma estreita ligação entre estes dois conceitos, Cuche (1999) defende que a cultura depende, em grande parte, de processos inconscientes, ao passo que a identidade remete para uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas. A identidade é, por isso, um conceito dinâmico, fluido e relacional: “A identidade é tão difícil de se delimitar e de se definir, precisamente devido ao seu carácter multidimensional e dinâmico. É isto que lhe confere a sua complexidade mas também o que lhe dá flexibilidade. A identidade conhece variações, presta-se a reformulações e até a manipulações.” (Cuche, 1999, p.196).

Concebendo a existência de várias culturas, e vivendo atualmente numa era dita “global”, as questões ligadas à cultura e identidade local têm assumido uma importância cada vez maior, prefigurando-se como elementos estruturadores de territórios e basilares na construção de modos de vida sustentáveis. Para Featherstone (1993) o processo de globalização conduziu a uma redução da escala de análise do mundo, reduzindo-o ao nível da localidade, enquanto lugar singular e único e ao qual está associado um sentido de fragilidade, finitude e vulnerabilidade à ocorrência de danos irreparáveis. Desta forma, e para este autor, a cultura local é percecionada como uma particularidade, que se opõe ao global, um espaço relativamente pequeno, dentro do qual a comunidade se envolve em relações próximas no seu quotidiano. **O saber fazer e as práticas sociais são uma forma de expressão da cultura local, através da qual se define a identidade e se estabelecem relações entre indivíduos e grupos.**

O território, enquanto espaço geográfico no qual as relações sociais se desenvolvem, constitui por isso um elemento agregador do sentido de identidade. Albagli (2004) refere a este respeito que uma das primeiras marcas de apropriação e de identidade territorial resulta da atribuição de uma nomeação ao território. A identificação do território transmite sua existência a outros, fazendo referência a uma porção precisa da superfície terrestre e dando ao “exterior” uma visão unitária, coesa, daquele espaço geográfico, fortalecendo o sentimento de identidade e de pertença. Desta forma, a identidade resulta de construções culturais consubstanciadas em sentimentos profundos que são vivenciados num dado território e que constituem referências pessoais e sociais estruturantes (Arantes, 2004).

A aceleração dos ritmos de vida e a proliferação do que Augé (1992) denomina por “não-lugares” são passíveis de promover a importância da dimensão simbólica da identidade local. Num mundo cada vez mais impessoal e globalizado, a emergência de territórios que se destaquem pelas expressões da sua cultura local, em que os indivíduos se reconheçam como fazendo parte desse lugar, da sua história (enquanto pontos estruturantes e de referência) e estabelecendo entre si relações (com o território, com os que lhes são próximos e com os outros) constituem lugares que não se apagam e cujo sentido se encontra inscrito e é simbolizado, denominados por “lugares de memória” ou “lugares com nome”. Para este autor (Augé, 1992, p.65) “Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar.” Os não-lugares serão assim fruto da sobremodernidade, espaços descaracterizados e cujas relações prendem-se com certos fins (aeroportos, trânsito, tempos livres, etc.).

A identidade local parece estar assim intrinsecamente relacionada, por um lado com o território sobre o qual se estabelecem relações sociais e se desenvolvem sentimentos de pertença, os quais constituem referências simbólicas e estruturantes dos modos de vida e de pensamento, e por outro com a nomeação, o *lugar com nome* que Augé (1992) refere, a identificação do território sob a forma de um nome que de alguma maneira traduza essa mesma identidade local.

A cultura, enquanto forma de expressão de modos de vida tradicionais e práticas locais, resultante de processos de conhecimento transmitidos ao longo do tempo e sobre os quais indivíduos e comunidades nutrem sentimentos de identidade e pertença, encontra-se atualmente no centro das atuais discussões sobre sustentabilidade, evidenciando uma mudança de paradigma.

1.2 - Sustentabilidade Cultural e Turismo

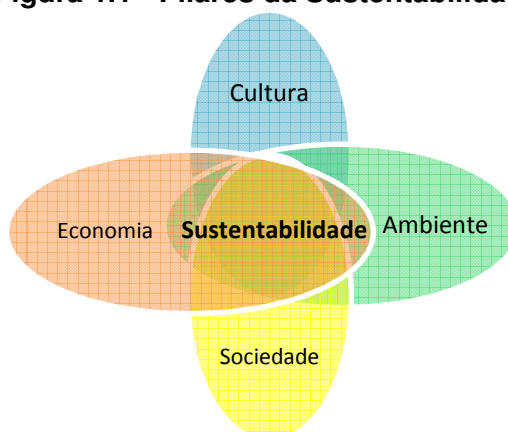
A tomada de consciência mundial sobre a existência de efeitos negativos, decorrentes do crescimento e desenvolvimento desregrados, provocou uma mudança de paradigma na forma como as lideranças mundiais pretendem construir o futuro. Esta mudança consistiu na introdução dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, os quais assentam na inter-relação e interdependência das questões ambientais,

económicas e sociais, as quais extravasam fronteiras geográficas e horizontes temporais (WCED, 1987).

A dimensão cultural do desenvolvimento sustentável é usualmente considerada de forma agregada às questões sociais, sendo difícil de delimitar onde termina a componente social da sustentabilidade e começa a dimensão cultural. Contudo, a importância da componente cultural nos processos de desenvolvimento sustentável tem vindo a ganhar dimensão e relevância, sobretudo desde o início do século XXI, sendo considerada por muitos como o quarto pilar da sustentabilidade.

Um dos primeiros autores a introduzir a cultura como quarto pilar da sustentabilidade foi Hawkes (2001) que considera que uma sociedade sustentável depende de uma cultura sustentável, a qual constitui o suporte para tudo o resto: “O capital cultural é a cola que mantém uma sociedade unida; o capital social é o lubrificante que permite que esta funcione sem problemas” (Hawkes, 2001, p.18). Este autor advoga que uma sociedade saudável depende antes de mais de uma cultura viva, aberta e partilhada entre as comunidades que a compõem, pelo que a sustentabilidade apenas pode ser alcançada quando toma em consideração a cultura. Desta forma a sustentabilidade assentaria não em três mas em quatros pilares de sustentabilidade (Figura 1.1), com a introdução da cultura como uma dimensão separada e distintas das demais e com implicações na forma como as políticas de planeamento devem ser pensadas. Para este autor a sustentabilidade resulta assim da inter-relação entre a vitalidade cultural, a equidade social, a responsabilidade ambiental e a viabilidade económica.

Figura 1.1 - Pilares da Sustentabilidade



Fonte: elaboração própria com base em Hawkes (2001)

A UNESCO tem desempenhado um papel de suma importância na afirmação da cultura enquanto componente essencial para a sustentabilidade. Em 2005 é publicada a *Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, na qual se defende a integração da diversidade cultural como requisito essencial para o desenvolvimento sustentável, uma vez que a cultura constitui uma característica e um património comum da humanidade, assumindo diversas formas através do tempo e do espaço, manifestando-se na singularidade e multiplicidade de identidades de povos e sociedades.

A importância da cultura enquanto componente fundamental do desenvolvimento sustentável é reafirmada em 2010 com a publicação do documento *O poder da Cultura para o Desenvolvimento* (UNESCO, 2010), no qual se defende que a cultura, enquanto sector de atividade, como património material e imaterial, indústrias criativas e nas diversas formas de expressões artísticas, contribui para o desenvolvimento económico, estabilidade e coesão social e proteção ambiental. Constitui a base da identidade e é o meio através do qual indivíduos expressam a sua capacidade de se autorrealizar, sendo por isso componente fundamental do desenvolvimento sustentável. Esta visão foi formalmente reconhecida pelos 500 participantes de 82 países que aprovaram, em 2013, a Declaração de Hangzhou intitulada *Colocar a Cultura no Centro das Políticas de Desenvolvimento Sustentável* (UNESCO, 2013), na qual é defendida a integração da dimensão cultural nas definições de desenvolvimento sustentável. A cultura é assim considerada o motor do desenvolvimento sustentável, uma vez que o desenvolvimento é ele próprio moldado pela cultura e contexto local, o que determina a sua evolução.

Esta visão holística de sustentabilidade, com inclusão da componente cultural como vetor de desenvolvimento, tem conduzido a amplos debates sobre as relações que se estabelecem entre cultura e turismo, dada a importância da cultura no desenvolvimento da atividade turística. Refira-se a este respeito que, apesar das dificuldades em elaborar estimativas sobre a dimensão do turismo com motivações essencialmente culturais, de acordo com dados divulgados pela OCDE e OMT estima-se que em 2007 o turismo cultural representava 40% de todo o turismo internacional (Publituris, 2015, Junho 5).

O desenvolvimento do turismo, enquanto atividade económica, tem sido responsável pela ocorrência de impactos, positivos e negativos, em diferentes esferas (ambiental, social, económica, cultural) que tornaram evidente a necessidade de repensar a forma como a atividade turística tem vindo a desenvolver-se (Barreto, 2007).

As preocupações com a sustentabilidade da atividade turística conduziram ao surgimento do termo *Turismo Sustentável*. Viana (2012) refere a este respeito que não existe consenso quanto à origem do termo e que são várias as interpretações do mesmo, com múltiplos autores a defenderem pontos de vista diferentes quanto à aceção e abrangência do conceito de *Turismo Sustentável*. Segundo esta autora, não obstante a multiplicidade de definições, a mais divulgada no meio académico é aquela que foi proposta pela OMT, em 1995, a qual define Turismo Sustentável como “aquele ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável, assim com ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitos destinos turísticos (...)”.

A clarificação do conceito de turismo sustentável continua a ser um tema atual, que não deve ser compreendido como uma forma particular de turismo, como muitas vezes é percecionado, mas sim como uma abordagem transversal ao desenvolvimento turístico, aplicável a todos os segmentos turísticos nas suas múltiplas vertentes, pelo que os princípios da sustentabilidade devem ser aplicados a todas as atividades humanas e no turismo, em todas as suas formas (UNEP e WTO, 2005; Weaver, 2005).

A definição conceptual de turismo sustentável atualmente proposta pela OMT (UNEP e WTO, 2005) coloca a tónica da sustentabilidade turística não apenas na compatibilização das dimensões ambiental, económica e sociocultural nos processos de desenvolvimento turístico, mas também na **participação ativa e informada dos principais interessados em todo o processo**, bem como na existência de uma liderança política forte que garanta uma participação alargada e **promova a construção de consensos**.

A UNEP (United Nations Environment Programme) e a WTO (World Tourism Organization) elaboraram em 2005 um documento intitulado *Making Tourism More Sustainable: a Guide for Policy Makers*, no qual unem esforços para condensar os aspetos relacionados com a sustentabilidade do turismo com o objetivo de criar um modelo a partir do qual os governos possam formular e implementar políticas de turismo sustentável, as quais deverão ser trabalhadas lado a lado com todos os principais stakeholders.

Para tal, foi elaborada uma agenda da sustentabilidade turística com o objetivo de constituir uma orientação para a tomada de decisões de política que promovam o

desenvolvimento turístico sustentável, nomeadamente que minimizem os impactos negativos do turismo na sociedade e no ambiente e, simultaneamente, maximizem os contributos positivos do turismo nas economias locais, na conservação do património natural e cultural e na qualidade de vida das comunidades de acolhimento e nos visitantes. A agenda não constitui um modelo pré-definido de ações a desenvolver, mas sim um conjunto de orientações, sob a forma de 12 objetivos, que os governos deverão ter em consideração durante todo o processo de decisão relacionado com o desenvolvimento da atividade turística, de forma a coadunar-se com os princípios do turismo sustentável. Desta forma, a agenda foi concebida para ser utilizada como uma estrutura de trabalho, vocacionada para fornecer orientações sobre o que incluir e considerar durante o processo de tomada de decisão referente à atividade turística, sendo flexível quanto à ordem pela qual poderá ser seguida.

Embora apenas um dos doze objetivos desta agenda se refira especificamente à riqueza cultural (objetivo 8), nele é assinalada a importância capital da diversidade cultural enquanto pilar do desenvolvimento sustentável: “O respeito e a compreensão da diversidade cultural entre nações e povos é o princípio fundamental do desenvolvimento sustentável. O turismo pode ser uma força poderosa para a conservação do património histórico e cultural e pode estimular as artes, o artesanato e outras atividades criativas no seio das comunidades. Ao fornecer uma fonte de rendimento com origem na cultura local, o turismo pode incentivar as comunidades a valorizar mais o seu património cultural.” (UNEP e WTO, 2005, p.38).

É igualmente de salientar a importância dada à participação e envolvimento da comunidade local nos processos de planeamento e tomada de decisão sobre o desenvolvimento da atividade turística (objetivo 6), o qual que vai muito para além da mera promoção de processos de consulta, pretendendo-se sim a capacitação e fortalecimento do poder das comunidades para influenciar as decisões tomadas sobre o desenvolvimento de atividades suscetíveis de as afetar no futuro concomitantemente com a possibilidade de que outros interesses legítimos sejam tidos em consideração.

A componente cultural da sustentabilidade turística, parece assim não se limitar apenas à preservação do património cultural existente, mas relaciona-se sobretudo com a valorização da cultura nas suas múltiplas vertentes, na diversidade cultural e no envolvimento das comunidades e demais atores locais em todo o processo de desenvolvimento turístico, sendo que para Lee (2013) o sentimento de pertença e o

envolvimento da comunidade são fatores críticos que influenciam o apoio manifestado pelas iniciativas de desenvolvimento turístico sustentável.

A esfera humana da sustentabilidade, tantas vezes sacrificada em prol de visões mais economicistas, tem vindo a ganhar relevo à medida que existe uma maior consciencialização de que a cultura e a identidade local constituem a *alma mater* do lugar, devendo por isso ser valorizadas e sobretudo respeitadas, dando voz às comunidades ao longo de todo o processo de tomada de decisões. O desenvolvimento da atividade turística não pode, por isso, ser dissociado da preservação dos recursos endógenos de cada território, os quais têm na cultura e na identidade local os seus mais importantes elementos estruturantes e que constituem a matriz agregadora de sentimentos de pertença, manifestações culturais e modos de vida que, por serem específicos de cada território, são por isso irrepetíveis.

Tal como já foi referido anteriormente, a sustentabilidade da atividade turística não se refere a um único tipo de turismo, é condição do turismo, nas suas múltiplas formas e segmentos (UNEP e WTO, 2005; Weaver, 2005). Este pressuposto relaciona-se com a existência de vários tipos de turismo, os quais segundo Cunha (2001, conforme citado por Moreira, 2010), podem ser identificados quer pelos motivos que levam as pessoas a viajar, quer pelas características e atrativos dos destinos, originando tipologias como turismo de recreio, cultural, de natureza, de negócios, etc.

Contudo, a emergência de tipo de turismo designado como “turismo cultural” resulta um processo evolutivo, e não obstante a referência da cultura subjacente à denominação desta tipologia (turismo cultural), ela é segundo Perez (2009, p.108) percecionada de forma progressiva dentro do próprio conceito de turismo: “Ainda que a natureza cultural do turismo é já antiga, a ligação entre turismo e cultura é relativamente recente e muito mais o conceito de *turismo cultural*”.

Dado que todas as atividades relacionadas com o turismo envolvem algum elemento associado à cultura, existe a tendência generalizada de considerar todo o turismo como sendo “turismo cultural” (Richards, 2009), havendo quase tantas definições de turismo cultural quantos os turistas culturais existentes (McKercher e Du Cros, 2002). Pérez (2009) refere que o turismo cultural poderia ser definido, de forma mais restrita, como sendo um tipo de viagem cuja motivação é unicamente cultural ou educativa, mas que também esta definição apresenta deficiências e carece de consenso.

A vasta abrangência da concepção de turismo cultural é reconhecida pela OMT (2004) que, numa tentativa de definir “turismo cultural” de forma menos ambígua, o descreve como o movimento de pessoas com motivações essencialmente culturais, como sejam visitas de estudo, excursões culturais, visitação a locais e monumentos, bem como as viagens de peregrinação, artes cénicas e festivais, e que inclui o envolvimento com a comunidade de acolhimento naquele que é o seu quotidiano e o contacto com a identidade local.

A identidade local e a transposição do legado histórico nos modos de vida das populações constituem, para muitos autores, a base a partir da qual se constrói o conceito de património cultural. Cruces (1998, citado por Pérez, 2009) refere que o património cultural pode ser entendido como a representação simbólica das identidades dos diferentes grupos, constituindo uma espécie de “emblema” da comunidade, que promove o reforço da identidade e da solidariedade, estabelece limites sociais, encobre disparidades internas e conflitos e constrói imagens da comunidade.

Ainda num passado recente, a noção de património cultural relacionava-se com uma visão imobilizada do mesmo, como algo que se transmite, um legado de conhecimento herdado, de práticas sociais antigas que passam de geração em geração: “Até há pouco tempo, a palavra património, oriunda do *patrimonium* romano, era conotada com significações bastante distintas dos elementos da cultura e da natureza que hoje valorizamos. Tradicionalmente referia-se ao legado tangível deixado pela geração anterior: a propriedade (herança material) privada transmitida de pais para filhos. Mais tarde, o conceito veio aplicar-se também ao intangível: ao conhecimento e a todo o acervo histórico e cultural de uma coletividade.” (Miranda 1998, citado por Carvalho, 2003, p.179).

Esta visão patrimonial da cultura é, contudo, oposta à dinâmica que a própria noção de cultura encerra. Pérez (2009, p.141) refere este respeito que: “ O património cultural é definido muitas vezes como ‘Património’, isto é, como uma herança do passado, mas nem todos os vestígios herdados do passado podem ser património cultural”.

O carácter dinâmico e flexível da identidade defendido por Cuche (1999) pode ser também vertido para a noção de património cultural. É precisamente esta visão dinâmica e evolutiva do património cultural que permite que este seja visto simultaneamente como algo vivo e vivido, e ser, por essa via, um recurso turístico. Relativamente à forma como a

mudança constitui um elemento comum à cultura e ao património cultural, Pérez (2009, p.142) refere: “ (...) a cultura pode ser estudada e conhecida, mas nem toda pode ser patrimonializada, porque senão estaríamos condenados a viver irremediavelmente da mesma maneira que os nossos antepassados. A mudança é inerente à própria noção de cultura, mas também à de património cultural.”

1.3 - Património Cultural Imaterial: evolução do conceito e a Convenção da UNESCO

A cultura constitui a base da identidade, caracterizando-se como uma teia complexa de significados, relações, crenças e valores, materiais e espirituais, comuns a uma sociedade ou grupo, que evolui de forma dinâmica, estando contudo enraizada num território num dado momento no tempo (UNESCO, 2010).

Os primeiros esforços para a proteção do património cultural tiveram início após o final da Segunda Guerra Mundial, através da criação de um conjunto de listas abrangendo a classificação do património material (móvel e imóvel), património natural e mais recentemente o património imaterial, colocando em evidência a existência de inter-relações entre elas, não obstante serem listas distintas (Kirshenblatt-Gimblett, 2004).

O Património Natural inicialmente referia-se apenas a locais com características especiais em termos de beleza natural, mas considerados inalterados pelo Homem. Contudo, a maioria destes locais tem sido de alguma forma modificado ou afetado pela presença humana, o que conduziu a uma mudança na forma como a UNESCO conceptualiza o Património Natural. A abordagem sistémica a uma entidade viva, através da integração de vários aspetos que a compõem, conduziu a um modelo de pensamento que, mais do que criar inventários ou listas, considera o património imaterial como um todo, integrando o valor intangível num sistema vivo, seja ele natural ou cultural (Kirshenblatt-Gimblett, 2004).

Esta mudança na forma como se conceptualiza o património “palpável”, material ou natural, considerando que o património é muito mais do que aquilo que se vê, conduziu contudo, a longas e acesas discussões em torno da definição de património imaterial. Se era claro e relativamente consensual que às noções de Património Cultural e Natural era necessário incluir também a dimensão imaterial do mesmo, já forma de o definir e

caracterizar não era alvo de unanimidade, permanecendo a definição de Património Imaterial por estabelecer durante décadas.

Os primeiros esforços para a criação de instrumentos de proteção do que atualmente se designa como Património Imaterial datam de 1952, desenvolvidos sob a égide da UNESCO e tiveram como ponto de partida o folclore e termos como “cultura tradicional”, “herança oral” e “cultura popular” (Kirshenblatt-Gimblett, 2004; Kurin, 2007). Em 1989, na 25ª Reunião da Conferência Geral da Unesco, é elaborada a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e folclore* evidenciando assim a importância das variadas formas de cultura tradicional e popular, as quais são parte integrante do património e da cultura viva, reconhecendo o interesse na afirmação e manutenção da identidade cultural e procurando salvaguardar aspetos mais frágeis da cultura tradicional, em particular aqueles decorrentes da tradição oral (UNESCO, 1989).

De acordo com a *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e folclore* da UNESCO (1989), a cultura tradicional e popular é definida como “o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas de comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores transmitem-se oralmente, por imitação ou de outros modos. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes”.

Assiste-se assim a uma mudança na forma como o património intangível é definido, incluindo não apenas as obras e a necessidade de salvaguardar tradições em risco de desaparecimento, mas também os mestres que as criam e perpetuam, numa lógica de manter vivas as tradições, apoiando quem as pratica. **A tónica dominante passa assim dos artefactos (lendas, canções, costumes) para as pessoas (artistas, artesãos, curandeiros), seus conhecimentos e competências, hábitos e modos de vida** (Kirshenblatt-Gimblett, 2004).

Em meados da década de 90 do século passado, os efeitos da globalização estão cada vez mais no centro das discussões e preocupações internacionais. A nível mundial são numerosos os observadores culturais que defendiam que as tradições se encontravam desvalorizadas e/ou ameaçadas de extinção, levantando a questão se as tradições, práticas e formas de conhecimento iriam sobreviver à próxima geração (Kurin, 2004).

A tomada de consciência internacional sobre a sobrevivência da cultura a nível local, regional e nacional teve como resultado a organização, por parte da UNESCO, de um conjunto de conferências regionais sobre o tema e que abriram caminho para a implementação de dois programas centrados na importância do património imaterial: *Tesouros Humanos Vivos*, iniciado em 1993 e *Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade*, lançado em 1998. As primeiras 19 obras-primas foram anunciadas somente em 2001, depois de acesos debates em torno dos conceitos de “património oral e imaterial” e “obra-prima”. A implementação destes dois programas colocou em evidência a necessidade de elaboração de instrumentos normativos para proteção do património imaterial, necessidade esta que foi a pedra de toque para a realização de uma nova convenção sobre o tema. Em 2003 é adotada, em Paris, na Conferência Geral da UNESCO, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. No decurso da presente dissertação e por uma questão de simplificação, a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* passará a ser designada apenas por Convenção.

Esta Convenção veio preencher uma importante lacuna no sistema jurídico internacional de proteção ao património cultural, o qual até então se tinha focado exclusivamente na salvaguarda do património tangível (Matsuura, 2004). Reconhece-se assim a importância do património cultural imaterial, definindo-o e confirmando formalmente a necessidade da sua salvaguarda.

No âmbito da Convenção (UNESCO, 2003), o património cultural imaterial é definido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados - que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana”.

O património cultural imaterial é assim definido como **uma herança viva (*living heritage*), que é praticada e transmitida no seio de uma comunidade ou grupo, os quais a reconhecem como sendo identitária, promovendo a sua transmissão a gerações futuras e reconhecendo-se o seu carácter dinâmico**. Alicerça-se no

sentimento de identidade, consubstancia-se no passado comum partilhado e fortalece-se pela prática, transmissão e/ou recriação, presentes ou futuras, de competências, experiências e conhecimentos dos indivíduos, grupos ou comunidades que dessa forma se encontram culturalmente ligados.

De acordo com a UNESCO¹, a importância do património cultural imaterial não reside nas manifestações culturais em si mesmas, mas sim na riqueza de conhecimentos e competências que são transmitidos de uma geração para a seguinte. Desta forma o património cultural imaterial caracteriza-se por ser: (i) simultaneamente tradicional, contemporâneo e vivo; (ii) inclusivo; (iii) representativo e (iv) de base comunitária.

O património cultural imaterial é simultaneamente **tradicional, contemporâneo e vivo**, pois representa não apenas as tradições herdadas do passado mas também as práticas sociais e culturais atualmente existentes, rurais ou urbanas, as quais os diversos grupos culturais consideram como sendo suas. É igualmente **inclusivo**, pois ao constituir-se como uma ligação ao passado, através do presente e para o futuro, contribui para alicerçar sentimentos de identidade e continuidade, promovendo a coesão social e o fortalecimento de sentimentos de pertença e de responsabilidade, que ajuda os indivíduos a sentirem-se parte de uma ou diversas comunidades e da sociedade em geral. O património cultural imaterial não é valorizado apenas como mero recurso cultural em resultado da sua exclusividade ou valor excecional mas sim por ser **representativo** das comunidades, e depender da passagem de conhecimentos de tradições, saberes e costumes de geração em geração, dentro da comunidade ou para outras. Desta forma, apenas tem sentido falar em património cultural imaterial quando este tem por **base a comunidade**, ou seja, quando é reconhecido como tal pelas comunidades, grupos ou indivíduos que criam, mantêm e transmitem as expressões do património cultural imaterial. Sem a aceitação por parte dos indivíduos, grupos ou comunidades, ninguém pode determinar se uma dada expressão ou prática cultural é ou não seu património cultural imaterial. Hafstein (2007, p.8) sintetiza de forma bastante simples e objetiva este último aspeto:

¹ Informação consultada no website da UNESCO: <http://www.unesco.org/culture/ich/>

So what is ICH [Intangible Cultural Heritage]? It is the practices that communities, groups, an individuals recognize as their heritage. It is... what they say it is. In other words, we simply don't know what it is until we go out and ask them.

Para Bortolotto (2007) a introdução da dimensão da temporalidade é a principal inovação associada à definição de património cultural imaterial promovida pela UNESCO, uma vez que esta assenta na ideia de que a intangibilidade da expressão cultural deve ser entendida em termos de tempo (enquanto processo evolutivo) e utilidade (e não apenas para contemplação estética), resultando num espaço simbólico e vivido que é apropriado pelas comunidades locais enquanto agentes de uma memória ativa e coletiva.

De acordo com a Convenção e segundo a informação constante no *website* da UNESCO², cada um destes domínios compreende os seguintes aspetos:

Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial: compreende uma enorme variedade de formas faladas como sejam provérbios, adivinhas, contos, rimas de embalar, lendas, mitos, canções e poemas épicos, encantamentos, orações, cânticos, canções, interpretações dramáticas e outras manifestações similares. As tradições e expressões orais são usados para transmitir conhecimentos, valores culturais e sociais e memória coletiva, desempenhando um papel crucial na manutenção das culturas vivas. A língua, por ser um meio através do qual o património cultural imaterial se transmite, é de importância capital, pelo que apesar de não estar abrangida *per si* no âmbito da Convenção, ela deve ser preservada enquanto vetor de transmissão do património cultural imaterial.

Artes do espetáculo: este domínio abrange a música vocal ou instrumental, a dança e o teatro, bem como outras expressões artísticas mais específicas como sejam a pantomima e os versos cantados, ou outras representações cénico/musicais. Este domínio inclui numerosas expressões culturais que refletem a criatividade humana e que podem ser encontradas, até determinado ponto, em muitos outros domínios do património cultural imaterial, como é o caso da música.

² Informação disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=en&pg=00002>.

Práticas sociais, rituais e eventos festivos: as práticas sociais, os rituais e os eventos festivos são atividades habituais que estruturam a vida das comunidades e grupos, constituindo manifestações que, por serem compartilhadas e reafirmarem a identidade daqueles que as praticam, como um grupo ou uma sociedade, se prefiguram de grande relevância para os seus membros. Estas práticas sociais, rituais ou festivas, podem ser executadas em público ou em privado e estão estreitamente ligadas a eventos importantes tais como assinalar a passagem das estações, eventos do calendário agrícola ou marcos importantes na vida dos indivíduos. Estão intimamente relacionadas com a visão que a comunidade tem do mundo e a perceção da sua própria história e memória. Estas práticas variam desde pequenas reuniões ou encontros a celebrações e comemorações em larga escala, e ainda que cada um destes subdomínios seja por si só muito vasto, observa-se igualmente uma clara sobreposição entre eles. As práticas sociais, rituais e festivas assumem uma variedade alargada de formas: ritos de adoração, ritos de passagem, nascimento, casamento, rituais fúnebres, juramentos de lealdade, jogos e desportos tradicionais, etc. Incluem também uma grande variedade de expressões e elementos físicos como sejam: gestos e palavras especiais, recitações, canções ou danças, roupas específicas, procissões, ou outros similares.

Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo: referem-se ao conhecimento, o saber-fazer, competências, práticas e representações desenvolvidas pelas comunidades na sua interação com o ambiente natural e expressam-se através da linguagem, tradições orais, sentimentos de pertença a um lugar, memórias de espiritualidade e visão do mundo. Os conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo exercem forte influência nos valores e crenças da comunidade e consubstanciam muitas das práticas sociais e tradições culturais, sendo igualmente moldados pelo ambiente natural onde a comunidade se insere e pelas relações que esta desenvolve com o mundo exterior. Este domínio constitui o “coração” da cultura e identidade da comunidade e abrange um vasto número de áreas que incluem a sabedoria ecológica tradicional, o conhecimento indígena, a fauna e flora locais, sistemas de medicina e cura tradicionais, rituais, crenças, ritos de iniciação, cosmologias, xamanismo, ciências esotéricas, ritos de possessão, festivais, línguas e artes visuais.

Aptidões ligadas ao artesanato tradicional: Dos cinco domínios considerados no âmbito da Convenção, aquele onde parece ser mais tangível a manifestação do património cultural imaterial é nas aptidões ligadas ao artesanato tradicional. Contudo,

não dever-se-á reduzir este domínio aos objetos resultantes do artesanato, mas sim aos processos e competências utilizados na produção dos mesmos. Ao invés de colocar o enfoque na preservação dos objetos produzidos artesanalmente, as tentativas de salvaguarda do património cultural imaterial deverão centrar-se em proporcionar condições para que os artesãos possam continuar a exercer as suas artes e a transmitir os seus conhecimentos, competências e saber-fazer a outros, especialmente aos membros das suas próprias comunidades. São inúmeras as expressões das aptidões ligadas ao artesanato tradicional: ferramentas e utensílios, roupas e jóias, figurinos e adereços utilizados em festivais ou artes do espetáculo, objetos destinados ao armazenamento, transporte e abrigo, artes decorativas e objetos rituais, instrumentos musicais e utensílios domésticos, brinquedos recreativos e didáticos. Muitos destes objetos destinam-se a uma utilização efémera, sendo utilizados apenas no evento para o qual foram criados, ao passo que outros são preservados, podendo constituir-se como uma herança que é passada de geração em geração.

Para alguns autores, a própria noção de salvaguarda, inerente à Convenção, é em si mesma controversa, atendendo à natureza dinâmica e evolutiva das práticas culturais associadas ao património cultural imaterial. Kurin (2004) defende que a cultura é mutável e que evolui, sendo que práticas antigas são descartadas quando deixam de ser funcionalmente úteis ou simbolicamente representativas para uma comunidade, realçando que o verdadeiro objetivo da Convenção é promover as práticas culturais tradicionais e os seus praticantes de forma que a estes possam sobreviver e prosperar, mas sem garantir que tal venha a acontecer.

As pessoas, os seus conhecimentos e a forma como transmitem as suas competências e tradições estão na base no conceito de património cultural imaterial, resultante de uma herança viva, tal como refere Cabral (2009, p.43): “Apenas a revitalização de práticas sociais e representações ainda em uso (*living heritage*) está em consonância com a Convenção, ao incidir sobre o património cultural imaterial que as comunidades e grupos ainda praticam”.

Desta forma, a essência daquilo que é o património cultural imaterial refere-se ao que as comunidades consideram ser representativo do seu passado, que se mantém vivo no seu presente e que poderá continuar a existir no futuro enquanto for significativo em termos de identidade para os indivíduos, grupos ou comunidades e que materializa, tanto quanto

a intangibilidade do património cultural o permite, na transmissão de saberes, competências e conhecimentos entre gerações.

1.4 - O envolvimento das comunidades e o Turismo

O desenvolvimento da atividade turística deve coadunar-se com os princípios inerentes à sustentabilidade. Tal como o preconizado por UNEP e WTO (2005), os modelos de desenvolvimento turístico que venham a ser implementados pelos governos devem contemplar políticas de turismo sustentável e ser formulados em parceria com os principais stakeholders (partes interessadas).

Inicialmente aplicada apenas em contexto empresarial, a teoria dos stakeholders assenta na premissa que uma organização possui uma variedade de stakeholders, os quais podem ser um indivíduo ou, mais frequentemente, um grupo de indivíduos que partilham interesses comuns (Freeman, 1984, citado por Garrod *et al.*, 2012), sendo que os interesses de todos os stakeholders têm valor intrínseco, não devendo nenhum interesse em particular sobrepor-se aos demais. (Jones & Wicks, 1999, citados por Garrod *et al.*, 2012).

No que concerne à atividade turística, são vários os stakeholders identificados, os quais partilham múltiplas inter-relações, de entre os quais se destacam seis grupos de atores que desempenham um papel estruturante na promoção do turismo como estratégia para desenvolvimento local: turistas, operadores turísticos, proprietários e gestores de atividades turísticas, fornecedores de recursos turísticos (indivíduos, grupos ou agências com responsabilidades na gestão, controlo ou disponibilização de infraestruturas e recursos turísticos), instituições envolvidas nas políticas de planeamento e ordenamento do território e a comunidade local (Cawley & Gillmor, 2008).

Para Garrod *et al.* (2012), usualmente o envolvimento da comunidade local resulta do facto de esta ser reconhecida como um dos grupos de stakeholders com interesse no desenvolvimento da atividade turística, contudo, segundo Garrod *et al.* (2012), mais do que o reconhecimento, deverá ser avaliada a sua participação em termos de legitimidade e saliência no desenvolvimento da atividade turística.

A legitimidade prende-se com a existência de efeitos decorrentes de um determinado processo de desenvolvimento: todos os indivíduos ou grupos que produzam efeitos ou

sejam afetados pelo desempenho de uma organização são considerados stakeholders legítimos (Freeman, 1984, citado por Garrod *et al.*, 2012), ao passo que a saliência se refere ao grau de relevância dos interesses de um grupo de stakeholders numa organização: “um grupo de stakeholders pode, por exemplo, ser considerado legítimo pela organização - na medida em que os interesses dos stakeholders podem afetar e ser afetados pela tomada de decisão da organização - mas não ser salientes na medida em que tais preocupações não são de gravidade ou urgência suficientes para que os que tomam as decisões na organização sintam necessidade de os atender.” (Garrod *et al.*, 2012, p.1160).

As questões de legitimidade e saliência de um stakeholder encontram-se estreitamente relacionadas as questões de poder (Garrod *et al.*, 2012), sendo que os desequilíbrios de poder encontram-se bem documentados por diversos autores, constituindo um principais desafios que se colocam ao desenvolvimento de processos colaborativos (Aas *et al.*, 2005). Para muitos (Hall, 1999; Taylor, 1995; Tosun, 1998; Tosun, 2000; citados por Aas *et al.*, 2005) o poder frequentemente concentra-se numa estabelecida elite local, em conjunto ou não, com os grupos que mais se fazem ouvir, ao passo que as maiorias silenciosas ou minorias locais tendem a ser suplantadas. Outros autores destacam o facto de o mero envolvimento de todas as partes interessadas não ser suficiente para que os desequilíbrios de poder sejam ultrapassados, uma vez que esta aceção ignora os constrangimentos inerentes à distribuição de poder e fluxos de recursos (Healey, 1998; Reed, 1997; Yuksel *et al.*, 1999, citados por Aas *et al.*, 2005).

A importância do poder conferido a um dado stakeholders parece ser assim suscetível de afetar a forma como este participa no processo de tomada de decisão e está na base da conceptualização de legitimidade e saliência proposta por Garrod *et al.*, (2012). Para estes autores, a legitimidade é decorrente dos efeitos causados ou sofridos por um dado individuo ou grupo, sendo uma noção absoluta, isto é, é determinada pelo facto de um stakeholder efetivamente afetar ou ser afetado pelo desempenho da organização na prossecução dos seus objetivos, independentemente de a organização o considerar legítimo ou não³.

³ A organização será, por sua vez, legitimada quando as preocupações de um dado stakeholder são consideradas durante o processo de tomada de decisão pela organização. (Garrod *et al.*, 2012)

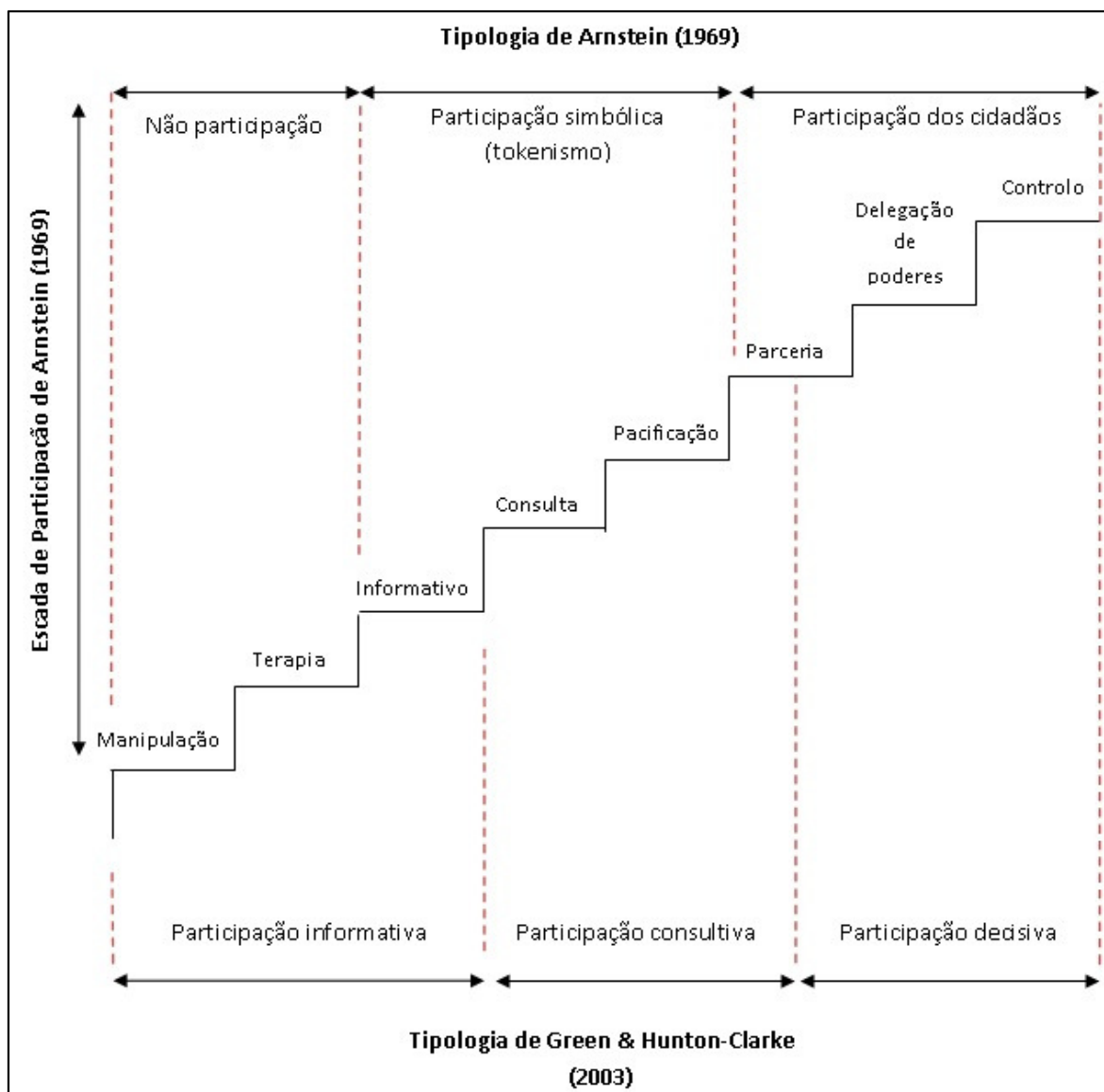
Esta noção absoluta difere da noção de saliência, a qual se caracteriza por ser uma noção relativa, encontrando-se ligada aos diferentes graus de poder existentes:“(...) stakeholders legítimos terão diferentes graus de saliência na tomada de decisão da organização. Isto depende do poder relativo que cada grupo tem para fazer a organização atender às suas preocupações e do poder que a organização possui para ignorar essas preocupações, bem como da gravidade ou urgência dessas preocupações para a organização. Saliência é assim uma noção relativa e pode variar ao longo do tempo à medida que os equilíbrios de poder mudam (...)” (Garrod *et al.*, 2012, p.1162).

As questões de legitimidade e saliência assumem particular importância quando se analisa a integração da comunidade local nos processos de desenvolvimento turístico (Garrod *et al.*, 2012), sendo que muitos autores (Andereck & Vogt, 2000; Sautter & Leisen, 1999; Timothy,1999; citados por Garrod *et al.* 2012) argumentam que é extremamente difícil concretizar projetos turísticos sem envolver todos os implicados nos mesmos desde as etapas iniciais, o que sugere que não só a comunidade local constitui um stakeholder legítimo nos processos de planeamento turístico, como é igualmente um stakeholder relativamente saliente (Garrod *et al.* 2012).

Deste modo, uma das formas de estimar o envolvimento da comunidade em processos de desenvolvimento turístico consiste no desenvolvimento de técnicas e aplicação de medidas que traduzam a colaboração e o grau de integração dos interesses da comunidade local na tomada de decisão (Aas *et al.* 2005; Garrod *et al.* 2012).

Uma das primeiras propostas de conceptualização das relações existentes entre stakeholders e os níveis de participação cívica na tomada de decisão foi apresentada em 1969 por Arnstein (Aas *et al.*, 2005; Garrod *et al.*, 2012), a qual consiste na definição de oito níveis de participação dos cidadãos, os quais se encontram dispostos numa escala categórica, em que cada tipologia corresponde a uma hierarquização do poder dos cidadãos na decisão de um plano ou programa. Desta forma a “Escada de Participação dos Cidadãos” proposta por Arnstein (1969) ilustra os diferentes níveis de participação, em que o poder dos cidadãos nos processos de tomada de decisão vai aumentando à medida que se caminha para o topo da mesma (Figura 1.2).

Figura 1.2 - Escada de Participação de Arnstein e tipologias de participação



Elaboração própria com base em Garrod *et al.* (2012)

De acordo com o modelo proposto por Arnstein (1969) os dois degraus mais baixos de participação dos cidadãos são a (1) Manipulação e (2) Terapia e correspondem a estratégias de que têm apenas por objetivo manipular o grupo de stakeholders, sendo por isso considerados como pertencentes à tipologia de “Não participação”. O seu verdadeiro móbil não se prende com uma participação genuína, mas sim em permitir que os stakeholders com mais poder “eduquem” ou “curem” os participantes (Arnstein, 1969).

Os degraus intermédios da escada de Arnstein (1969) correspondem a um progresso, evoluindo para estratégias de “Participação simbólica” que se traduzem por níveis de participação (3) Informativa, (4) Consultiva e de (5) Pacificação. Nesta tipologia de “participação simbólica”, os cidadãos podem ouvir e ser ouvidos, contudo não existe uma mudança efetiva na participação, pois a falta de poder não assegura que os interesses dos cidadãos sejam atendidos pelos grupos mais poderosos. A informação tende a fluir de forma unidirecional (da organização para os cidadãos) e, se transmitida numa fase tardia de planeamento, minimiza as hipóteses dos cidadãos exercerem qualquer tipo de influência sobre as decisões. Os processos consultivos podem ser um passo legítimo para uma plena participação, mas se não forem combinados com outras formas de participação, não asseguram, por si só, que os interesses dos cidadãos sejam atendidos.

Os três últimos degraus na escada de Arnstein relacionam-se com formas de participação em que a comunidade local é integrada progressivamente no processo de tomada de decisão pela organização e corresponde à tipologia definida por Arnstein como “Participação dos cidadãos”. Este tipo de participação varia desde a (6) Parceria, (7) Delegação de Poderes e culmina no (8) Controlo pelos cidadãos das decisões que lhes dizem respeito, sendo este o último degrau da escada de participação proposta por Arnstein.

O degrau de Parceria consiste na negociação entre cidadãos e detentores de poder, acordando ambos em partilhar responsabilidades ao nível de planeamento e tomada de decisão, através de estruturas como sejam comissões de planeamento, mecanismo para resolução de impasses e outras semelhantes. Depois de delineadas as linhas orientadoras do(s) processo(s), estas não estão sujeitas a alterações unilaterais. As parcerias podem resultar bastante bem quando existem recursos financeiros e técnicos que permitam ao grupo de cidadãos adquirir influência na negociação ou seja assemelha-se a “ir à Câmara Municipal com o chapéu na cabeça, em vez de o levar na mão” (Arnstein, 1969, p.222).

A Delegação de poderes refere-se a um maior nível de integração dos cidadãos e decorre da existência de negociações entre comunidade e entidades públicas, no decurso das quais os cidadãos alcançam uma posição que lhes permite participar de forma preponderante na tomada de decisão acerca de um dado plano ou programa.

O último degrau da escada refere-se ao Controlo pelos cidadãos e corresponde à situação em que a comunidade assume o controlo total das decisões que lhe dizem respeito. Trata-se contudo de uma situação limite, pois ninguém numa nação dispõe de controlo absoluto, contudo os cidadãos exigem a existência deste patamar de poder o qual garante que a comunidade local pode deter a responsabilidade total sobre a tomada de decisão.

O modelo proposto por Arnstein tem sido amplamente debatido, existindo múltiplas tentativas de melhoria do modelo, não só ao nível de discussão de estratégias a adotar em cada degrau mas também de adequação do modelo a outras tipologias de participação entretanto propostas (Garrod et al., 2012). Uma destas tentativas foi desenvolvida por Green & Hunton-Clarke (2003, citado por Garrod et al., 2012) que apresentaram uma tipologia integrada da participação da comunidade local, simplificando modelos anteriormente propostos, incluindo a “Escada de Participação” de Arnstein. No modelo apresentado por Green & Hunton-Clarke, a tipologia resume-se a três tipos de participação: informativa, consultiva e decisiva (Garrod et al., 2012).

Numa primeira fase (participação informativa), o envolvimento assume a forma de transmissão unidirecional de informação, da organização para os vários grupos de stakeholders. Não se pode falar de participação propriamente dita, pois os stakeholders desempenham um papel passivo, recebendo apenas informação e não detendo controlo sobre as decisões tomadas pela organização, o que poderá ser considerado benéfico por muitos dos gestores de atrações turísticas (Garrod et al., 2012). Alguns dos exemplos apresentados para este tipo de participação é a divulgação de um produto, o anúncio da realização de um evento especial para comunidade local ou o preenchimento de questionários, em que existe pouca margem para a comunidade influenciar as decisões que poderão ter impacto nos seus interesses enquanto residentes (Garrod et al., 2012).

No segundo nível de envolvimento, denominado por participação consultiva, os stakeholders são convidados a expor os seus pontos de vista de forma mais profunda, e muitas vezes a endereça-los à organização (ex.: a realização de *focus groups* ou de reuniões com residentes locais sobre questões ligadas ao planeamento local). Esta abordagem permite que a organização tenha contacto com questões para as quais não estava previamente desperta. Contudo, embora ocorra uma aproximação da comunidade local à tomada de decisão, a comunidade local não detém verdadeiramente poder para alterar as decisões tomadas. Garrod et al. (2012) refere que este tipo de abordagem

permite que os interesses dos stakeholders possam moldar o foco operacional e direção estratégica da organização, mas apenas na medida em que esta assim o entenda, sendo que quando este tipo de consulta acontece após a tomada de decisão, não só não há o exercício de qualquer influência, nem é, tampouco, sequer uma verdadeira consulta, mas apenas uma mera validação da decisão tomada.

O terceiro e último nível de participação consiste na participação decisiva. Neste tipo de participação todos os stakeholders são diretamente envolvidos no processo de tomada de decisão, ou seja, não só as suas opiniões, interesses e conhecimentos são conhecidos e integrados desde a formulação de qualquer programa ou plano como detêm influência para moldar o processo de tomada de decisão, que Garrod *et al.* (2012) refere como sendo a integração dos interesses tanto ao nível do foco operacional como na direção estratégica da organização, o que para algumas organizações pode ser problemático na medida em que as afasta do caminho estratégico preferencial. De forma simplista pode-se afirmar que quanto mais cedo um stakeholder é envolvido no processo de decisão, maior o controlo que este detém sobre esse mesmo processo e sobre os seus resultados.

Garrod *et al.* (2012) aborda a questão do papel dos residentes locais, enquanto stakeholders, com os níveis de participação no processo de tomada de decisão, em contexto turístico, através da relação entre a tipologia proposta por Green & Hunton-Clarke e os graus de legitimidade e saliência dos stakeholders. Os resultados deste trabalho, centrado atrações turísticas localizadas na Escócia, consubstanciam a ideia de que a comunidade local tende a ser um dos stakeholders mais salientes nas atrações turísticas, embora os autores realcem o facto de as perceções da saliência da comunidade local possam variar de acordo com o contexto do país onde se inserem e tipo de proprietário da atração.

De acordo com os resultados obtidos, Garrod *et al.* (2012) identificaram 6 estratégias de envolvimento entre as atrações turísticas e a comunidade local:

- **Entradas gratuitas ou com desconto para residentes locais:** é decorrente do reconhecimento da comunidade local enquanto cliente da atração turística e visa simplesmente a criação de laços afetivos com a atração e potenciar a vinda de amigos e família como utilizadores. Este tipo de envolvimento remete para uma participação de tipo “informativo”.

- **Dias abertos (open day) e eventos especiais:** refere-se a dias em que a atração se encontra aberta especialmente para benefício dos residentes ou iniciativas desenvolvidas especificamente para a comunidade local (como por exemplo a oferta de visitas guiadas ou a preços reduzidos). Este tipo de estratégia visa promover uma maior afinidade com a atração turística e, por essa via, aumentar o apoio da comunidade em relação à atração, fomentando a sua boa vontade. Este tipo de envolvimento representa uma participação de tipo “informativo”.
- **Esquemas de “amigos”, “membros”, “embaixadores” e “advogados”:** estratégias que configuram formas de associativismo ou filiação, em que a troca de uma subscrição (anual ou vitalícia) os seus membros usufruem de benefícios tais como entradas gratuitas na atração, livre-trânsitos para familiares, convites para eventos especiais, mensagens, *newsletters*, etc. Este tipo de envolvimento é mais elaborado que a mera “participação informativa”, permitindo que a comunidade local assuma um papel formal ou semiformal na organização, sob a forma de parceria, contudo seria abusivo considerar como “participação consultiva” uma vez que a comunidade local não influencia a tomada de decisão.
- **Incentivar a comunidade local a utilizar as instalações da atração:** a comunidade local pode sentir uma maior ligação com a atração turística se lhe for permitida a utilização dos seus recursos (nas suas atividades de lazer ou eventos sociais), para além de que são provavelmente os utilizadores mais leais e recorrentes da maioria das atrações. Este tipo de estratégias corresponde a um nível de participação de tipo “informativo”.
- **Trabalhar com a comunidade local:** refere-se a estratégias que visam a integração da comunidade local na atração turística. Contudo, estas estratégias passam muitas vezes pelo envolvimento dos próprios funcionários da atração em atividades externas à mesma com o objetivo de interagir com a comunidade local. (ex.: participação dos funcionários da atração em associações de património local, integração em comités de organização de eventos localmente relevantes). Demonstram intenção de cultivar as boas relações com a comunidade local bem como ganhar consciência sobre as necessidades sentidas pela população local, podendo incorporar estes conhecimentos no processo de tomada de decisão. Contudo, não se trata de uma verdadeira consulta, estando mais frequentemente ao nível da participação “informativa”.
- **Comunicar com a comunidade local:** a comunicação com a comunidade local tende a ser unidirecional, a qual pode estabelecer-se sob formas mais simples

(ex.: divulgação de eventos sob a forma de folhetos e cartazes públicos) evoluindo para o estabelecimento de relações regulares com a comunidade através do envio de *newsletters* ou pela publicação de informação ou artigos em meios de comunicação locais ou de maior escala. As estratégias de comunicação bidirecional (como sejam por exemplo a organização de reuniões regulares ou o estabelecimento de um grupo de ligação) tendem a ser pouco comuns, pelo que o envolvimento da comunidade local decorre sobretudo de forma “informativa”.

Os resultados deste trabalho (Garrod *et al.*, 2012) demonstram que os gestores de atrações turísticas na generalidade consideram a comunidade local como um stakeholder legítimo e com algum grau de saliência no processo de tomada de decisão dentro da sua organização. Contudo, as estratégias adotadas tendem a cair dentro da categoria de “participação informativa”, com o objetivo de pacificar a comunidade local, mais do que as integrar no processo de decisão.

Ainda segundo estes autores (Garrod *et al.*, 2012), as organizações tendem a ignorar stakeholders que tenham pouca legitimidade e desenvolvem um envolvimento superficial com stakeholders legítimos mas pouco salientes, a que corresponde uma estratégia de envolvimento do tipo “informativo”. Os stakeholders que possuam legitimidade e alguma saliência tendem a ser envolvidos em estratégias de tipo “consultivo”, promovendo a adesão ao processo, mais do que a sua integração na tomada de decisão. Apenas os stakeholders que possuam legitimidade e saliência consideráveis serão integrados de forma mais profunda no processo de tomada de decisão, a que corresponde o nível de participação de tipo “decisivo”.

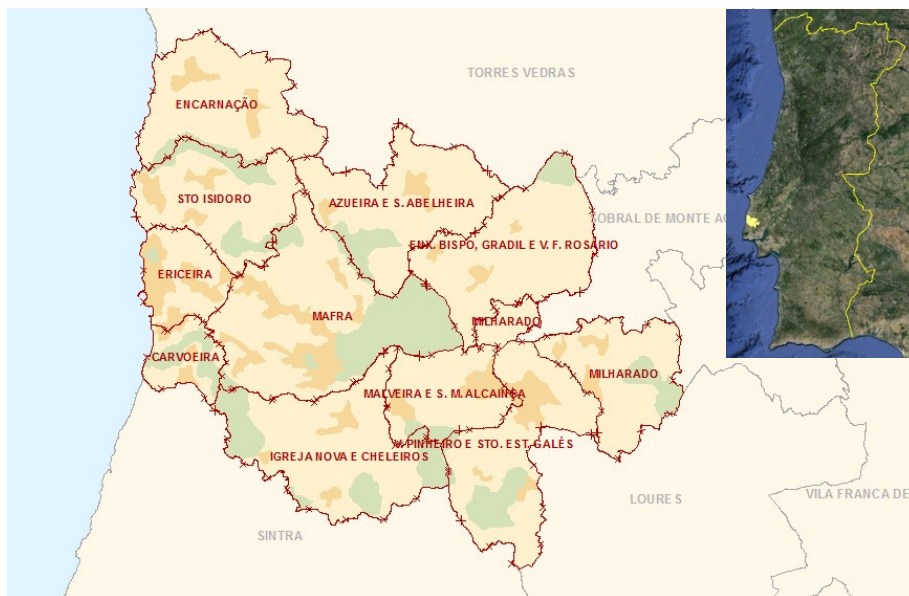
Desta forma parece lícito considerar que, não obstante o reconhecimento da importância da comunidade local enquanto stakeholder em processos de desenvolvimento turístico, só poderá considerar-se que existe um envolvimento da comunidade local, em linha com os princípios de um turismo mais sustentável, quando esta tem a capacidade de influenciar a tomada de decisão em processos de desenvolvimento turístico, mais que ser meramente informada ou consultada, sendo que esta capacidade de influenciar será em grande medida decorrente do poder que esta detém, ou seja da saliência que esta possui dentro da organização.

CAPÍTULO II - Caso de estudo: o concelho de Mafra

2.1 - Enquadramento territorial

O concelho de Mafra localiza-se no distrito de Lisboa, região (NUTS II) de Lisboa e sub-região (NUTS III) da Grande Lisboa, pertencendo igualmente à Área Metropolitana de Lisboa (AML). É delimitado a norte pelo concelho de Torres Vedras, a nordeste pelos municípios de Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, a sueste pelo de Loures e a sul pelo de Sintra (Figura 2.1). A oeste é delimitado pelo Oceano Atlântico.

Figura 2.1 - Delimitação das freguesias do concelho de Mafra e enquadramento geográfico



Fontes: GeoMafra - Portal Geográfico da Câmara Municipal de Mafra; imagem Google Earth; Limites administrativos: CAOP, 2014 (DGT)

Abrangendo uma área de 291 Km², o município de Mafra é atualmente constituído por 11 freguesias⁴: Carvoeira, Encarnação, Ericeira, Santo Isidoro, Mafra, Milharado, União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, União de Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, União de Freguesias de Igreja Nova e Cheleiros, União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça e União de Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés. Para uma mais fácil referência às freguesias, e nos

⁴ O concelho de Mafra, antes da Reorganização Administrativa do território das freguesias (Lei nº 11-A/2013 de 28 de Janeiro) era constituído por 17 freguesias.

casos em que estas resultaram da agregação de várias, doravante estas serão denominadas pelo topónimo atual, mas sem referência à expressão inicial (“União de Freguesias”).

2.2 - Breve caracterização do concelho

Para uma melhor compreensão das dinâmicas atualmente existentes na área do município de Mafra e dos seus efeitos sobre a identidade saloia e práticas sociais ainda em uso, procedeu-se à elaboração da evolução histórica (Apêndice I), da caracterização biofísica (Apêndice II) e da caracterização socioeconómica (Apêndice III), as quais são apresentadas de forma mais detalhada em anexo, expondo-se no presente subcapítulo uma breve síntese dos aspetos geográficos mais significativos para a compreensão do tema.

O concelho de Mafra apresenta uma acentuada dinâmica populacional, ocorrida sobretudo desde o início do presente século, sendo o concelho da região de Lisboa que apresentou a maior variação populacional (+41%) entre os dois últimos momentos censitários (2001-2011).

O crescimento populacional verificado foi impulsionado pela melhoria generalizada das acessibilidades do concelho, de entre as quais se destaca a recente conclusão da A21, autoestrada que estabelece a ligação entre a Ericeira e a autoestrada do Oeste (A8), e a existência da A8, que atravessando o concelho no sentido Norte-Sul, estabelece a ligação entre a cidade de Lisboa e a Região Oeste.

A melhoria generalizada das acessibilidades permitiu a redução dos tempos de deslocação, impulsionando a migração de novos habitantes para o concelho, acentuando as interações regionais, sob a forma de movimentos pendulares, com os concelhos limítrofes e com a capital.

Estas dinâmicas têm reflexos na distribuição atual da população ativa por sector de atividade, assistindo-se o decréscimo acentuado da população ativa empregada em atividades relacionadas com o setor primário e ao aumento da importância do sector terciário. Esta tendência contrasta contudo com a ocupação do solo para fins agrícolas, a qual viu a sua área aumentar do concelho. De facto, entre 2000 e 2014, os dados existentes apontam para um aumento de 13,7% da área ocupada por espaços agrícolas,

totalizando esta uma ocupação estimada de 39,2% (CMM, 2014), o que parece indiciar que apesar da diminuição da população ativa, o setor agrícola apresenta contudo alguma dinâmica recente.

2.3 - Os saloios: conceito e território mafrense

Sendo o objeto de estudo da presente dissertação a identidade saloia e as manifestações do seu património imaterial, impõe-se desde logo a necessidade de, por um lado, explicitar o conceito de *salioio* e por outro conhecer o seu território, enquanto espaço geográfico sobre o qual as relações sociais se desenvolvem, território este que está na génese do próprio conceito e no qual se insere o concelho de Mafra.

A região saloia não tem nem nunca teve uma delimitação precisa e definida, ao contrário do que sucedeu com outras regiões do país. Ainda hoje não é possível determinar com exatidão os seus limites embora se possa apontar uma ligação inequívoca a Lisboa. É precisamente pela proximidade à capital e emergente oposição de modos de vida diferentes que parece ser a génese do que atualmente se considera ser a identidade saloia.

A origem da designação de *salioio* tem sido alvo de estudo ao longo dos tempos. Mana (1995) elaborou uma compilação sobre a origem do termo, encontrando referências documentadas desde 1720, as quais apontam no sentido da origem árabe do *Salioio*. Para Rafael Bluteau (1720, citado por Mana, 1995, p. 352) a origem remonta aos tempos de D. Afonso Henriques: “(...) deixando el-Rei Dom Afonso Henriques ficar no termo de Lisboa os Mouros, em suas fazendas, e lugares (...), a estes chamaram *Salios* ou *Çaloyos*, que quer dizer gente de Çalaa, e daquela seita de Mouros”.

Frei João de Sousa (1830), citado por Mana (1995), associa a denominação de *salioio* a três significados diferentes, todos eles com origem árabe: (i) *Çala - Salah*, que significaria oração, deprecação por derivação do verbo *sálla*, orar, rezar, deprecar; (ii) *Çalá Ben Çala - Saléh ben Saléh*, nome próprio que significaria o justo ou filho do justo por derivação do verbo *Saleha*, de ser justo, perfeito ou completo; (iii) *Çaloyo - Çalauio*, referente ao “Çalatino, homem natural de Çalé, cidade marítima da Mauritânia, donde creio que se deriva o dito nome em razão de alguns dos seus habitantes terem vindo talvez povoar os subúrbios de Lisboa.” (Sousa, 1830, como citado por Mana, 1995, p. 353).

Para David Lopes (1917) citado por Mana (1995), considera que o termo *saloio* deriva de *Çala*, no sentido atribuído por Frei João de Sousa (oração, seita de mouros) ou de *Salé* e introduz a referência ao pão cozido, considerando que o vocábulo *çalaio* era o “tributo que se pagava do pão cozido na cidade e patriarcado de Lisboa (...) Ainda hoje, como é sabido, se vende *pão saloio* pela cidade, trazida a ela em burros e dentro de alforjes. *Çalaio* é, cremos, a mesma palavra que *saloio*, mas romanizada.” (Lopes, 1917, como citado por Mana, 1995, pp.353-354).

Anastácio (2008) analisa na sua dissertação alguns dos autores mais frequentemente citados na temática dos *saloios* e conclui que, no que concerne à etimologia da palavra *saloio*, predomina a noção de derivação árabe, sendo possível que a designação seja anterior à chegada de D. Afonso Henriques. A autora salienta a unanimidade entre os autores das origens mouriscas de uma população que, após a reconquista, se reuniu nos arredores da cidade composta sobretudo por berberes, moçárabes e aqueles que foram expulsos ou optaram por fugir de uma Lisboa conquistada pelos cristãos.

Ao longo do tempo foram vários os autores que se debruçaram sobre o tema dos *saloios* e seu território. Para Branco (1993), a origem e significado da palavra *saloio* foram estabelecidos pelo arabista David Lopes em 1915 que o define como habitante do campo por oposição ao da cidade. Contudo, para Branco (1993) esta dicotomia é mais profunda do que isso e alicerça-se no facto de Lisboa ser uma cidade de cariz comercial, servida por um porto onde convergiam gentes vindas de outras terras, as quais contactavam e conviviam com os locais, contrastando com os arredores onde predominava uma população constituída por agricultores e dedicada à produção de alimentos que abasteciam Lisboa, população essa mais fechada e sem horizontes.

O conceito de *saloio* e a sua ligação ao cultivo da terra parece ser intrínseco. São vários os autores que consideram que a identidade saloia está reservada aos que têm na agricultura o seu modo de vida, afastando-se deste conceito as populações que, por via de uma atividade mais comercial ou por habitarem em povoações com atividade piscatória, denotam uma maior recetividade e abertura de mentalidade, esbatendo os contrastes com as gentes da capital. Branco (1993) refere a esse respeito que os habitantes da Ericeira, vila piscatória do concelho de Mafra e integrada na região saloia, não são considerados saloios, afirmando que “Esta situação de enclave na terra dos saloios resultará de ser a Ericeira uma vila piscatória, terra de gente de mar e não de campónios, como o assinalaram Pinho Leal [1874] e Alberto Pimentel [1908],” (Branco,

1993, p.23). Leite de Vasconcelos (1941, como citado por Branco, 1993, p.23) salienta precisamente a existência de uma dicotomia entre os habitantes da Ericeira e de Mafra: “ninguém em Mafra considera saloios os da Ericeira e tratam-nos por *jagozes* (...). Os da Ericeira muito menos se consideram saloios, e chamam assim, com desprezo, aos Mafrenses.”

António Maria da Cunha Pereira de Sotto Maior, Alberto Pimentel e José Leite de Vasconcelos, alguns dos autores mais frequentemente referidos nos estudos sobre a temática saloia e citados por Branco (1993), são unânimes em excluir a margem sul do Tejo da área de influência da região saloia. Segundo estes autores o Rio Tejo constituiu uma barreira e, embora considerando que a maior parte da população da margem sul seria constituída por agricultores e gentes ligadas ao amanho da terra, estes não abasteciam a capital com produtos agrícolas, nem vinham à cidade para os vender aos lisboetas.

Para Branco (1993) é precisamente a ausência de contacto direto entre lisboetas e as gentes da margem sul do Tejo, que restringiu a conotação de *saloio* aos agricultores e campónios da margem norte. Sobre esta questão refere Branco (1993, p.25): “Portanto, os habitantes da margem sul, embora ligados, na sua maioria, à vida agrícola, e campónios como os saloios, não eram considerados como tal, pois não vindo à cidade para vender aos lisboetas as suas produções agrícolas, permaneciam-lhes estranhos e nada os identificava com a figura de campónio que lhes era familiar no dia-a-dia das suas vidas. Não se verificava para com eles o choque que originou o termo, com sentido algo depreciativo, de *saloio*.”

Anastácio (2008) sintetiza da seguinte forma o carácter dos saloios a partir da análise de diferentes autores: “(...) há um estigma associado de segregação em relação à cidade, pelo choque e contraste com os cidadãos, que se traduz num apego quase compulsivo à terra e uma clara demarcação de tudo o que é urbano, patente no tradicionalismo do modo de vida, na continuidade de processos no trabalho do campo herdados dos ancestrais avoengos, na linguagem, no traje, nos costumes e até na psicologia, com tendência para a desconfiança e para um certo fechamento num mundo muito próprio. Ao saloio corresponde, face aos habitantes de Lisboa, uma condição de inferioridade social, patente na literatura (onde surgem referências desde o século XVI), no aproveitamento anedótico e no teatro satírico que dele se fazia na capital.” (Anatásio, 2008, p.72).

O estudo da identidade saloia não pode ser dissociado do território onde esta se manifesta. Sendo a ligação a Lisboa, por via do fornecimento de produtos agrícolas e o contacto com os alfacinhas, a condição para o aparecimento de uma identidade designada por saloia, é no território sobre o qual estes modos de vida se desenvolveram, e que ainda hoje se manifestam, que configura a região dita saloia. Contudo, e apesar de muitos estudos que têm sido elaborados ao longo dos tempos, ainda hoje não é consensual a delimitação da região saloia, situação que tende a adquirir maior complexidade à medida que os movimentos de expansão urbana vão ocupando áreas outrora consideradas como sendo saloias, despojando-as da sua vocação agrícola e esbatendo as diferenças no modos de vida que consubstanciaram a existência de uma identidade saloia.

Uma das primeiras referências espaciais à região saloia é o da sua coincidência com o termo de Lisboa. Soares (1986) refere Jerónimo Cardoso que já no terceiro quartel da era quinhentista considerava os saloios como os habitantes dos arredores da área mais ou menos coincidente com o *ex território ulissiponensi* (Termo de Lisboa). Este território abrangeria toda a área a norte e a poente da capital e do Rio Tejo. Contudo, para além de dúvida, esta demarcação é de difícil operacionalização, pois não só as suas delimitações primitivas são desconhecidas, como também variou a sua extensão territorial ao longo do tempo consoante as alterações político-administrativas e judiciais levadas a cabo pelos sucessivos governantes (Soares, 1986).

António Maria da Cunha Pereira de Sotto Maior, em 1858, estima que o território afeto à região saloia não vai além das 10 léguas (50 Km): “é certo que este termo não se torna mui extensivo no nosso pequeno reino; e por isso os costumes d’estes indivíduos não passam além de dez léguas em circunferência da capital, notando-se que os povos onde menos se pode aplicar a denominação de saloios são os que habitam ao Sul do Tejo.” (Sotto Maior, 1858, como citado em Branco, 1993, p. 23). Desta forma para este estudioso, os limites da região saloia estender-se-iam bastante para norte da capital, abrangendo áreas como sejam a Lourinhã ou o Cadaval.

Alberto Pimentel, em 1908, na sua obra *Estremadura Portuguesa*, consideraria que a região saloia se dividiria em duas zonas distintas, que designou por “zona de instalação” e “zona de penetração ou irradiação” (Anastácio, 2008; Branco, 1993; Soares, 1986). A “zona de instalação” consistia na área onde teriam permanecido os mouros fugidos de Lisboa e corresponderia ao arrabalde da cidade e ao espaço delimitado pelo mar, pelo

Rio Tejo e pelas vilas de Oeiras, Cascais e Mafra, equivalendo, grosso modo, ao antigo Termo de Lisboa. A “zona de penetração ou irradiação” seria aquela que teria sido progressivamente ocupada pelos habitantes da primeira zona, na sua natural progressão para o norte, constituindo uma espécie de segundo anel. Abrangeria áreas mais afastadas da capital tais como Óbidos, Torres Vedras, Lourinhã, Cadaval, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço. Para Pimentel, estaria excluída a faixa de contacto com o Rio Tejo e com o Oceano Atlântico, bem como os concelhos de Sintra e de Cascais, uma vez que os habitantes destas áreas não preconizariam o típico saloio no sentido étnico do termo, como é o caso dos pescadores da baía de Cascais. (Soares, 1986).

O professor Leite de Vasconcelos, em 1941, (como citado por Branco, 1993 e Soares, 1986) discorda dos limites apresentados por Pimentel, e com base em estudos envolvendo o contacto com os ditos saloios, exclui do território conotado como região saloia as áreas de Óbidos, Cadaval, Arruda dos Vinhos, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Por outro lado demonstra estranheza pela não inclusão dos termos de Sintra e Cascais por Pimental na região saloia. Para Leite de Vasconcelos, a área correspondente à região saloia teria como limite setentrional Mafra (excluindo a Ericeira) e incluiria as freguesias (então de cariz marcadamente rural) de Ameixoeira, Benfica, Amadora, Carnide, Charneca, Lumiar e Olivais, bem como as áreas rurais adjacentes aos núcleos populacionais de Oeiras, Sintra e Cascais e todo o concelho de Loures, com exceção da freguesia de Sacavém.

Para Gaspar (1993) o topónimo *Saloios* nunca teve consagração administrativa, nem existe a consagração desta denominação no nome de lugares. O autor sustenta que os fenómenos de polarização, a existirem foram sempre em sentido exterior a esse território, seja por razões de natureza socioeconómica (na direção de Lisboa) ou religiosa (para os santuários das Senhoras do Cabo Espichel, da Nazaré ou da Atalaia). Esta visão coloca a delimitação do território dos saloios a abranger parte da margem sul do Tejo, por via da existência de romarias e peregrinações bem como a organização em *círios*⁵, os quais

⁵ “O Círio, em termos populares, designa a romaria de uma comunidade ou população a um santuário de destino, como paga de uma promessa coletiva ou de uma promessa antiga” (Pereira, 2006, como citado por Anastácio, 2008, p. 107).

constituíam um fator de unicidade entre ambas as margens, sustentado a inclusão da margem sul na região saloia.

A expansão urbana e a alteração das atividades económicas principais nas áreas outrora consideradas por arrabaldes conduziu a uma modificação nos modos de vida considerados tradicionais, esbatendo as diferenças culturais existentes entre os habitantes da capital e os das áreas limítrofes, os saloios, sendo a partir das décadas de 80 e 90 que se verifica uma aceleração deste processo. Baptista (1999, p. 6-7) refere a este respeito que: "(...) com a chegada maciça às terras saloias de populações de outras zonas do país e dos lisboetas afastados do centro da cidade, sobretudo a partir dos anos 50, estes lugares vão sendo introduzidos numa dinâmica de *cidade alargada* onde o eventual referente saloio, construído pela negativa a partir de Lisboa, vai perdendo sentido. Não é por acaso que o rasto do saloio logo se perde, dentro dos limites físicos da cidade, nas localidades transformadas nos anos 20, 30 e 40, por exemplo, no Campo Pequeno, e nos anos 50, 60 e 70 em Benfica, no Lumiar, em Carnide. Já fora desses limites o mesmo acontece, ao mesmo tempo e posteriormente nos concelhos de Oeiras e da Amadora ou no recém constituído concelho de Odivelas."

As políticas de desenvolvimento preconizadas nos últimos anos assentes em modelos de expansão urbana e abrangendo áreas outrora de cariz mais rural, tiveram particular expressão nos territórios adjacentes à capital. A "febre" imobiliária conjugada com a facilidade de acesso a financiamento que caracterizou a primeira década deste século proporcionou a oportunidade de aquisição de habitação própria permanente mais barata na periferia dos grandes centros urbanos e de Lisboa em particular, conduzindo a um aumento, em muitos casos bastante elevado, do número habitantes dos outrora arrabaldes.

Este aumento populacional, sustentado igualmente pela melhoria significativa das condições de acessibilidade aos principais centros urbanos e à capital, é suscetível de promover a atenuação de diferenças culturais tipicamente associadas à identidade saloia. Por um lado assiste-se a uma terciarização dos modos de vida, com abandono de atividades mais tradicionais, como é o caso da agricultura, e opção por atividades económicas ligadas ao comércio e serviços. Por outro lado, o contacto mais próximo entre os ditos saloios e os novos habitantes destes núcleos populacionais, dotados de uma cultura mais cidadina, contribuirá para o esbatimento da oposição existente entre o saloio atual e o habitante da cidade, por via da convivência comum.

Relativamente à dinâmica que estas áreas têm vindo a apresentar, já Baptista (1999) o referia antes ainda do virar do século: “Não é pois casual que os concelhos onde esta identidade [saloia] é reclamada e alvo de redefinição sejam aqueles que não sendo contíguos à cidade de Lisboa, embora já afetados pela dinâmica do crescimento da cidade, ainda são detentores de paisagens, mais afastadas da capital, onde a reprodução destas imagens é ainda possível de reencenar. Falamos concretamente dos municípios de Sintra, Loures e Mafra e em situação mais indefinida, entre a situação dos concelhos-cordão da cidade e os que se reclamam da tradição saloia, o de Cascais.” (Baptista, 1999, p.7).

Consensual parece ser assim a inclusão do município de Mafra dentro daquele que pode ser considerado o “coração” da região saloia, quer ao longo do tempo quer no entender dos diferentes estudiosos que desde a era quinhentista se debruçaram sobre a temática do conceito de saloio e da delimitação do seu território. Da mesma forma, reúne unanimidade, quanto ao conceito da identidade saloia, que esta se encontra intrinsecamente ligada a um modo de vida das gentes campónias, dedicadas a atividades relacionadas com o abastecimento de produtos agrícolas e alimentares à capital, e com uma mentalidade mais fechada por oposição ao habitante citadino, mais aberto e culturalmente mais diversificado.

2.4 - As atividades tradicionais e evolução sociocultural

O concelho de Mafra caracterizou-se, no passado, por ser predominantemente agrícola, tendo na agricultura e na exploração de pequenas explorações industriais e agroindustriais de cariz familiar a principal ocupação dos seus habitantes. A atividade da pesca, que ainda hoje se verifica na freguesia da Ericeira, não obstante a sua relevância para a economia local, não assumiu uma importância polarizadora no contexto das atividades económicas do concelho, não sendo a atividade dominante entre as do sector primário.

Samouco (1993) levou a cabo, em 1984, um estudo etno-sociológico sobre a mudança sociocultural subjacente à identidade cultural dos habitantes de Mafra e, com base no contacto direto com os habitantes do concelho, destaca a existência de trabalhadores agrícolas que desenvolvem a atividade a tempo parcial, acumulando com atividades ligadas a explorações industriais de tipo familiar: “Estes grupos domésticos existentes no

concelho de Mafra ocupam-se do fabrico do pão e bolos caseiros, em padarias que os vizinhos consideram clandestinas; de trabalhos de olaria de média e pequena dimensão, em termos de unidades fabricadas; de trabalhos oficinais de cantaria em zona já próxima de Pero Pinheiro [freguesia do concelho de Sintra] onde é fácil obter pedra; e também de trabalhos de mecânica e bate-chapas.” (Samouco, 1993, p.256).

Samouco (1993) menciona que os trabalhadores agrícolas, que desenvolviam a atividade a tempo inteiro, são simultaneamente os intermediários na comercialização dos produtos hortofrutícolas nos mercados do Rego e da Ribeira, em Lisboa. A este respeito refira-se que atualmente esta dinâmica sofreu alterações. De facto, em 2000 foi inaugurado o MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, um complexo de grande dimensão com funções de centro de abastecimento grossista de produtos agroalimentares localizado no lugar de Quintanilho (concelho de Loures). Com a abertura do MARL, procedeu-se ao encerramento do Mercado do Rego e manteve-se apenas a vertente retalhista no Mercado da Ribeira. Embora subsista a vocação tradicional de abastecimento de produtos agroalimentares, esta vocação atualmente já não é dominante, quer em termos de espaço ocupado, quer em termos de dinâmica económica. Os saloios, na aceção dos estudiosos do século passado, enquanto agricultores dos arrabaldes que vêm à cidade para vender os seus produtos, praticamente desapareceram dos mercados da capital.

Não obstante estas mudanças recentes, é ainda expressivo o número de agricultores que atualmente continuam a comercializar os seus produtos nos principais pontos de venda municipais e ao longo das estradas nacionais de ligação às localidades mais importantes do concelho. Samouco (1993) refere que “(...) assume grande expressão o número de agricultores que vendem nos mercados do concelho, como Mafra, Ericeira e Malveira, tal como os que, ao fim de semana ou em dias feriados, aguardam junto à estrada, das localidades de passagem, os “alfacinhas” (como são designados os lisboetas) que dão a volta para abastecer a despensa ou o frigorífico.” (Samouco, 1993, p.256). Nos dias de hoje, e volvidos cerca de 30 anos após a elaboração deste estudo, é ainda possível encontrar pequenos núcleos de vendedores de produtos hortofrutícolas locais, junto às principais vias de comunicação como por exemplo ao longo da EN8 (como acontece junto às Trouxas, na Malveira, Figura 2.2) ou da EN247 (junto à ponte sobre o Rio Lizandro, entre outros).

De entre a produção hortofrutícola do concelho destaca-se a produção de limões, morangos e pera-rocha. A produção de limão terá sido iniciada em 1950 e de entre as áreas do concelho onde esta produção assumiu maior importância destaca-se a freguesia de Santo Isidoro e a área da Achada-Sobreiro (freguesia de Mafra). A produção de morangos assume particular relevância nas áreas de Gradil e Sobral da Abelheira que, por falta de mão-de-obra masculina disponível, terá sido desenvolvida sobretudo por mulheres com idades superiores a 60 anos (Samouco, 1993). Contudo, atualmente a produção de morangos conheceu um novo dinamismo, sendo desenvolvida noutras áreas do concelho, como é o caso da Achada (freguesia de Mafra).

Figura 2.2 - Vendedores na EN8 junto às Trouxas (Malveira)



Fonte própria

A pera-rocha do Oeste, não sendo exclusiva do concelho de Mafra, era tradicionalmente aqui produzida e vendida nos mercados locais e de Lisboa, sendo comum, à data de hoje, encontrar este produto à venda com carácter informal junto das principais vias de comunicação do concelho, juntamente ou não, com outros produtos locais.

Para além da produção hortofrutícola, também o fabrico de vinho é uma atividade tradicional no concelho, embora com menor expressão. O cultivo da vinha na área do município remonta ao século XVI e, de acordo com Samouco (1993), apesar da existência de algumas vinhas em alguns pontos do concelho, o seu cultivo é predominante na área da Azueira-Livramento, onde se localiza a principal adega do concelho: a Adega Cooperativa da Azueira. Para além desta área, existem igualmente referências à produção vinícola nas localidades de Cheleiros-Carvalho (produção de vinho abafado do Carvalho) e no Milharado (CMM, 2005).

Embora não possuindo dados concretos acerca da produção vinícola atualmente existente no concelho, por observação direta constatei que ainda subsiste a produção artesanal de vinho em pequenas adegas particulares, sobretudo para autoconsumo. Este facto é consubstanciado pelos dados fornecidos pelo Dr. João Moreira, diretor da Adega Cooperativa da Azueira ao jornal *Maфра Regional* (2006, Março 20), o qual refere a existência de pequenos agricultores que produzem em baixa quantidade e cuja produção não é entregue à Cooperativa. De salientar também que, de acordo com a mesma fonte, existiam em 2006, 1400 associados na Cooperativa, estando 900 no ativo à data da publicação do artigo.

Pelo atrás exposto, parece ser lícito concluir que a produção vinícola continua existir no concelho, sendo que alguma desta atividade é ainda desenvolvida de forma tradicional em pequenas adegas, não obstante o desenvolvimento tecnológico e modernização dos processos de fabrico, patentes na principal unidade coordenadora vinícola do concelho (Adega Cooperativa da Azueira).

Outras das atividades consideradas tradicionais no concelho é o fabrico de pão, atividade que terá proliferado desde tempos remotos devido à abundância de cereais. Um indício de um passado longínquo ligado à produção de cereais encontra-se patente na toponímia, facto evidenciado por Samouco (1993) que refere o aparecimento do topónimo Cheleiros por derivação de Celeiros, local onde os muçulmanos guardariam o trigo.

A tradição cerealífera do concelho encontra-se também patente na paisagem, povoada por inúmeras azenhas e moinhos de vento, a maioria em estado de degradação avançado. Um desses exemplos é o núcleo molinológico da Malveira, constituído por sete moinhos localizados Monte de Santa Maria, a maioria datados do século XVII (Figura 2.3).

A abundância cerealífera dos arredores da capital propiciou a produção de pão naquela que era considerada a zona saloia, denominado por “pão saloio”. A venda deste pão pelas ruas da capital é referenciada desde a Idade Média, sendo que historiadores como David Lopes consideram mesmo que o termo “salio” provavelmente terá origem no vocábulo *Çalio*, tributo que se pagava em pão cozido. Descendente do “pão saloio”, o Pão de Maфра constitui atualmente um produto considerado típico do concelho. Inicialmente com confeção circunscrita à aldeia de Encarnação (Samouco, 1993) popularizou-se como “Pão de Maфра” por ser este o topónimo mais conhecido.

Figura 2.3 - Panorâmica parcial do Núcleo Molinológico da Malveira



Fonte: www.uf-malveira-alcainca.pt

Se até à década de 50 do século passado, a produção do Pão de Mafra era uma tarefa essencialmente doméstica, feminina e artesanal, o aparecimento de unidades panificadoras, mais mecanizadas e com espírito empresarial ditou o encerramento da maioria das pequenas unidades de produção artesanal (Gandra, 2015). Desta forma, e apesar das características únicas deste pão que o tornam bastante afamado, a produção deste pão assumiu características industriais cuja recente certificação⁶ veio estandardizar. Ainda assim, subsistem no concelho pequenas unidades que procuram manter uma certa tradição artesanal, mantendo por exemplo a utilização de forno a lenha (Figura 2.4).

Figura 2.4 - Pão saloio em padaria com forno a lenha (Alcainça)



Fonte própria

⁶ O Pão de Mafra é uma marca registada desde 2012.

A modernização dos processos de fabrico dos produtos não é exclusiva do sector da panificação. Outra das atividades tradicionais do concelho é a olaria, que à semelhança do fabrico do pão, vai buscar à utilização dos fornos elétricos (em detrimento dos fornos a lenha) uma melhoria de eficiência.

A Olaria no concelho de Mafra remonta a épocas pré-históricas, com diversos achados arqueológicos a atestar este facto (Gandra, 1998). O mesmo autor destaca que as referências documentais que evocam a existência de oleiros no concelho remontam ao primeiro foral da Vila de Mafra (em 1189), sendo reafirmadas durante o período manuelino no Foral Novo, concedido em 1513, existindo registos mais detalhados e em maior número a partir de 1704. Gandra (1998, p.133) refere que o desenvolvimento da indústria ligada à cerâmica terá “atingido extraordinária relevância na primeira metade do séc. XVIII, quando o aro de Mafra acolheu os milhares de indivíduos direta ou indiretamente intervenientes na construção do *Monumento de Mafra*, então situado num dos arrabaldes da vila.”

A importância da olaria no concelho ter-se-á mantido, sustentada por uma organização de cariz corporativo e orientada por processo de aprendizagem hierarquizados, primeiro de carácter funcional (mestre-aprendiz) e mais tarde por tradição familiar (pai-filho), pois ainda segundo Gandra (1998, p.133): “À semelhança de outros centros oleiros nacionais, as olarias locais organizavam-se em moldes patriarcais, dentro da oficina caseira. Com o dono ou mestre residiam os aprendizes e demais ajudantes. (...) A atividade mantinha-se corporativamente organizada, numa progressão de aprendiz a mestre, ainda nos inícios do século XIX. Em tempos mais recentes, o ofício simplesmente acabaria por transmitir-se por herança de pais para filhos, [mantendo] o carácter familiar da maioria das oficinas originando autênticas dinastias de oleiros.”

Samouco (1993) refere a existência de 15 olarias no concelho, em 1984, sendo que apenas três oleiros trabalhavam, à data, com roda eletrificada. Com a mecanização do processo de amassar o barro por transição para máquinas fiadeiras, o que segundo Samouco ocorreu na generalidade das olarias do concelho (incluindo as de carácter familiar e de pequena dimensão) assistiu-se a uma redução substancial dos tempos de preparação do barro, para benefício dos oleiros. Samouco (1993) refere igualmente que muitas olarias passaram a dispor de fornos elétricos, sobretudo as mais recentes, ao passo que nas mais antigas prevalece o uso de forno a lenha ou coexistem os dois tipos de fornos em simultâneo.

Não obstante as alterações introduzidas no processo de preparação e cozedura do barro (Samouco, 1993; Gandra, 1998), decorrentes da evolução tecnológica, muitas das rotinas tradicionais dos barristas mafrenses permaneceram inalteradas, tais como secagem das peças ao ar e a utilização instrumentos como sejam o cordel, fio ou arame para cortar o barro (Gandra, 1998).

O passado rural do concelho encontra-se também intrinsecamente relacionado com a utilização de animais para a realização de tarefas de apoio à exploração agrícola (lavra da terra; tração de carros, cargas e charruas; extração de água em engenhos, noras ou poços), utilização esta atualmente em desuso (Samouco, 1993). Embora a utilização de animais como força de trabalho seja atualmente praticamente inexistente, por via do recurso a meios mecanizados com sejam a utilização de tratores agrícolas, subsistem ainda explorações ligadas à pecuária, nomeadamente as relacionadas com a produção de gado leiteiro, que Samouco (1993) refere no seu estudo conduzido em 1984, e que ainda hoje fazem parte da realidade do concelho (Figura 2.5).

Figura 2.5 - Exploração com gado bovino (Mafra)



Fonte própria

A existência de alguma pastorícia, vacarias e a produção de leite no concelho consubstanciam a manutenção e afirmação de atividades económicas conexas como sejam a produção de queijo fresco, requeijão e queijo curado. Segundo informação disponibilizada pela CMM, o concelho de Mafra é atualmente o maior produtor de queijo fresco do país, sendo na localidade de Montemuro (freguesia de Venda do Pinheiro e Santo Estevão da Galés) onde esta atividade é mais expressiva, existindo também queijarias nas freguesias de Mafra e Milharado. De acordo com a mesma fonte, esta

atividade económica resulta de uma longa tradição de produção artesanal e caseira, destinada a venda em mercados da região e em Lisboa, sendo os queijos (frescos e curados) e requeijão elaborados a partir de leites de vaca, ovelha e/ou cabra, ou de mistura de leites consoante a tipologia, quantidade de animais disponíveis ou recursos existentes.

Desta forma constata-se que subsistem ainda diversas atividades económicas que continuam a manter algumas características associadas a um passado marcadamente rural e tradicional, não obstante o desenvolvimento tecnológico operado e mudanças socioculturais sofridas.

2.5 - Património cultural imaterial mafrense

É extremamente difícil definir o que constitui o património cultural imaterial de uma comunidade e quais as suas principais manifestações. Por um lado, este património resulta daquilo que os elementos de uma comunidade considerem ser culturalmente representativo e com carácter intergeracional, tal como preconizado pela UNESCO, e por outro lado está associado à intangibilidade do mesmo, ou seja, é o que Kurin (2007, p.12) refere como:

It was not the songs as recorded on sound tapes or in digital form, or their transcriptions. ICH [Intangible Cultural Heritage], is the actual singing of the songs.

Trata-se portanto de manifestações culturais por elementos da própria comunidade e não de registos (por muito corretos e fidedignos que sejam) elaborados historiadores, investigadores ou por elementos de outras comunidades (Kurin, 2007).

Tendo isto presente, e de forma a tentar apresentar aquelas que serão as manifestações mais significativas do património cultural imaterial mafrense com reflexos na atualidade, procedeu-se a um levantamento bibliográfico, com foco em publicações e estudos mais recentes relacionados com o concelho de Maфра. Contudo, dada não só a abrangência deste tema, mas também porque à luz do espírito da Convenção este património é vivido (cantado, falado, recitado, dançado, etc.) optou-se por apresentar aqueles que se prefiguram como sendo os traços mais significativos do património cultural imaterial mafrense em anexo (Apêndice IV), reservando-se o presente subcapítulo à análise do

património cultural imaterial mafrense associado às artes e ofícios tradicionais no concelho.

As artes e os ofícios tradicionais, por serem testemunhos de modos de vida ancestrais, são expressões representativas da cultura local (Bringel, 2007). O artesanato, mais do que a produção artesanal de objetos tradicionais, deverá, de acordo com os princípios da Convenção, ser valorizado enquanto processo de materialização de todo um saber-fazer, de competências e conhecimentos detido por aqueles a quem uma dada arte foi transmitida ou ensinada por elementos das suas comunidades.

No concelho de Mafra, os ofícios tradicionais, que localmente eram apelidados de *artes* (Bringel, 2007), sempre se revestiram de importância social, cultural e económica. Bringel (2007, p.493) refere a esse respeito: “Em torno destas atividades tradicionais geravam-se redes de trocas de serviços e produtos, animavam-se feiras e mercados, importantes pontos de contacto e trocas entre agricultores e demais membros das comunidades locais; executavam-se trabalhos artesanais ancestrais, mas que, por sua vez, tinham toda uma dinâmica própria, sujeitos a acompanhar e a adaptarem-se a novas tendências e mercados (...). Por todo o Concelho muitas famílias dependiam destas atividades profissionais, quer na produção quer na venda de produtos.”

O passado marcadamente rural do concelho determinou que a maior parte destas *artes* estivessem por isso ligadas ao trabalho agrícola e às aptidões naturais do concelho. De acordo com Bringel (2007), estes ofícios decorriam em pequenas oficinas artesanais, sendo os conhecimentos transmitidos de pais para filhos e tinham por objetivo o abastecimento de bens e serviços essenciais à população local. Desta forma era usual no concelho a proliferação de olarias, carpintarias e marcenarias, correarias, latoarias, tanoarias, cestarias, tecelagens e ferrarias, mas também de pequenas unidades ligadas a atividades de índole mais doméstica, como sejam a produção de queijos e manteiga, pão e de pequenos trabalhos manuais realizados em casa, como por exemplo bordados, costura ou o aproveitamento de retalhos de pano.

O secular afastamento da capital, característica tão conotada com a identidade saloia, também tinha reflexos no desenvolvimento de *artes* ligadas às atividades domésticas. A preparação do enxoval por exemplo, que teria início muito cedo (cerca dos 12 ou 13 anos), revestia-se de grande importância cultural uma vez que a chamada *roupa branca* (parte têxtil do enxoval) era sobretudo elaborado pelas jovens casadoiras e não adquirido

em lojas ou feiras/mercados. Começavam por aprender a fazer pequenas tarefas, como pontos de bainhas ou pequenos bordados para mais tarde passarem à elaboração do enxoval em si, composto por toalhas de rosto, toalhas de mesa, lençóis, panos de cozinha e outros artigos, muitos deles resultando do reaproveitamento de peças de roupa (Costa, 2005).

A Olaria é uma atividade ancestral e enraizada no concelho, pelo que quando se fala do artesanato do concelho de Mafra, a cerâmica constitui a principal referência. Reflexo da abundância de barro vermelho existente no concelho, os barristas locais dedicaram-se primeiramente à produção de peças utilitárias, como sejam vasos e alguidares. Mais tarde, a introdução da roda de oleiro conduziu a uma diversificação dos produtos, passando estes artificies a produzir também peças torneadas, tais como potes e jarras, evoluindo, já no século XIX, para a produção do figurado mafrense (CMM, 2000).

O figurado mafrense caracteriza-se por consistir na modelação de figuras de barro representando aspetos e expressões alusivas à arte sacra, satírica e popular (Figura 2.6). Segundo CMM (2000), não se sabe quem terá sido o precursor do figurado mafrense, sabendo-se apenas que os registos mais antigos datam de 1891 e que a tipologia do figurado mafrense terá sido influenciada não só pelas obras, trabalhos e métodos desenvolvidos pela Escola de Escultura de Mafra (no domínio da arte sacra) mas também pelos trabalhos de cerâmica das Caldas da Rainha (no domínio da arte satírica).

Figura 2.6 - Figurado mafrense



Fonte: www.cm-mafra.pt

O figurado mafrense, elaborado pela mão dos barristas locais, é rico em figuras alusivas a aspetos do outrora quotidiano mafrense ou de importância religiosa, muitas vezes representados de forma satírica. Segundo CMM (2000), são típicos do figurado mafrense

as representações dos característicos bêbados, Zés Povinho, alfarrabistas ou almocreves de loiça derrubados pelo burro mas também as representações de imagens de Jesus Cristo e Nossa Senhora (de diversas formas e alusivas a várias invocações), bem como representação de imagens de Santo António. Constitui uma das referências do concelho a obra deixada pelo oleiro José Franco, materializada na representação da aldeia saloia num espaço aberto à visitação, localizado no Sobreiro, onde se encontram representados os usos e costumes típicos da vida numa aldeia saloia do início do século XX.

As mudanças socioeconómicas ocorridas nas últimas décadas têm conduzido a um declínio das artes e ofícios tradicionais no concelho, com reflexo não apenas no número de artesão que estão no ativo, mas também na tipologia das peças de artesanato que atualmente se produzem. Bringel (2007) refere a este respeito que as alterações na estrutura rural tradicional do concelho, decorrentes do declínio da atividade agrícola e crescente terciarização, colocou sob pressão os ofícios tradicionais pois não só se assistiu a um desaparecimento da procura de certos produtos que eram fornecidos pelos ofícios tradicionais como também diminui o interesse, por parte das camadas mais jovens, pela aprendizagem e manutenção destas artes.

No caso do figurado mafrense em particular, a tradição começou a perder importância a partir dos anos 60 do século passado, devido à introdução e massificação dos produtos de plástico e alumínio, com reflexos também noutras artes tradicionais no concelho como a cestaria, latoaria ou tanoaria (CMM, 2000). Apesar do panorama pouco favorável que a olaria no concelho enfrenta, assiste-se contudo à manutenção de unidades de produção de menores dimensões que se dedicam sobretudo à produção de louça utilitária e decorativa, bem como à resistência de alguns oleiros locais, sobretudo na freguesia de Mafra, que perpetuam a tradição do figurado mafrense, embora cada vez em menor número.

A emergência de novos modos de vida e as conseqüentes modificações socioculturais e económicas ocorridas no concelho de Mafra têm conduzido também a alterações nas manifestações culturais, nomeadamente nas relacionadas com as artes e ofícios tradicionais mafrenses e nos produtos artesanais criados. Esta conjectura tem conduzido ao aparecimento de expressões alternativas aos ofícios tradicionais, por via da incorporação de influências mais contemporâneas, mas também decorrente da utilização de novas formas, matérias-primas ou técnicas e ao desenvolvimento da liberdade de

criação dissociada da funcionalidade do objeto, resultando daqui, em alguns casos, uma aproximação às artes plásticas (Bringel, 2007).

Ainda de acordo com Bringel (2007), a situação atual do concelho no que concerne à vitalidade das artes e ofícios tradicionais e respetivas manifestações culturais, pode ser sintetizada da seguinte forma: “Considerando a atual produção artesanal mafrense, atendendo à sua dimensão e características, poder-se-á estabelecer ainda a existência de uma produção de cariz tradicional, enraizada nos antigos ofícios (caso da cestaria), bem como de uma outra, de feição urbana ou contemporânea, cujas manifestações têm ido beber as suas influências às artes plásticas ou ao *design* e nas quais têm sido determinantes os cursos de formação profissional que muitos artesãos têm frequentado, sobretudo no âmbito da cerâmica (...)” (Bringel, 2007, p.517).

Pelo exposto, e no que concerne às manifestações do património cultural imaterial do concelho nas suas múltiplas vertentes e domínios, parece latente a perda de alguns dos traços culturais que outrora se encontravam firmemente enraizados na comunidade, e a incorporação de novas influências e modos de vida que, consubstanciando o dinamismo e vitalidade inerentes à própria noção de cultura, constituem a atual identidade cultural mafrense. Estas práticas sociais, expressões culturais e conhecimentos, ainda que decorrentes de processos evolutivos e por isso diferentes do que eram no passado, prefiguram-se como representativos para a comunidade, vão buscar às tradições herdadas a essência da sua contemporaneidade, sendo práticas atuais no concelho, pelas comunidades, grupos ou indivíduos, justificando-se a sua importância enquanto património cultural imaterial mafrense.

2.6 - Recursos turísticos do concelho

O concelho de Mafra apresenta um conjunto variado de atrações naturais, culturais e históricas distribuídas por todo o município, que se prefiguram como estruturantes no âmbito da oferta turística do município.

De entre as atrações naturais existentes no concelho destacam-se duas: a presença de uma mancha florestal de importante valor paisagístico, ecológico e educacional - a Tapada Nacional de Mafra, e a existência de uma frente litoral composta por praias acessíveis, arribas de grande qualidade cénica e existência de um conjunto de infraestruturas e serviços de apoio à atividade balnear e do surf.

A Tapada Nacional de Mafra (TNM) consiste num espaço murado (21 km), adjacente ao Palácio Nacional de Mafra e constitui a principal mancha florestal do concelho. Abrangendo uma área total de 1187 hectares, encontra-se atualmente dividida em três sectores: (i) O Jardim do Cerco, espaço com 8 hectares, administrado pela Câmara Municipal; (ii) a denominada “Tapada Militar” cerca de 360 hectares, localizado da envolvente adjacente ao Palácio e sob administração militar; e (iii) a Tapada propriamente dita, abrangendo uma área de 819 hectares e com entrada principal pelo Portão do Codeçal. É atualmente administrada por uma Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada.

De acordo com a informação disponibilizada no *website* institucional da TNM⁷, este espaço destaca-se por ter sido o local privilegiado de recreio venatório dos monarcas portugueses, sobretudo durante os reinados de D. Luís (1861-1899) e D. Carlos (1899-1908), que aí encontravam situações ideais para a caça ao veado, gamo e javali e também para caça menor, nomeadamente coelho, perdiz, lebre e galinhola. Possui como atrativos a existência de algumas das espécies mais representativas da flora nacional, e sobretudo a presença de cervídeos (gamos e veados) e javalis que vagueiam livremente por todo o espaço, sendo igualmente um importante ponto para observação de aves, salientando-se a existência de um casal de águias de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*; espécie com estatuto de conservação “Em Perigo”).

O Jardim do Cerco é um espaço público localizado junto ao sector norte do Palácio-Convento de Mafra, criado em 1718 por D. João V com objetivos lúdicos, constituído por bosques e dois jardins inspirados nos jardins de Versalhes. As geometrias dos arruamentos na zona do bosque seguem as orientações estéticas do barroco e foram delineados à semelhança do jardim francês: as ruas encontram-se dispostas em simetria com o Convento, havendo o cuidado de representar os principais eixos geométricos deste monumento no espaço exterior adjacente. (CMM, 2000). Distribuídas ao longo do Jardim do Cerco, subsistem 4 estátuas de corpo inteiro, representativas da mitologia romana, de origem desconhecida mas que se supõe serem réplicas de maior dimensão das 26 estátuas que originalmente existiam neste espaço e que se crê terem sido criadas na Escola de Escultura de Mafra (CMM, 2000).

⁷ Informação disponível em www.tapademaфра.pt

O concelho de Mafra caracteriza-se igualmente pela existência de praias que, para além da sua vocação para o uso balnear, reúnem também ótimas condições para a prática de atividades desportivas, de entre as quais se destaca a prática surf. Este facto foi recentemente reforçado com a consagração da Ericeira como 1ª Reserva Mundial de Surf da Europa, sendo a segunda reserva existente a nível mundial. Trata-se de uma consagração atribuída pela organização norte-americana *Save the Waves Coalition* a 14 de Outubro de 2011, e abrange a faixa litoral compreendida entre a Praia da Empa (freguesia da Ericeira) e a Praia de São Lourenço (freguesia de Santo Isidoro) num total de 4 km e onde se concentram sete ondas de classe Mundial. Esta distinção, bem como a organização de diversos eventos desportivos e culturais com temáticas conexas, tem vindo a suportar e promover o desenvolvimento de uma oferta turística vocacionada para a prática de desportos de ondas, de entre os quais se destaca o Surf, e que tem impulsionado o desenvolvimento turístico das áreas litorais do concelho.

O concelho de Mafra é rico em património cultural e histórico. Quando se fala em património arquitetónico e histórico mafrense, a principal referência e ex-libris do concelho é o Palácio-Convento de Mafra, atualmente considerado Monumento Nacional e cuja construção veio alterar para sempre a vila e o concelho de Mafra.

O Palácio Nacional de Mafra, considerado a obra-prima do barroco português, foi mandado erguer por D. João V, em 1711, e é constituído pela Basílica, Convento e Aposentos Reais, destacando-se também pela sua importância a Biblioteca e os Carrilhões.

De acordo com a informação constante no *website* do Palácio Nacional de Mafra⁸, a construção da Basílica terá sido iniciada em 1717, tendo ocorrido a cerimónia de Sagração da Basílica em 1730. A Basílica ocupa a parte central do monumento, sendo ladeada pelas torres sineiras, e apresenta a forma de cruz latina, construída na sua totalidade com pedra originária da região (Sintra, Pêro Pinheiro e Mafra). De entre os inúmeros pormenores que caracterizam a beleza da basílica, destacam-se: os retábulos e lunetas em mármore existentes nas capelas da autoria do mestre Alessandro Giusti e seus discípulos da Escola de Escultura de Mafra; a estatuária da fachada, esculpida por mestres italianos e que constitui a mais importante coleção de escultura barroca italiana

⁸ Informação disponível em www.palaciomafra.pt

existente fora de Itália; a existência de seis órgãos, cujas partituras apenas aqui podem ser executadas; e dois carrilhões.

Os carrilhões⁹ constituem outro motivo de visitação. De acordo com a informação constante no *website* do Palácio Nacional de Mafra, os carrilhões da Basílica são compostos por noventa e oito sinos, possuindo cada carrilhão quarenta e nove sinos, o que constitui um dos maiores conjuntos de carrilhões históricos existentes no mundo. A existência deste património sineiro bem como a reabilitação dos órgãos (concluída em 2010) constituiu o mote para várias iniciativas musicais desenvolvidas pela autarquia, tais como a organização de concertos de órgãos e carrilhões, assinalando-se também a criação do Conservatório de Música de Mafra, com abertura prevista para Setembro de 2015.

O Convento, cuja dimensão inicialmente pensada seria a suficiente para albergar 13 frades, conheceu diversas versões, sucessivamente maiores, e que culminaram 13 anos depois (em 1730), com a conclusão de um palácio-mosteiro com capacidade para albergar 300 frades. O Convento ocupa a maior parte do edifício do palácio, abrangendo uma área aproximada de 40.000 m², tendo sido concebido para provir as necessidades da vida quotidiana dos frades: dependências e aposentos em número suficiente, enfermaria, refeitório, pomares, hortas e tanques de água no Jardim do Cerco, bem como sete campos de jogos para distração.

O Palácio propriamente dito acomoda aqueles que foram os aposentos reais, num total de 666 divisões, tendo a sua construção sido iniciada somente após a Sagração da Basílica e concluída perto de 1735. O Palácio abrange todos os pisos do edifício, sendo contudo no terceiro piso que se localiza a zona nobre, constituída não só pelos aposentos reais privados localizados nos Torreões mas também pelas principais salas, ligadas entre si por extensos corredores, o que permitiria longos e faustosos passeios tão ao gosto da Corte (CMM, 2000).

Localizada no quarto piso do Palácio, na ala nascente, encontra-se a Biblioteca, com um acervo avaliado em cerca de 36.000 volumes, constituído por obras raras, datadas sobretudo do período compreendido entre os séculos XV e XIX (ex.: coleção de

⁹ Conjunto de sinos que se encontram musicalmente afinados entre si segundo informação disponível em <http://www.palaciomafra.pt/pt-PT/basilicamenu/carrilhoesmenu/ContentList.aspx>

incunábulo¹⁰; a célebre *Crónica de Nuremberga*; um conjunto de partituras de diversos autores criadas propositadamente para os órgãos da Basílica, entre outras obras de grande importância) e abrangendo temas diversificados, em resultado do interesse de D. João V por reunir o que de melhor e mais recente existisse à época, nacional ou estrangeiro.

Em termos arquitetónicos, e para além do Palácio Nacional de Mafra, importa também referir a importância da influência manuelina no concelho, uma vez que este tipo de arquitetura encontra-se presente não só em várias igrejas do concelho, mas também nos pelourinhos, construídos durante a reforma manuelina dos forais então existentes, e que ainda hoje subsistem.

Outro marco importante no concelho e que constitui parte do seu património cultural e histórico são os vestígios das fortificações pertencentes às Linhas de Torres. O concelho de Mafra insere-se naquela que era a segunda linha defensiva, tendo sido construídos fortes nas áreas de Ericeira, Ribamar, Carvoeira, Mafra, Malveira e Gradil, num total de 48. Atualmente, na maior parte dos casos, destas fortificações apenas restam vestígios e localizam-se em áreas de difícil acesso (CMM, 2000). Contudo, alguns foram recuperados, como é o caso do Forte da Feira (na Malveira) e outros são ainda visíveis, como é o caso do forte do Zambujal, constituindo pontos de interesse.

O concelho de Mafra congrega no seu território várias potencialidades de interesse turístico, de natureza, dimensões e temáticas variadas. Não obstante a existência de iniciativas, sobretudo num passado recente, para divulgar e promover uma oferta turística mais diversificada e abrangente, o Palácio Nacional de Mafra continua a constituir o principal referencial turístico do concelho, papel que poderá vir a ganhar mais relevo caso a candidatura a Património da Mundial da UNESCO, entretanto já em curso, venha a ser aceite.

¹⁰ Obras impressas até 1500 (conforme informação constante em <http://www.palaciomafra.pt/pt-PT/biblioteca/ContentList.aspx>)

CAPÍTULO III - Metodología

3.1 - Introdução

A presente dissertação insere-se no domínio científico das ciências sociais tendo a investigação sido desenvolvida segundo a metodologia desta área de conhecimento.

O tema da presente dissertação centra-se em conceitos que incorporam aspetos dotados de subjetividade e ligados à intangibilidade, nomeadamente a exploração das relações existentes entre património cultural imaterial e a identidade saloia, o que dificulta a sua delimitação e transposição para o plano objetivo e material, nomeadamente no âmbito do turismo. Por outro lado, a perceção de que o turismo pode constituir uma ferramenta para a preservação e valorização das manifestações do património cultural imaterial, contribuindo a sua eventual salvaguarda, orientou a estratégia metodológica visando a criação de algo “palpável”, concreto e material mas que simultaneamente incorporasse a dimensão imaterial do património cultural mafrense. Desta forma, no decurso do presente trabalho de dissertação optou-se pelo desenvolvimento de uma metodologia de carácter maioritariamente qualitativo.

O presente trabalho foi desenvolvido com base em técnicas de recolha de informação documentais e não documentais. As técnicas de recolha de informação documentais foram utilizadas na fase exploratória, enquadramento conceptual, caracterização do tema e do objeto de estudo e consistiram em pesquisa qualitativa e análise documental e permitiram a aquisição de conhecimentos acerca do património cultural imaterial do concelho de Mafra associado à identidade saloia; sobre os recursos e características da identidade saloia com potencial turístico e compreender as alterações socioculturais ocorridas no concelho e a forma como estas contribuem para a necessidade de salvaguarda do património cultural imaterial mafrense.

Numa primeira fase foi efetuada a pesquisa e análise documental centrada em publicações de natureza científica, em formato papel mas também em formato digital disponíveis na internet. Foram consultados livros, artigos científicos, dissertações e publicações institucionais tendo-se considerado apenas referências tidas como fidedignas, ou seja, publicadas por entidades/organismos oficiais, citadas em publicações *peer-reviewed* ou alojadas em domínios institucionais.

Foram igualmente analisados diversos instrumentos normativos com relevância para o tema. Neste âmbito há a referir que o Plano Diretor Municipal de Mafra (PDM) encontra-

se atualmente em processo de revisão, sendo a versão anterior datada de 1995. Dado a existência de um intervalo de tempo bastante dilatado (20 anos) foram analisados outros instrumentos municipais de gestão territorial mais recentes, suscetíveis de fornecer informação fidedigna e mais atualizada sobre a realidade do concelho de Mafra, como é o caso, por exemplo, do *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*, de 2014 e do *Plano de Emergência da Proteção Civil de Mafra*, de 2010.

Para a pesquisa, recolha e análise documental referente ao património cultural imaterial mafrense recorreu-se sobretudo a consulta de publicações e coleções existentes em diversos locais de consulta disponíveis no concelho, nomeadamente a Casa da Cultura da Malveira, Biblioteca Municipal de Mafra e Posto de Turismo da Mafra, dado que a maior parte desta informação não se encontra disponível em linha.

Nas fases seguintes recorreu-se a técnicas de recolha de informação não documentais de observação indireta, nomeadamente através da realização de inquéritos por questionário e realização de entrevistas semiestruturadas. Por último, procedeu-se à análise documental de documentos estratégicos orientadores das políticas de desenvolvimento turístico do concelho.

Apresenta-se de seguida os objetivos que nortearam a presente dissertação, bem como os métodos de investigação e técnicas de recolha de informação utilizados para a concretização dos mesmos.

3.2 - Objetivos

A presente dissertação tem por objetivo principal a valorização do património cultural imaterial associado à identidade saloia do concelho de Mafra enquanto contributo para um turismo mais sustentável.

O turismo, ao possibilitar o envolvimento e participação da população local, e dos artesãos em particular, enquanto representantes do património cultural imaterial da comunidade, pode constituir uma ferramenta para a valorização e preservação da *living heritage*, contribuindo para a sustentabilidade do concelho.

Desta forma, este trabalho de dissertação compreende os seguintes objetivos específicos:

1. Elaborar uma base de dados constituída pelos artesãos locais atualmente existentes no concelho de Mafra;
2. Aferir expectativas e formas preferenciais de envolvimento em iniciativas turísticas relacionadas com a identidade saloia;
3. Selecionar os artesãos locais ligados às artes e ofícios tradicionais do concelho;
4. Aferir o nível de envolvimento e participação da comunidade e dos artesãos locais no processo de tomada de decisão em iniciativas turísticas desenvolvidas pelo município;
5. Apresentar propostas para a integração do património cultural imaterial associado à identidade saloia em iniciativas turísticas locais.

Apresenta-se em seguida a explicação da metodologia aplicada em cada uma das fases com vista à prossecução dos objetivos traçados.

3.3 - Elaboração de uma base de dados sobre os artesãos locais

Numa primeira fase procedeu-se à recolha de informação referente aos artesãos atualmente existentes no concelho, independentemente se estarem ou não ligados a artes e ofícios tradicionais. A recolha desta informação foi obtida de três modos:

- Listagem fornecida pelo Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra, através do sector do Turismo, na qual constavam os artesãos locais com atividade registada no concelho;
- Deslocação a alguns eventos e iniciativas turísticas promovidas pela Câmara Municipal de Mafra, ou por outras entidades, desde que inseridas dentro da área geográfica do concelho e onde fosse provável a participação de artesãos locais;
- Recolha de informação junto de alguns habitantes e artesãos locais no sentido de identificar a existência de outras oficinas ligadas a artes tradicionais no concelho;

Na listagem fornecida pelo Departamento Sociocultural da CMM constava o nome do artesão, os seus contactos e a atividade desenvolvida. Uma primeira listagem foi fornecida em Abril de 2014. Em Julho de 2015 foi pedida uma nova listagem atualizada, com o objetivo de identificar a existência de novos artesãos e que não constassem na listagem anterior.

Paralelamente foram efetuadas incursões a eventos e locais turísticos onde seria expectável a participação de artesãos locais, tendo em vista o preenchimento do questionário. Foram visitados os seguintes eventos e locais: Feira da Espiga (Mafra, 30/5/2014), Feira da Malveira (Maio de 2014); Mercado Municipal da Ericeira (Junho 2014) e Festival do Pão (Mafra, 19/7/2015).

Com a utilização simultânea destes três modos de recolha de informação, procurou-se identificar de forma mais completa possível o maior número de artesãos existentes no concelho.

3.4 - Inquéritos por questionário

Tendo por objetivo a determinação da disponibilidade em partilhar a herança cultural (*living heritage*) no âmbito de iniciativas turísticas centradas na identidade saloia do concelho e aferir de que forma os artesãos locais estariam dispostos a fazê-lo, optou-se pela utilização de técnicas de recolha de informação não documentais de observação indireta através da realização de inquéritos por questionário (Apêndice V).

O recurso à utilização de inquéritos por questionário revela-se útil e apropriado quando se pretende reunir informação sobre um conjunto de comportamentos com vista à compreensão de atitudes, opiniões e preferências, permitindo obter dados sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, ou quando se pretende obter informação sobre o mesmo tipo de variável para muitos indivíduos, num determinado momento do tempo (Ferreira & Campos, 2001).

O questionário foi elaborado com vista à obtenção de três tipos de informação: (i) referente à caracterização sociodemográfica; (ii) referente à arte/ofício desenvolvida (contexto de aprendizagem, condições de laboração e visitação, tipologia de produtos) e (iii) expectativas e formas preferenciais de envolvimento em eventos turísticos relacionados com a identidade saloia do concelho.

O questionário apresentado era constituído por 15 questões, das quais cinco eram de resposta fechada, oito de resposta prevista com opção de detalhar outras escolhas não contempladas ou justificação da resposta, e duas questões abertas. A opção pela utilização de questões abertas e mistas (com possibilidade de justificação e/ou resposta mais detalhada por parte dos artesãos) justifica-se pela maior liberdade de resposta e

utilização de linguagem própria, fornecendo informações importantes que poderiam não estar contempladas no questionário.

Tendo por base a listagem fornecida pelo Departamento Sociocultural da CMM, procedeu-se ao contacto telefónico com os artesãos com o objetivo de responderem ao questionário. No caso de o artesão não atender o telemóvel/telefone ou estes se encontrarem desligados, efetuou-se nova tentativa em dias e horários diferentes, tendo-se realizado pelo menos 3 tentativas de contacto.

No decurso das incursões a eventos foi possível conhecer pessoalmente alguns dos artesãos entretanto já contactados, bem como observar os trabalhos expostos e recolher presencialmente novos questionários. A existência da listagem fornecida pela CMM com identificação do artesão permitiu-me efetuar um controlo sobre a informação recolhida durante os eventos, evitando duplicações no preenchimento dos questionários.

A fase de realização dos questionários (telefónicos e presenciais) decorreu entre Abril de 2014 e Agosto de 2015.

3.5 - Critérios de seleção

Para a elaboração da triagem com vista à obtenção de uma rede de artesãos detentores da *living heritage*, associada à identidade saloia foram aplicados quatro critérios de seleção: (i) Naturalidade, (ii) Ligação a artes e ofícios tradicionais, (iii) Práticas em uso e (iv) Processos de aprendizagem.

A definição dos critérios de seleção teve por base as orientações constantes na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO e informação anteriormente coligida sobre as artes e ofícios tradicionais no concelho de Mafra.

Um primeiro critério prende-se com a **naturalidade** do artesão. De acordo com a Convenção da UNESCO (2003), o património cultural imaterial é definido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados - que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural”. O critério da naturalidade prende-se com a história

de vida do artesão, nomeadamente onde cresceu e viveu a maior parte da sua vida, considerando-se que um artesão que terá crescido e/ou vivido toda ou a maior parte da sua vida no concelho será um legítimo representante do património cultural imaterial do mesmo.

Um segundo critério relaciona-se com a sua **ligação a artes e ofícios tradicionais** do concelho. No âmbito da Convenção, o património cultural imaterial baseia-se no sentimento de identidade resultante da partilha de um passado comum e fortalecido pela prática e transmissão de tradições herdadas do passado, transmitidas de geração em geração e atualmente ainda em uso. A definição daquelas que são as artes e ofícios tradicionais do concelho de Mafra foi apurada a partir da análise documental anteriormente efetuada, considerando-se elegível o artesão que estivesse ligado a uma das artes e ofícios consideradas tradicionais no concelho.

Um terceiro critério refere-se às **práticas ainda em uso** e relaciona-se com o carácter dinâmico, contemporâneo e vivo que caracteriza o património cultural imaterial, ou seja como a herança culturalmente viva (*living heritage*), herdada do passado mas ainda existente e praticada pela comunidade. Desta forma, apenas os artesãos que ainda executem, transmitam ou ensinem a sua arte serão elegíveis, uma vez que contribuem para a transmissão intergeracional de conhecimentos e competências referentes às artes e ofícios de génese local, o que constitui a base nuclear do conceito de património cultural imaterial.

Um quarto critério prende-se com os **processos de aprendizagem** da arte ou ofício. No âmbito da Convenção, o património cultural imaterial refere-se ao que as comunidades consideram ser representativo do seu passado, resultando da sua história e ao qual está inerente um sentimento de continuidade: “Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade” (UNESCO, 2003). Nesse sentido, e de entre os diferentes processos de aprendizagem, privilegiou-se a inclusão de artesãos cujos processos de aprendizagem tivessem por base a tradição familiar, conjuntamente ou não com outras formas de aquisição de conhecimentos e competências, numa lógica de transmissão intergeracional de saberes.

3.6 - Nível de participação da comunidade e artesãos locais

Com o objetivo de avaliar o grau de participação e envolvimento da comunidade local e dos artesãos, em particular, no processo de tomada de decisão de iniciativas de natureza turística, promovidas e implementadas pelo município, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas.

O desenvolvimento da atividade turística deve decorrer em consonância com os princípios inerentes à sustentabilidade, pelo que as estratégias e políticas de desenvolvimento turístico implementadas pelas entidades governativas devem ser formuladas em parceria com os principais stakeholders (UNEP e WTO, 2005), entre os quais se inclui a comunidade local e, dentro desta, os artesãos locais.

Foram efetuadas duas entrevistas, as quais tiveram lugar a 2 de Setembro de 2015. Uma primeira entrevista foi realizada a intervenientes com responsabilidades na definição da estratégia de desenvolvimento turístico do concelho, nomeadamente a Vereadora do Turismo da Câmara Municipal de Mafra, a Dra. Célia Fernandes. Nesta entrevista pretendia-se avaliar o grau de participação e envolvimento da comunidade local no processo de tomada de decisão referente a estratégias de desenvolvimento turístico.

Com o objetivo de avaliar o grau de envolvimento e participação dos artesãos locais na definição de estratégias de desenvolvimento turístico, foi realizada uma segunda entrevista com a responsável pela área Cultural, do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico da Câmara Municipal de Mafra, a Dra. Maria Manuel Bringel, possuidora de vastos conhecimentos e experiência decorrentes da realização de vários trabalhos de investigação desenvolvidos no seio da comunidade artesã do concelho e com responsabilidades na organização de alguns eventos culturais onde ocorre a participação de artesãos locais.

As entrevistas eram semiestruturadas, constituídas por sete questões abertas (Apêndice VI) tendo-se seguido a metodologia proposta por Garrod *et al.* (2012), a qual se centra na análise combinada de sete eixos identificados pelo autor como indicativos dos níveis de participação e envolvimento da comunidade local (envolvimento da comunidade local em iniciativas turísticas; estratégias existentes conducentes ao envolvimento da comunidade local; existência de estruturas de governação; aspetos da participação incorporados pelo município; resultados percebidos da participação; influência da comunidade local na

tomada de decisão; estratégias futuras para reforçar a participação da comunidade local). Durante a realização das entrevistas, procurou-se que as entrevistadas dessem exemplos tangíveis e se referissem a mecanismos concretos de participação e respetivos resultados obtidos.

A aplicação desta metodologia permite a exposição de pontos de vista e liberdade de expressão, constituindo uma importante fonte de informação sobre o nível de participação e envolvimento da comunidade local e dos artesãos atualmente existente no concelho.

3.7 - Propostas de integração do património imaterial saloio em iniciativas turísticas locais

A elaboração de propostas de integração do património cultural imaterial associado à identidade saloia, em iniciativas turísticas preconizadas pelo município, foi norteadada pelos seguintes vetores:

- Avaliação da potencialidade endógena;
- Enquadramento na estratégia turística preconizada pelo município;

A avaliação da potencialidade endógena para a criação de um produto turístico centrado no património cultural imaterial associado à identidade saloia foi aferida com base nos resultados obtidos após a aplicação dos critérios de seleção e na disponibilidade demonstrada pelos mesmos em participar em iniciativas turísticas relacionadas com a temática da identidade saloia;

As propostas de iniciativas turísticas a apresentar deverão estar enquadradas naquela que é a visão estratégica de desenvolvimento turístico preconizado pelo concelho. Nesse sentido procedeu-se à análise documental do principal instrumento de gestão municipal na área do Turismo: o Plano Estratégico do Turismo para o Concelho de Mafra (2007-2016)

CAPÍTULO IV - Resultados

4.1 - Elaboração de uma base de dados sobre os artesãos locais

A partir dos três métodos de recolha de informação foram apurados 72 artesãos existentes atualmente no concelho de Mafra, dos quais 65 constavam nas listagens fornecidas pelo Departamento Sociocultural da CMM, 6 foram identificados no decurso da visitação a eventos e iniciativas locais de âmbito turístico e 1 artesão foi identificado a partir de informações recolhidas localmente.

Há a referir que a segunda listagem fornecida pela CMM, em 2015, era constituída por um menor número de artesãos, o que poderia estar relacionado com um eventual abandono da atividade, uma vez que deixaram de estar com atividade registada no Departamento Sociocultural. Contudo, dado que se pretendia abranger o maior número possível de artesãos, optou-se por aglomerar a informação proveniente das duas listagens, ou seja foram considerados todos os artesãos que constavam em ambas as fontes de informação.

4.2 - Inquéritos por questionário

Dos 72 artesãos identificados, foram inquiridos 40, o que corresponde a uma taxa de resposta de 55,5%. Todos os artesãos identificados foram contactados, contudo não foi possível obter uma maior taxa de resposta devido a razões várias, nomeadamente:

- Desinteresse/indisponibilidade: muitos dos artesãos contactados não se disponibilizaram a colaborar, alegando abandono/desinteresse pela atividade. Outros alegaram indisponibilidade momentânea, não tendo contudo retribuído ou atendido contactos posteriores;
- Contactos desligados, sem ligação/número atribuído ou sem resposta (não atenderam), após várias tentativas de contacto;
- Alteração da titularidade do número de contacto disponível na listagem, sem existência de contacto alternativo;

A análise dos dados recolhidos por questionário baseou-se em tabelas frequência, as quais foram elaboradas com o objetivo de descrever a amostra e determinar as características sociodemográficas, bem como a caracterização da arte/ofício

desenvolvida e apuramento das expectativas e formas preferenciais de envolvimento em eventos de natureza turística relacionados com a identidade saloia.

4.2.1 - Caracterização sociodemográfica

Dos inquiridos, a maioria (77,5%) respondeu ter crescido ou vivido a maior parte da sua vida no concelho de Mafra (Tabela 4.1). Relativamente à distribuição por género, esta apresenta uma distribuição equilibrada com predomínio de indivíduos do sexo feminino (55%).

A idade média dos inquiridos é de 59 anos, tendo o inquirido mais jovem 35 anos e o mais sénior 93 anos. Para uma mais fácil análise dos resultados fornecidos por esta variável, optou-se pela distribuição das idades em três classes: dos 35 aos 50 anos, de 51 a 65 anos (inclusive) e mais de 65 anos. A classe com maior número de inquiridos foi a de 51 a 65 anos (45%), seguindo-se a de 35 a 50 anos (30%) e por último a classe com idade superior a 65 anos (25%). Não se observa um envelhecimento acentuado da população inquirida dado que apenas um quarto dos respondentes (25%) apresentam mais de 65 anos de idade.

Tabela 4.1 - Perfil sociodemográfico dos artesãos

Variável (<i>n</i> =40)	Frequência	%
Natural de Mafra		
Sim	31	77,5
Não	9	22,5
Género		
Feminino	22	55,0
Masculino	18	45,0
Idade		
35 a 50 anos	12	30,0
51 a 65 anos	18	45,0
Mais de 65 anos	10	25,0
Habilitações Literárias		
Ensino Básico 1º ciclo	9	22,5
Ensino Básico 2º ciclo	7	17,5
Ensino Básico 3º ciclo	6	15,0
Ensino Secundário	12	30,0
Curso Técnico Profissional	4	10,0
Ensino superior	2	5,0

Relativamente às habilitações literárias, considerou-se o último ano frequentado pelo inquirido, independentemente de constituir ou não a conclusão de um ciclo de estudos. O grau com maior representatividade é o Ensino Secundário (30%), seguindo-se o Ensino Básico de 1º Ciclo (22,5%) e o Ensino Básico de 2º Ciclo (17,5%). O grau académico que com menor número de inquiridos é o Ensino Superior (5%).

4.2.2 - Caracterização das artes e ofícios locais

A partir da pesquisa e análise documental sobre o património cultural imaterial do concelho e traços da identidade saloia mafrense decorrentes do contexto histórico documentado, foram selecionados 7 artes e ofícios considerados mais representativos do passado cultural e tradicional do concelho:

- Albardaria;
- Cerâmica/Olaria;
- Cestaria;
- Latoaria;
- Marcenaria/trabalhos em madeira;
- Tanoaria;
- Tecelagem;

Para efeitos de tratamento de informação considerou-se a Azulejaria como pertencente à arte e ofício da Cerâmica/Olaria, uma vez que, apesar de poder ser considerada uma arte autónoma, ela tem por base a utilização de peças de cerâmica.

A utilização de uma oitava opção, designada por “Outra”, permitiu a obtenção de informação sobre artes não tradicionais existentes atualmente no concelho e praticadas pelos artesãos locais, tendo sido pedido aos inquiridos que definissem e detalhassem qual era essa atividade.

A arte ou ofício com maior expressão é a Cerâmica/Olaria (47,5%), seguindo-se artes consideradas não tradicionais no concelho (22,5%) e a Marcenaria/trabalhos em madeira (20%). Não foi identificado nenhum artesão ligado à atividade de albardaria ou tanoaria (Tabela 4.2). A informação documental recolhida anteriormente apontava para a existência de pelo menos um praticante em cada atividade. No caso da albardaria, foi-me transmitida a informação de que este praticante já não exercia a atividade por motivos de

saúde, situação decorrente da idade avançada, não se conhecendo a existência de mais artesãos ligados a este ofício. No caso da cestaria e latoaria foi encontrado apenas um único representante em cada uma destas artes e na tecelagem apenas dois (5%).

No que concerne às artes e ofícios não tradicionais no concelho, destaca-se a grande variedade apresentada pelos artesãos, sendo que alguns desenvolviam mais do que uma arte, não assumindo nenhuma delas o carácter de arte principal. De entre as artes referidas destaca-se a pirogravura, trabalhos em pedra, trabalhos em acrílico/vidro, pele moldada, as artes decorativas e os labores.

A opção pela não inclusão dos artesãos relacionados com os labores nas artes tradicionais prende-se por um lado com o facto de não ter sido identificada na bibliografia consultada referências a bordados considerados tradicionais no concelho e, por outro, porque as produções artesanais referidas por estes artesãos assumirem uma feição mais contemporânea, materializada em por exemplo em quadros em ponto cruz ou pontos característicos doutras regiões do país como é o caso da produção de tapetes de Arraiolos.

Tabela 4.2 - Tipo de arte/ofício e situação do artesão face à atividade

Variável (n=40)	Frequência	%
Tipo de arte/ofício		
Albardaria	0	0
Cerâmica/Olaria	19	47,5
Cestaria	1	2,5
Latoaria	1	2,5
Marcenaria/trabalhos em madeira	8	20,0
Tanoaria	0	0
Tecelagem	2	5,0
Outros	9	22,5
Exerce ou transmite a arte/ofício		
Sim	35	87,5
Não	5	12,5
Desempenho da atividade		
Tempo inteiro	14	35,0
Tempo parcial	25	62,5
Não responde	1	2,5

Relativamente ao exercício da atividade, a grande maioria dos inquiridos (87,5%) respondeu que ainda executa, transmite ou ensina a sua arte ou ofício. Os 12,5% que

afirmaram já não estar a exercer a sua arte apresentaram razões de ordem económica (atividade economicamente não viável), pessoal (desinteresse em manter a atividade) e de ordem logística (falta de espaço para o exercício da atividade).

Dos inquiridos, a maioria exerce a atividade a tempo parcial (62,5%). De entre os que o fazem a tempo parcial, mais de metade é constituída por reformados (56%), sendo que os trabalhadores por conta de outrem representam 16%. Foram igualmente referidas outras razões, por 28% dos artesãos que o fazem a tempo parcial, para a não dedicação em exclusivo à atividade nomeadamente o facto de desenvolverem atividade por conta própria noutro ramo que não o do artesanato, por necessidade de prestar assistência familiar, situação de pré-reforma, ou por se dedicarem ao trabalho doméstico.

No que concerne ao contexto de aprendizagem, foi pedido aos artesãos que indicassem qual o processo pelo qual tinham adquirido os conhecimentos e competências que permitem a execução da sua arte e ofício, podendo indicar mais do que um. A opção pela possibilidade de escolha múltipla resulta do facto de poder existir mais do que um processo de aprendizagem, devendo nesse caso o inquirido indicar quais.

Para facilitar a análise dos dados recolhidos nesta questão, optou-se por considerar, para cada um dos processos de aprendizagem, o número de respostas obtidas face ao total de inquiridos (Tabela 4.3). O processo de aprendizagem mais vezes mencionado foi Autodidata (45%). A aquisição de conhecimentos e competências por via da tradição familiar (22,5%), curso de formação profissional (20%) e em contexto de trabalho (17,5%) apresentaram valores aproximados entre si. É de destacar que cerca de 7,5% dos inquiridos referiu igualmente outros processos de aprendizagem não formal, referindo que a aquisição de conhecimentos e competências resultaram de um interesse por parte do artesão em aprender a arte, a qual lhes foi transmitida por alguém conhecedor da mesma, externo ao núcleo familiar.

Relativamente às condições nas quais decorre a prática da atividade, nomeadamente o local onde a atividade é exercida, e dada a possibilidade de existência de mais do que uma localização (como por exemplo a localização dos fornos ser diferente da oficina onde o barro é modelado), optou-se, para efeitos de análise da informação recolhida, por apresentar os resultados obtidos para cada opção em relação ao total de inquiridos.

A maior parte dos inquiridos referiu que trabalha a sua arte em oficina própria (52,5%), seguindo-se a prática da atividade em casa (42,5%) e apenas uma minoria (17,5%) referiu fazê-lo em estabelecimento comercial. Há a mencionar que 7,5% referiu exercer a sua atividade num outro local, nomeadamente no Mercado Municipal da Ericeira. Trata-se de um espaço, situado no piso superior do Mercado Municipal, onde os artesãos podem expor os seus trabalhos, dispondo de uma pequena área conexas onde podem trabalhar ao vivo.

Tabela 4.3 - Processos de aprendizagem e local de laboração

Variável (n=40)	Frequência	%
Processos de aprendizagem		
Tradição familiar		
Sim	9	22,5
Não	31	77,5
Curso de Formação Profissional		
Sim	8	20,0
Não	32	80,0
Em contexto de Trabalho		
Sim	7	17,5
Não	33	82,5
Autodidata		
Sim	18	45,0
Não	22	55,0
Outro		
Sim	3	7,5
Não	37	92,5
Local de laboração		
Em casa		
Sim	17	42,5
Não	23	57,5
Em oficina própria		
Sim	21	52,5
Não	19	47,5
Em estabelecimento comercial		
Sim	7	17,5
Não	33	82,5
Outro		
Sim	3	7,5
Não	37	92,5

Procurou-se igualmente adquirir informação acerca da tipologia de produtos criados. Nesse sentido foi pedido aos artesãos que identificassem, de entre os produtos por eles produzidos, aqueles que, na sua visão, fossem mais representativos da identidade saloia do concelho de Maфра, sendo a questão colocada de forma aberta, por forma a dar a maior liberdade possível de resposta.

Do total de inquiridos, uma minoria (15%) respondeu não criar produtos relacionados com a identidade saloia (Tabela 4.4). À maioria que respondeu afirmativamente (85%), foi então solicitado que indicassem, até um máximo de 3 produtos, os que consideravam mais representativos da identidade saloia do concelho de Maфра.

Tabela 4.4 - Tipologia de produtos associados à identidade saloia

Variável (<i>n</i> =40)	Frequência	%
Produtos associados à identidade saloia		
Sim	34	85
Não	6	15
Variável (<i>n</i> =34)	Frequência	%
Tipologia		
Aspetos da vida rural	15	44,1
Convento	14	41,2
Igrejas e Arte Religiosa	9	26,5
Artigos tradicionais	9	26,5
Chafarizes, fontes e casas	8	23,5
Moinhos	6	17,6

As respostas fornecidas foram então agrupadas em categorias temáticas, procurando-se que estas fossem simultaneamente distintivas entre si e de conteúdo interno homogéneo, ou seja, que representassem as diversas tipologias respondidas pelos inquiridos mas agrupadas em categorias de conteúdo similar, por forma a permitir a quantificação das respostas dadas.

Numa primeira fase transcreveram-se todas as respostas tal como foram fornecidas pelos inquiridos, seguindo-se depois a análise de conteúdo com vista à identificação das categorias possíveis. Dada a variedade de matérias-primas utilizadas pelos vários artesãos, optou-se por definir as categorias com base nas temáticas abordadas. As respostas obtidas foram então inseridas nas 6 categorias criadas e que a seguir se discriminam:

- Aspetos ligados à vida rural;
- Convento de Mafra;
- Igrejas e Arte Religiosa;
- Artigos tradicionais;
- Chafarizes, fontes e casas saloias;
- Moinhos;

A categoria “Aspetos ligados à vida rural” foi a mais referida pelos artesãos (44,1%) e nela inserem-se os produtos alusivos ao passado rural do concelho, materializado através de representações de figuras típicas tradicionais saloias, nomeadamente agricultores, ceifeiras, lavadeiras, almocreves, representações de animais (com especial destaque para a enorme variedade de representações alusivas ao burro) mas também cenas do quotidiano rural (como por exemplo o casal saloio) e satírico, aqui sobretudo por via do figurado. Foram igualmente referidas representações ligadas à vida agrícola, através da reprodução de alfaias agrícolas e carrinhos de bois. Estas temáticas são comuns a várias artes e ofícios locais, verificando-se a sua existência na Cerâmica/Olaria, Marcenaria/trabalhos em madeira, Pirogravura e Lavoires.

A temática do Convento de Mafra a segunda mais referida pelos artesãos (41,2%) e relaciona-se com a representação do Palácio-Convento de Mafra nos mais variados tipos de suportes, combinando a utilização de um ou mais materiais: azulejo, painéis, lavoires, em peças de Cerâmica/Olaria, faianças, madeiras, telhas, mas também na produção de réplicas de mobiliário dos séculos XVII e XVIII. Esta temática é referida por artesãos de várias artes e ofícios, estando presente em grande parte das artes consideradas não tradicionais do concelho.

A categoria “ Igrejas e Arte Religiosa” foi referida por 26,5% dos artesãos e nela inclui-se a representação de igrejas e capelas existentes no concelho, de presépios saloios, de imagens religiosas e santos mais comuns no concelho. De salientar que, de entre as várias igrejas do concelho, a Igreja de Nossa Senhora do Ó, localizada na freguesia da Carvoeira, constitui uma temática recorrente tendo sido referida por vários artesãos. Esta categoria é referida sobretudo por artesãos ligados à Cerâmica/Olaria.

A categoria “Artigos tradicionais” foi igualmente mencionada por 26,5% dos artesãos e refere-se a produtos com carácter utilitário de origem tradicional como seja a produção de loiça, nomeadamente canecas, jarros, bilhas, tachos, travessas, tigelas, etc., produzidos

a partir de barro vermelho, mas também a produção de cestos, bilhas, medidas para o vinho, sacos, mantas e tapetes retalheiros, produzidos de forma artesanal. Constitui a categoria mais diversificada, sendo referida pela maioria dos artesãos considerados ligados às artes e ofícios tradicionais, com exceção da Marcenaria/trabalhos em madeira.

A temática “Chafarizes, fontes e Casas saloias” foi referida por 23,5% dos artesãos e refere-se à representação dos principais chafarizes e fontes existentes no concelho, mas também de casas saloias, nomeadamente representações da Aldeia da Mata Pequena, Aldeia Típica de José Franco, da Vila Velha (parte antiga de Mafra) tendo sido igualmente referidas as casas típicas da Ericeira. Esta categoria foi mencionada sobretudo por artesãos ligados à Cerâmica/Olaria.

A categoria “Moinhos” encontra-se presente em 17,6% das respostas obtidas e corresponde sobretudo a representações de moinhos, existindo também referências a moleiros. Esta temática foi referida sobretudo por artesãos ligados a artes e ofícios não tradicionais.

Foi igualmente perguntado aos artesãos se produziam produtos não relacionados com a identidade saloia, tendo a maioria (85%) respondido que sim (Tabela 4.5). Aos artesãos que responderam afirmativamente foi solicitado que detalhassem a tipologia de artigos produzidos, sob a forma de questão aberta.

Tabela 4.5 - Tipologia de produtos não associados à identidade saloia

Variável (<i>n</i> =40)	Frequência	%
Produtos não associados à identidade saloia		
Sim	34	85
Não	6	15
Variável (<i>n</i> =34)	Frequência	%
Tipologia		
Artigos contemporâneos	17	50,0
Trabalhos de autor/encomenda	13	38,2
Aspetos alusivos a outras regiões	12	35,3
Arte Religiosa	6	17,6
Aspetos alusivos à Ericeira	4	11,8

As respostas obtidas foram, à semelhança da questão anterior, analisadas em termos de conteúdo e agrupadas em categorias consideradas distintas entre si e homogêneas quanto ao seu conteúdo, tendo-se obtido 5 categorias:

- Artigos contemporâneos;
- Trabalhos de autor/por encomenda;
- Aspectos alusivos a outras regiões;
- Arte Religiosa;
- Aspectos alusivos à Ericeira;

A categoria mais vezes referida (50%) foi “Artigos contemporâneos” e relaciona-se com a produção de artigos decorativos ou utilitários com características contemporâneas, os quais muitas vezes foram referidos apenas de forma genérica pelos artesãos como “artesanato contemporâneo”. De entre as respostas obtidas encontram-se referências a artigos como peças decorativas contemporâneas, loiça com decoração mais atual; bolsas para tablets e telemóveis; quadros, painéis e azulejos com temáticas diversas ou intemporais (por exemplo a representação das estações do ano). Esta categoria encontra-se presente em todos os tipos de arte e ofícios.

A categoria “Trabalhos de autor/por encomenda” foi a segunda mais referida pelos artesãos (38,2%) e referem-se a respostas em que o artesão sublinhou o carácter único do seu trabalho, designando-o como “criativo”, “original” ou “próprio”, ao qual se encontra associado muitas vezes trabalhos por encomenda. Inclui produção de artigos de cerâmica, painéis, bijuteria, quadros com aplicações de madeira, pintura a óleo e acrílico, entre outros. Esta categoria encontra-se presente na maior parte das artes e ofícios.

Os “Aspectos alusivos a outras regiões” constitui a terceira categoria mais referida pelos artesãos (35,3%) e relaciona-se com representações de circunstâncias, imagens ou referências a outras regiões do país ou de âmbito nacional. É o caso de produção de figurado alusivo a outros locais ou profissões; representação de chafarizes, fontes, casas, paisagens ou monumentos de outros concelhos ou regiões do país; pregões, emblemas ou outros aspectos de maior abrangência territorial. Esta categoria encontra-se igualmente presente na maior parte das artes e ofícios.

A categoria “Arte Religiosa” encontra-se presente em 17,6% das respostas recolhidas e refere-se à representação de alusiva a presépios e igrejas de outras regiões do país, bem

como à representação de imagens do Santo António. Esta categoria foi referida sobretudo por artesãos ligados à Cerâmica/Olaria.

A temática “Aspetos alusivos à Ericeira” foi referida por 11,8% dos artesãos e reporta-se a representações de igrejas, casas típicas, chafarizes e fontes existente nesta freguesia mas também a aspetos ligados ao mar (como peixes e lanchas) que os inquiridos consideraram ser representativos e simbólicos desta área do concelho. Esta categoria foi referida unicamente por artesãos ligados à Cerâmica/Olaria e Marcenaria/trabalhos em madeira.

4.2.3 - Expectativas e formas preferenciais de envolvimento

A grande maioria dos inquiridos (90%) considera que o turismo contribui para a dinamização da sua atividade, sendo que apenas 7,5% considera que não contribui e 2,5% não sabe responder (Tabela 4.6).

Tabela 4.6 - O turismo como contributo para a dinamização da atividade

Variável (<i>n</i> =40)	Frequência	%
Turismo como contributo		
Sim	36	90
Não	3	7,5
Não sabe/não responde	1	2,5
Variável (<i>n</i> =36)	Frequência	%
Justificação		
Promoção/divulgação	27	75,0
Fonte de receita	10	27,8
Valorização da atividade	8	22,2
Intercâmbio cultural	7	19,4

De forma a perceber as razões subjacentes foi pedido aos artesãos que justificassem a resposta dada, sob a forma de questão aberta, podendo os artesãos apresentar mais do que uma razão. Dos artesãos que consideram que o turismo contribui para a dinamização da sua atividade, a maioria (75%) indicou como justificação o facto de o turismo contribuir para a promoção/divulgação da sua atividade, 27,8% referiu ser uma fonte de receita dado serem os turistas os principais clientes das suas produções, 22,2 % mencionou o facto de a sua atividade ser valorizada e apreciada pelos turistas, sobretudo os turistas provenientes de outros países, e cerca de um quinto dos inquiridos (19,4%)

referiu razões relacionadas com o contacto com o público e intercâmbio cultural, considerando que constitui uma forma de enriquecimento pessoal e artístico.

Os inquiridos que consideram que o turismo não contribui para a dinamização da sua atividade, justificaram esta opção referindo falta de incentivos, reduzida procura por parte dos turistas e pouca valorização da atividade desenvolvida.

Com o objetivo de avaliar a disponibilidade dos artesãos para serem visitados por turistas, bem como identificar a tipologia de visita, colocou-se aos inquiridos o cenário hipotético de divulgação dos seus contactos e localização da sua oficina ou estabelecimento comercial em guias turísticos ou outros suportes de informação turística, tendo-se questionado se estariam disponíveis para serem visitados por turistas. A maioria dos inquiridos respondeu afirmativamente (60%), 37,5% respondeu que não estaria disponível para visita e 2,5% afirmou não saber responder à questão (Tabela 4.7).

Tabela 4.7 - Disponibilidade para visita

Variável (<i>n</i> =40)	Frequência	%
Disponibilidade para visita		
Sim	24	60,0
Não	15	37,5
Não sabe/não responde	1	2,5
Variável (<i>n</i> =15)	Frequência	%
Razão da indisponibilidade		
Não está no ativo	5	33,3
Não tem condições de visita	10	66,7

Dos inquiridos que não estão disponíveis para visita, a maior parte (66,7%) respondeu dever-se ao facto de não possuir condições de visita, nomeadamente a existência de um espaço amplo o suficiente para receber visitas, e um terço dos inquiridos (33,3%) referiu não estar a exercer a atividade, não estando por isso disponível para ser visitado.

Aos inquiridos que responderam estar disponíveis para visita, foi apresentado um conjunto de tipologias e condições de visita, tendo sido solicitado que identificassem todas aquelas que se adequavam às suas preferências, sem hierarquização das opções seleccionadas.

A forma de visitação em pequenos grupos foi aquela que mais vezes foi referida pelos inquiridos (40%), seguindo-se a visitação de forma espontânea ou aut noma (37,5%). Cerca de um terço dos artesãos (32,5%) referiu estar disponível apenas mediante a sua disponibilidade, sendo que alguns indicaram também outras formas de visitação em simultâneo, o que sugere uma maior abertura quanto à tipologia de visitação desde que enquadrada nos horários disponíveis pelo artesão. Cerca de um quinto dos inquiridos (20,0%) referiu a visitação organizada por um guia ou uma entidade promotora e apenas 5% indicou o uso da língua portuguesa como condição de visitação (Tabela 4.8).

Tabela 4.8 - Tipologia de visitação

Variável (<i>n</i> =40)	Frequência	%
Tipologia de visitação		
De forma espontânea		
Sim	15	37,5
Não	25	62,5
Em pequenos grupos		
Sim	16	40,0
Não	24	60,0
Através de guia/entidade promotora		
Sim	8	20,0
Não	32	80,0
Apenas mediante a minha disponibilidade		
Sim	13	32,5
Não	27	67,5
Desde que falem português		
Sim	2	5,0
Não	38	95,0

Questionados quanto   participação hipotética num evento turístico destinado a fomentar a divulgação da cultura saloia através da apresentação das principais tradições e ofícios do concelho de Mafra (ex.: a realização de um evento turístico denominado por “Dia do Saloio”), a maioria dos artesãos (82,5%) respondeu que teria interesse em participar num evento semelhante, 15% respondeu negativamente e 2,5% não sabe responder (Tabela 4.9).

Os artesãos que não manifestaram interesse em participar no evento referiram como razões o desinteresse na continuação da atividade, motivos de saúde/doença, mudança de residência, falta de recursos financeiros e desinteresse na participação em eventos de natureza turística.

Tabela 4.9 - Formas preferenciais de participação em evento turístico relacionado com a identidade saloia

Variável (n=40)	Frequência	%
Participação em evento		
Sim	33	82,5
Não	6	15
Não sabe/não responde	1	2,5
Variável (n=33)	Frequência	%
Formas preferenciais		
Workshops		
Sim	10	30,3
Não	23	69,7
Feira		
Sim	12	36,4
Não	21	63,6
Contacto direto		
Sim	11	33,3
Não	22	66,7
Variável (n=33)	Frequência	%
Valor monetário		
Não sabe/não responde	6	18,2
Participaria sem valor associado	7	21,2
Até 5€	3	9,1
5€ a 10€	1	3,0
10€ a 20€	6	18,2
20€ a 50€	9	27,3
Mais de 50€	1	3,0

Aos artesãos que responderam afirmativamente, foi solicitado que hierarquizassem, de acordo com a sua preferência, as três formas possíveis de participação no evento hipotético apresentado: participação em *workshops* organizados por uma entidade promotora; participação numa feira subordinada ao tema “Cultura e Identidade Saloia”; e contato direto com os turistas (na oficina ou estabelecimento comercial próprio), sendo também dada a opção de resposta de não estar disponível para participar em nenhuma das opções apresentadas.

Alguns artesãos (12,1%) manifestaram apenas preferência por uma ou duas formas de participação, pelo que, para o tratamento desta questão, optou-se por analisar a frequência de ocorrência da forma de participação indicada pelo artesão como sendo a

preferida e não pela apresentação da hierarquização com maior frequência de ocorrência.

As diferentes formas de participação preferidas pelos artesãos apresentam valores muito próximos entre si. A forma de participação no evento que mais vezes foi referida como sendo a preferencial é a participação em feira sobre a temática da cultura saloia (36,4%), seguindo-se o contacto direto com os turistas na oficina ou estabelecimento comercial (33,3%) e, por último, a participação em *workshops* organizados por uma entidade promotora (30,3%).

Na última questão, era solicitado aos artesãos, e ainda no âmbito da participação no evento apresentado na questão anterior, que indicassem o valor a partir do qual considerariam interessante a participação em *workshops* ou visitação por parte dos turistas. O intervalo monetário de 20€ a 50€ é o que registou um maior número de respostas (27,3%), seguindo-se a participação gratuita, ou seja, sem nenhum valor monetário associado (21,2%). Dos inquiridos, 18,2% não sabe ou não respondeu, sendo que igualmente 18,2% referem como intervalo monetário para a participação entre 10€ a 20€.

Agregando as respostas registadas nos intervalos monetários mais baixos, obtém-se que a maioria dos artesãos (51,5%) consideraria interessante a participação em *workshops*/visitação por parte de turistas envolvendo valores monetários até 20€. No entanto é curioso verificar que o valor a partir do qual os artesãos consideram interessante a visitação/participação em *workshops* parece não concordar com os resultados obtidos quando questionados acerca do contributo do turismo na dinamização da sua atividade, uma vez que, de entre os inquiridos que indicaram “Fonte de Receita” como uma das razões por si apontadas como contributo do turismo para a dinamização da sua atividade, 40% destes considera interessante a participação em eventos envolvendo valores monetários até 5€ (Apêndice VII).

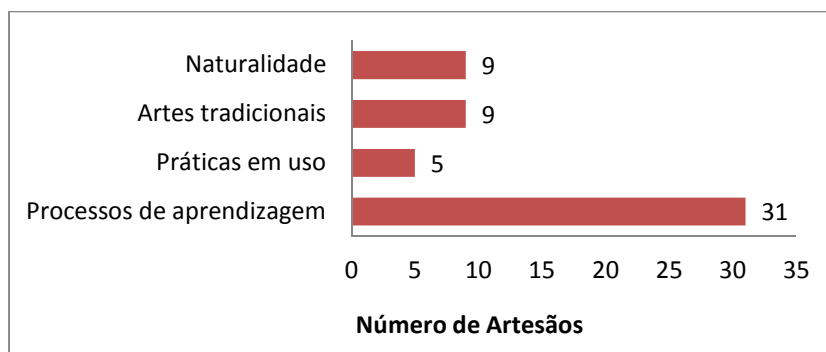
Cruzando as respostas obtidas no que concerne às expectativas monetárias com a tipologia de arte ou ofício, verifica-se que os inquiridos ligados à Marcenaria/Trabalhos em madeira tendem a aceitar a visitação/*workshops* de forma gratuita (71,4%), ao passo que os inquiridos relacionados com a Cerâmica/Olaria tendem a aceitar fazê-lo por valores mais elevados (21,4% dos ceramistas/oleiros referiu o intervalo de 10€ a 20€ e 35,7% situou a sua resposta no intervalo 20€ a 50€) (Apêndice VII)

4.3 - Aplicação dos critérios de seleção

A aplicação dos quatro critérios de seleção previamente estabelecidos permitiu a identificação de **8** artesãos que cumprem os quatro critérios definidos, ou seja, do total de artesãos locais identificados, oito são simultaneamente naturais do concelho ou nele viveram a maior parte da sua vida, executantes de uma arte ou ofício considerada tradicional no concelho, a qual ainda é exercida, ensinada ou transmitida e tendo sido apreendida por tradição familiar, entre outros processos de aprendizagem.

Analisando cada um dos critérios aplicados de forma individualizada, verifica-se que o critério que mais contribui para a exclusão de artesãos é o referente aos processos de aprendizagem, o qual é responsável pela exclusão de 31 artesãos, ou seja apenas 9 inquiridos referiram ter aprendido a sua arte por “Tradição Familiar”, independentemente de terem existido outros processos de aprendizagem complementares (Gráfico 4.1). Pelo contrário, o critério que se pode considerar mais abrangente é o referente às práticas ainda em uso, sendo que apenas 5 artesãos não se encontram “Em atividade”, exercendo, transmitindo ou ensinando a sua arte.

Gráfico 4.1 - Artesãos excluídos por critério de seleção



Quando se procede à análise conjunta de dois critérios de seleção constata-se que o número de artesãos que cumprem os critérios baixa para 8 quando se verifica a aplicação simultânea dos critérios *Naturalidade* e *Processos de aprendizagem* por via da “Tradição familiar”, sendo máxima quando resulta da combinação dos critérios *Naturalidade* e *Práticas ainda em uso*, apurando-se 29 artesãos que cumprem estes dois critérios.

Da aplicação conjunta de três critérios obtém-se o apuramento de 8 artesãos quando os critérios considerados são *Naturalidade*, *Práticas ainda em uso* e *Processos de aprendizagem* (“Naturalidade, Em atividade e Tradição Familiar”) ou *Naturalidade*,

Ligação a artes tradicionais no concelho e *Processos de aprendizagem* (“Naturalidade, Artes Tradicionais e Tradição Familiar”), subindo este valor para 23 artesãos quando se considera a aplicação simultânea dos critérios *Naturalidade*, *Ligação a artes tradicionais* e *Práticas ainda em uso* (“Naturalidade, Artes Tradicionais e Em atividade”) (Apêndice VII). É de referir que destes 23 artesãos, 18 manifestaram-se disponíveis para visitaçãõ.

Da aplicação conjunta dos quatro critérios obtém-se o número final de 8 artesãos, sendo que os critérios que mais contribuíram para a redução do número final de artesão foram “Naturalidade e Tradição Familiar”. Dos 8 artesãos que cumprem os quatro critérios estabelecidos, a maior parte (50%) relaciona-se com a Cerâmica/Olaria, tendo-se apurado um representante da Marcenaria/Trabalhos em madeira, um da Cestaria, um da Latoaria e um da Tecelagem (Tabela 4.10).

Tabela 4.10 - Artesãos apurados por tipologia de arte/ofício tradicional

Arte ou Ofício	Número de Artesãos
Cerâmica	4
Marcenaria	1
Cestaria	1
Tecelagem	1
Latoaria	1

4.4 - Níveis de participação da comunidade e artesãos locais

A Câmara Municipal de Maфра constitui o principal órgão de governaçãõ responsável pela ligação entre as estratégias políticas de desenvolvimento preconizadas pelas entidades centrais de governaçãõ e as estratégias de desenvolvimento turístico local.

No contexto da indústria turística, constitui um dos principais stakeholders, assumindo um papel estruturante, à escala local, na definição e implementaçãõ das estratégias de desenvolvimento turístico, bem como na promoçãõ de iniciativas e eventos turísticos.

No decurso da entrevista semiestruturada realizada com a Vereadora do Turismo da Câmara Municipal de Maфра, foi possível detalhar aspetos referentes à participaçãõ da comunidade local nos processos de tomada de decisãõ relacionados com o desenvolvimento da atividade turística, sendo claro o reconhecimento da comunidade local como um legítimo stakeholder pela entidade governativa local.

Foram referidas várias iniciativas turísticas, implementadas pela CMM, com vista a envolver e fomentar a participação da comunidade local, através de estratégias baseadas em entradas gratuitas realizadas ao longo do ano, nomeadamente a “Feira Mensal”, “O Natal chegou à Vila”, “Festival do Pão”, “Feira da Espiga” e a disponibilização de um espaço localizado no Mercado Municipal da Ericeira onde é possível visitar, conhecer e ver artesãos a trabalhar ao vivo. Foi igualmente referida a realização de rotas, percursos pedestres e atividades de forma maioritariamente gratuita, sendo algumas sujeitas a marcação prévia.

A comunicação com a comunidade local tende a ser maioritariamente unidirecional, existindo contudo alguns mecanismos onde é possível recolher informação e opiniões dadas pela comunidade local, as quais poderão ser analisadas e incluídas em futuros debates dentro da organização. Como formas de comunicação foram referidas a divulgação das iniciativas turísticas através de cartazes afixados em pontos de maior afluência de público mas também em diversos equipamentos sociais sob tutela municipal como sejam escolas, piscinas, recintos desportivos ou instalações culturais; existência de uma rede de Mupis, nas várias freguesias, onde a informação de interesse municipal é divulgada; divulgação da Agenda/Cartaz Cultural através do *website* institucional da autarquia; ligação às redes sociais através da manutenção, pela autarquia, de uma conta no *Facebook*.

Foram também mencionadas algumas estratégias destinadas a encorajar a participação da comunidade local nomeadamente a existência de canais abertos para a recolha de opiniões, críticas ou contributos dados pela comunidade por meios digitais em linha (*website* institucional, redes sociais) mas também a prossecução de contactos desenvolvidos por equipas e técnicos municipais no seio da comunidade local visando o estabelecimento de relações de proximidade, de carater relativamente regular mas de natureza informal. Os contactos desenvolvidos não se encontram enquadrados pela existência de um grupo de ligação estabelecido ou organização formalmente constituída, decorrendo sobretudo de forma “informativa” e incidindo principalmente no contacto ao nível das Juntas de Freguesia. Os contributos recolhidos durante os contactos são analisados e ponderada a sua incorporação nas estratégias de desenvolvimento preconizadas pela autarquia.

Relativamente à existência de estruturas de governação relacionadas com o desenvolvimento da atividade turística que envolvam a participação da comunidade local

foi referida a recente constituição (Maio de 2014) do Conselho Municipal de Turismo, uma plataforma concelhia de natureza consultiva onde têm assento os principais stakeholders provenientes da sociedade civil e ligados ao sector turístico, onde se incluem dois representantes das freguesias do concelho. Dentro das competências deste órgão foi referida a criação de fóruns onde é possível a discussão e debate das questões ligadas ao desenvolvimento turístico local, sendo os resultados comunicados aos órgãos executivos municipais.

Os principais resultados percebidos pela autarquia, subjacentes à participação da comunidade local, manifestam-se pela adesão e participação crescente em eventos de natureza turística, tendo sido referida a visitação recorrente da comunidade local ao mesmo evento, ou seja, em eventos com duração superior a 1 dia é frequente a comunidade local efetuar mais do que uma visitação.

Num futuro próximo é intenção da autarquia promover uma maior participação da comunidade local, tendo sido referido o desenvolvimento de uma aplicação sobre turismo, a qual ainda não se encontra disponível ao público, concebida para ser mais abrangente, completa e intuitiva, e por essa via constituir um importante canal de divulgação de iniciativas turísticas e comunicação com a comunidade local.

Com o intuito de aferir o envolvimento e participação dos artesãos locais no processo de tomada de decisão e na definição de estratégias de desenvolvimento turístico, foi realizada uma segunda entrevista com a responsável pela Área Cultural, do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico da autarquia.

As iniciativas turísticas relacionadas com a dinamização de aspetos culturais e tradicionais do concelho são maioritariamente implementadas pela CMM, sendo fomentada a participação dos artesãos locais. Foi referido que os artesãos locais que se encontrem registados na autarquia são convidados a participar em eventos de natureza turística (com por exemplo o “Festival do Pão” ou “O Natal chegou à Vila”), expondo e apresentando os seus trabalhos, sendo a participação condicionada ao pagamento de uma taxa moderadora. Foi também mencionado a disponibilização do espaço afeto ao piso superior do Mercado Municipal da Ericeira, onde os artesãos dispõem de uma maior autonomia de gestão, dado que o espaço, exposição e apresentação de trabalhos é gerido pelos próprios.

A comunicação com a comunidade artesã caracteriza-se por ser maioritariamente de carácter informal, existindo mecanismos que favorecem um fluxo bidirecional da informação. Foi referida a presença de técnicos municipais, no decurso dos eventos turísticos, os quais apesar de recolherem informações, opiniões e contributos dos artesãos, centram-se sobretudo na resolução imediata de problemas inerentes à realização dos eventos. Foi igualmente mencionado o envio, por parte dos artesãos, de mensagens de correio eletrónico, bem como ser prática comum a sua deslocação aos serviços municipais com o intuito de manifestar preocupações ou tratar de assuntos relacionados com a sua atividade. Os resultados destes contributos são analisados e foi referido que a autarquia tentar incorporar as sugestões de melhoria em edições futuras dos eventos, procedendo à avaliação da sua exequibilidade.

Foi mencionado que, ao contrário do que sucede noutras áreas culturais, não existe um movimento associativo constituído por artesãos locais ou entidades formalmente reconhecidas como representantes da comunidade artesã, embora já tenham sido realizadas no passado algumas tentativas para a criação de uma Associação de Artesãos locais, que se revelaram infrutíferas. Ainda assim, foi salientada a existência de um representante dos artesãos no Conselho Municipal do Turismo, na pessoa de um reconhecido oleiro local que, todavia, não foi formalmente eleito dada a inexistência de um organismo representativo desta comunidade. A existência deste representante no Conselho Municipal de Turismo, dada a sua natureza consultiva, constitui ainda assim uma melhoria na participação dos artesãos locais, aproximando-os um pouco mais dos órgãos executivos responsáveis pela tomada de posição.

Não obstante a existência de canais de informação através dos quais os artesãos podem manifestar a sua opinião e contributos, foi referido que os resultados da participação dos artesãos tendem a ser pouco conhecidos devido ao reduzido feedback fornecido pelos mesmos.

A participação da comunidade artesã no processo de tomada de decisão sobre o desenvolvimento de atividade turística ocorre sobretudo ao nível das fases preparatórias dos eventos, em reunião de grupo, onde é estimulada a participação dos artesãos, reconhecendo-se que não existem, de momento, outras estratégias definidas para aumentar o nível de participação dos mesmos na organização dos eventos.

CAPÍTULO V - Discussão e Proposta de Criação de uma Rede de Artesãos

5.1 - Discussão de Resultados

Os resultados alcançados permitem a elaboração de algumas considerações conclusivas, as quais se irão descrever em seguida.

A maior parte dos inquiridos é natural do concelho ou estabeleceu aqui residência durante a maior parte da sua vida, não se evidenciando um predomínio por género. A estrutura etária dos inquiridos denota um **potencial para a manutenção das atividades ligadas ao artesanato em geral**, uma vez que apenas um quarto (25%) da população apresenta mais de 65 anos de idade.

No que concerne à tipologia das artes e ofícios, os dados apurados permitem concluir a **coexistência de artes e ofícios considerados tradicionais no concelho com a emergência de artes de cariz mais contemporâneo**, como é o caso da pirogravura ou das artes decorativas que, podendo ir beber parte da sua inspiração a aspetos tradicionais no concelho, evidenciam-se pela originalidade e atualidade, não tendo génese nas artes tradicionais. Estas evidências são concordantes com a investigação documental realizada sobre as artes e ofícios do concelho, as quais, segundo Bringel (2007), caracterizavam-se pela existência de uma produção artesanal de cariz tradicional e a emergência de novas formas de expressão artesanal de feição urbana ou contemporânea.

No que concerne às artes e ofícios tradicionais, estas apresentam uma **tendência para a diminuição da variedade de tipologias**, em virtude do desaparecimento de algumas das artes consideradas tradicionais no concelho ou existência de poucos representantes em algumas das tipologias, agravada pelo facto destes artesãos se inserirem nas faixas etárias mais idosas (mais de 65 anos). De facto, ainda que as artes tradicionais representem 77,5% da amostra, constata-se que não foi encontrado nenhum representante da albardaria nem tanoaria, tendo sido encontrado apenas um representante da latoaria e da cestaria e somente dois da tecelagem, dos quais apenas um se encontra em atividade. Esta tendência para o desaparecimento de algumas artes e ofícios tradicionais no concelho confirma as referências encontradas na revisão bibliográfica, nomeadamente a fragilidade da manutenção dos ofícios locais em virtude da alteração da estrutura rural tradicional no concelho devido ao declínio da atividade agrícola (Bringel, 2007).

Paralelamente a esta tendência para o desaparecimento, em termos de variedade, de algumas artes e ofícios tradicionais, assiste-se a uma **concentração em artesãos ligados sobretudo à Cerâmica/Olaria** mas também relacionados com a Marcenaria/Trabalhos em madeira. A elevada frequência de ocorrência de artesãos que desenvolvem a sua arte no domínio da Cerâmica/Olaria (47,5%) prefiguram esta arte tradicional como um sendo um **recurso endógeno estratégico** do concelho dentro do setor do artesanato, não apenas pelo número de artesãos que a ela se encontram ligados, mas também por ser uma forma de expressão de teias de significado da identidade local, em especial relacionados com a identidade saloia.

As artes e ofícios, sobretudo os tradicionais, constituem uma forma de manifestação da identidade saloia, o que é atestado pelos próprios artesãos. De facto quando questionados sobre a existência de produtos considerados por eles próprios como representativos da identidade saloia, a esmagadora maioria (85%) respondeu afirmativamente, definindo-os maioritariamente como sendo alusivos a aspetos da vida rural (44,1%) e ao Convento (41,2%), mas relacionando-os também à Arte Religiosa, Património construído (casas, fontes, chafarizes), elaboração de artigos tradicionais comuns no concelho e a Moinhos.

Os resultados obtidos permitem identificar a **Ericeira como sendo uma fronteira dúbia enquanto manifestação da identidade saloia**. A revisão de literatura desenvolvida durante a fase exploratória deste trabalho, nomeadamente os trabalhos do Professor Leite de Vasconcelos em 1941 (como citado por Branco, 1993; Soares, 1986) e Branco (1993) excluía a Ericeira do território associado à identidade saloia, em virtude de estar sobretudo ligada a um passado marítimo e não de cariz marcadamente rural. Contudo, quando se analisa os produtos referidos pelos artesãos como sendo representativos da identidade saloia, constata-se a existência de referências à Ericeira, tendo sido mencionado “Casas da Ericeira”, “Fontes da Ericeira” e “Igrejas da Ericeira”, ao passo que outros artesãos (11,8%) referiram produtos alusivos à Ericeira como não sendo representativos da identidade saloia. Esta contradição patente nas respostas dadas pelos artesãos permite intuir que, tal como no passado, a Ericeira continua a não ser consensual enquanto território saloio.

O turismo é considerado pela esmagadora maioria dos inquiridos (90%) como um contributo para a dinamização da sua atividade, estando a maior parte deles (60%) disponíveis para visitaçào, preferencialmente em pequenos grupos ou de forma

autónoma. **Este interesse e disponibilidade demonstrada pelos artesãos no envolvimento em iniciativas turísticas, durante as quais é possível a transmissão de saberes tradicionais, conhecimentos e competências, prefigura-se de elevado potencial para a criação de produtos turísticos centrados na expressão do património cultural imaterial mafrense**, uma vez que permite colocar o enfoque não apenas nos produtos criados (artesanato) mas sobretudo nas pessoas (artesãos) e em processos e competências enquanto expressões da sua identidade cultural, a qual é manifestada pelos próprios como sendo representativa da identidade saloia.

Se analisarmos as respostas dadas sobre as razões da indisponibilidade de visitaçã, constata-se que a maioria (66,7%) referiu ser por não ter condições de visitaçã, o que permite considerar que existe potencial para o envolvimento de um maior número de artesãos, se forem criadas condições ou espaços que permitam a visitaçã. Contudo, dada a situaçã dos artesãos face ao exercício da sua arte, nomeadamente o predomínio do exercício a tempo parcial (em simultâneo ou não com outras atividades) bem como o facto de cerca de um terço dos artesãos (32,5%) referir estar disponível para visitaçã apenas mediante a sua disponibilidade, podem constituir **limitações ao desenvolvimento de um funcionamento regular no âmbito da atividade turística**.

A maioria dos artesãos manifestou interesse em participar em eventos turísticos relacionados com a cultura saloia, aos quais estivesse inerente a apresentaçã e divulgaçã das principais artes e ofícios locais. Se atendermos que a maioria dos inquiridos (85%) considera que produz produtos representativos da identidade saloia, pode-se concluir que **a identidade saloia prefigura-se como um recurso com potencial de aproveitamento e desenvolvimento turístico**. Este potencial de desenvolvimento turístico consubstancia-se assim pela existêcia de representações artísticas enquanto manifestações de teias de significado associadas à identidade saloia (artesanato), representantes que as executam e consideram ser representativas dessa identidade (artesãos) e manifestaçã de interesse em participar em iniciativas turísticas relacionadas com a identidade saloia (intençaõ).

Relativamente à forma como esta participaçã em eventos relacionados com a cultura saloia pode ocorrer, não se deteta uma tendêcia quanto às preferêcias do inquiridos, uma vez que os dados obtidos apresentam valores muito próximos entre si. Contudo, o formato que reuniu maior número de respostas foi a participaçã em feira sobre a temática saloia, logo seguida do contacto direto com os turistas na oficina ou

estabelecimento comercial e por último a participação em *workshops* organizados por uma entidade promotora, sendo que alguns dos inquiridos manifestaram preferência apenas por uma ou duas formas de participação. Estes dados indiciam que apesar de existir interesse em participar em eventos, a forma preferencial como esta participação deve ocorrer não é consensual, o que sugere que **deverá haver um maior envolvimento entre as entidades promotoras e os artesãos** no sentido de se procurar corresponder aos diferentes interesses e preferências e desenvolver uma eventual diversificação das tipologias de participação em eventos.

Os dados obtidos sobre as expectativas monetárias associadas à participação em *workshops*/visitação por parte dos turistas, evidencia algumas contradições. Por um lado a classe com maior frequência de ocorrência situa-se no intervalo entre 20€ a 50€ (27,3%), logo seguida da participação gratuita (21,2%), contudo, quando se considera a agregação de respostas, obtém-se que a maioria dos artesãos (51,5%) considera interessante a participação envolvendo quantias até 20€. Por outro lado, de entre os inquiridos que indicaram “Fonte de Receita” como uma das razões subjacentes à importância do turismo para a dinamização da atividade, 40% consideraria participar em eventos envolvendo valores monetários até 5€. Estes dados levam a supor que, **embora existam expectativas monetárias associadas à participação dos artesãos em eventos e iniciativas turísticas, estas tendem a situar-se maioritariamente em intervalos monetários mais baixos.**

Efetuada uma análise das expectativas monetárias por tipologia de ofício verifica-se que existe uma tendência para a segmentação das respostas por tipologia, embora os dados obtidos apenas permitam inferir sobre aquelas com maior número de representantes. Ainda assim, é possível verificar que os inquiridos ligados à Marcenaria/Trabalhos em Madeira tendem a considerar a visitaçã/*workshops* de forma gratuita, ao passo que os artesãos ligados à Cerâmica/Olaria se mostram mais disponíveis a fazê-lo envolvendo valores mais elevados. Estes dados levam a supor que a **Cerâmica/Olaria se prefigura como um produto estratégico para o desenvolvimento de iniciativas turísticas baseadas na identidade saloia e aspetos da cultura local**, uma vez que envolve expectativas monetárias mais elevadas que, a concretizarem-se, permitem um retorno financeiro eventualmente maior.

A comunidade e os artesãos locais são considerados intervenientes legítimos pela entidade responsável pela condução dos processos de desenvolvimento turístico local

(Câmara Municipal de Mafra), a qual estabelece estratégias que visam o seu envolvimento nas iniciativas turísticas que implementa. Estes dados são concordantes com os resultados obtidos por Garrod *et al.*(2012), os quais referem que a comunidade local é geralmente considerada como um stakeholder legítimo.

As estratégias preconizadas com vista à promoção do envolvimento e participação da comunidade e artesãos locais tendem a situar-se na **categoria de participação informativa**, sendo utilizadas: estratégias associadas à criação de eventos gratuitos ou tendencialmente gratuitos; envolvimento de técnicos no terreno para estabelecimento de contactos de proximidade, quer com a comunidade local, quer com a comunidade artesã, embora neste último caso restrito maioritariamente ao espaço temporal da duração dos eventos; disponibilização de mecanismos de recolha de opiniões e contributos, de tipologia diversificada, variando desde a utilização de meios convencionais, digitais e presenciais; participação da comunidade artesã em fases preparatórias dos eventos. Estes resultados são igualmente coincidentes com os obtidos por Garrod *et al.*(2012), os quais referem que este tipo de estratégias que tendem a cair dentro da categoria de participação informativa, são as mais frequentes.

Os resultados obtidos sugerem que **o envolvimento e participação, quer da comunidade local, quer da comunidade artesã, encontra-se em processo evolutivo**. A recente criação do Conselho Municipal de Turismo com funções de natureza consultiva e onde representantes destas duas categorias de stakeholders têm assento, irá permitir uma aproximação aos órgãos executivos municipais e conseqüentemente aos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento turístico local, constituindo por isso uma **melhoria no nível de participação da comunidade e artesãos locais, aproximando-os da categoria de participação consultiva**. Estas estratégias de participação e envolvimento evidenciam um **aumento da saliência da comunidade local** enquanto interveniente nos processos de participação, na medida em que se observa uma maior integração nos processos de tomada de decisão.

A elevação do nível de participação da comunidade local nos processos de desenvolvimento preconizados pela autarquia prefigura-se constituir **uma melhoria na sustentabilidade turística do concelho**, uma vez que se observa uma aproximação aos órgãos de tomada de decisão com responsabilidades pela condução da estratégia de desenvolvimento turístico local.

5.2 - Proposta de Criação de uma Rede de Artesãos

A determinação dos critérios de seleção foi norteada pelas definições e orientações constantes na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO e tiveram por base quatro eixos de análise: a naturalidade, considerando-se aqui incluídos os artesãos que tivessem crescido ou vivido toda ou a maior parte da sua vida; a ligação a artes e ofícios tradicionais, os quais foram apurados a partir da bibliografia consultada sobre o concelho de Mafra; a existência de práticas ainda em uso, referindo-se ao exercício, ensino ou transmissão da arte ou ofício às quais se encontra associada a noção de *Living Heritage*; e processos de aprendizagem, nomeadamente a aprendizagem por via da tradição familiar, numa lógica de transmissão intergeracional de conhecimentos e competências.

A inclusão do critério dos processos de aprendizagem, restringindo o número de artesãos àqueles que terão aprendido a sua arte ou ofício por tradição familiar (conjuntamente ou não com outros processo de aquisição de conhecimentos e competências) poderá ser considerada uma interpretação purista do que constitui a transmissão de conhecimentos tradicionais. De facto, a transmissão de conhecimentos ancestrais e intergeracionais não se processa apenas por via da tradição familiar, podendo também ocorrer por exemplo em contexto de trabalho, sendo a aprendizagem adquirida junto de um mestre na arte ou ofício, o qual poderá ser um legítimo representante do património cultural imaterial associado a esse ofício. Contudo, a opção pela não inclusão da tradição familiar enquanto critério seletivo, iria resultar na inclusão de artesãos em atividade, que estando ligados ao concelho e às artes tradicionais, adquiriram as suas competências de forma autónoma ou em contextos externos à realidade tradicional do concelho, afastando-se da identidade endógena do concelho que se pretende salientar.

Considerando apenas a inclusão dos três primeiros critérios de seleção (naturalidade, ligação a artes e ofícios tradicionais e práticas em uso) obtém-se um universo de 23 artesãos, dos quais 18 mostraram-se disponíveis para visitaçã, pelo que existe potencial para a elaboração de uma rede mais alargada de artesãos considerados representativos do património cultural imaterial, por via da posterior inclusão daqueles artesãos cuja aquisição de conhecimentos decorreu em contexto de trabalho ou formação profissional mas junto de artesãos tradicionais locais.

Desta forma propõe-se a criação de uma rede de artesãos locais ligados às artes e ofícios tradicionais do concelho de Mafra, considerados legítimos representativos do património cultural imaterial associado à identidade saloia do concelho, os quais poderão ser visitados através de uma *Rota do Imaterial Saloio*.

A rede de artesãos apurada através da aplicação dos quatro critérios é constituída por 8 artesãos ligados a cinco tipologias de artes e ofícios tradicionais: Cerâmica, Cestaria, Latoaria, Marcenaria/Trabalhos em madeira e Tecelagem. No que concerne à localização dos espaços/oficinas disponíveis para visitaçã, constata-se que estes localizam-se de forma dispersa pelo município, o que pode constituir uma oportunidade para dinamizar áreas do concelho tradicionalmente menos turísticas, como é o caso da Malveira.

A criação desta rota resulta assim da análise combinada sobre aspetos considerados representativos do património cultural imaterial do concelho, o qual se manifesta, entre muitas outras dimensões, em representações associadas à identidade saloia e permite a visitaçã de artesãos que se mostraram disponíveis para tal, numa lógica de participaçã ativa com os turistas e em contexto de desenvolvimento de iniciativas turísticas.

O estabelecimento desta rede de artesãos, expressa em forma de rota, possibilita a transmissã de conhecimentos e competências, promovendo a manutençã daquela que constitui a *living heritage*. Por outro lado a possibilidade de geraçã de rendimento bem como a valorizaçã da arte ou ofício por via da promoçã, visitaçã ou participaçã em eventos e iniciativas turísticas pode constituir um estímulo para a manutençã das artes e ofícios tradicionais e contribuir para diminuir o seu risco de desaparecimento.

**CAPÍTULO VI - Contributos para a integração do
património imaterial saloio no turismo sustentável
local**

A apresentação da proposta de criação de uma rede de artesanato locais como produto turístico, desenvolvida no capítulo anterior, deve ser analisada à luz da estratégia de desenvolvimento turístico preconizada pelo município, em termos de enquadramento, adequação e pertinência.

A Câmara Municipal de Mafra promoveu a elaboração do Plano Estratégico para o Turismo (PETM) no concelho, para ao período 2007-2016, (CMM, 2007) com o objetivo de estabelecer as linhas orientadoras que permitam a integração das iniciativas turísticas locais na estratégia de desenvolvimento preconizado pela autarquia. O PETM constitui assim um documento orientador, que através do estabelecimento de objetivos estratégicos, visa promover o desenvolvimento da atividade turística local, contribuindo para a afirmação do setor turístico, de forma sustentável, no contexto da economia do concelho.

No PETM são identificados recursos e atrações turísticas existentes no concelho, os quais foram agregados em quatro grandes motivações turísticas: (i) história e cultura; (ii) natureza e ambiente; (iii) litoral; e (iv) ambiente saloio e ruralidade, as quais se encontram distribuídas pelo território do concelho, evidenciando a existência de três grandes áreas turísticas, nomeadamente a sede de concelho, o litoral e o interior do concelho.

No decurso do diagnóstico realizado e face à perceção dos resultados obtidos no âmbito das estratégias anteriormente seguidas, é salientado no PETM a emergente necessidade de operar transformações e mudanças na estratégia a seguir, com vista a aumentar a sustentabilidade, sendo promovida a utilização adequada dos recursos locais bem como a cooperação, articulação e integração de todos os intervenientes neste processo, incluindo a comunidade local.

A estratégia preconizada pelo PETM consiste na elaboração de uma estratégia diferenciadora alicerçada em três motivações principais: (i) Convento e Tapada Nacional; (ii) Litoral e frente marítima; e (iii) Cultura, tradição e ambiente saloio, sendo o conceito estratégico definido como: “Espaço integrador de recursos únicos de predominância cultural que origina experiências inesquecíveis num contexto de forte dinâmica económica, social e turística.” (CMM, 2007, p.15).

Para a prossecução da estratégia definida foram fixados um conjunto de objetivos estratégicos, organizados em objetivos de integração, qualificação e sustentabilidade, e

operacionais. De entre os vários objetivos de integração (I) e de qualificação e sustentabilidade (Q), definidos no âmbito do PETM, destacam-se os seguintes pela sua relevância para o presente trabalho de dissertação (CMM, 2007, p.18):

- Fomentar e promover o desenvolvimento integrado de produtos turísticos, criando complementaridades interterritoriais (I);
- Potenciar o crescimento da atividade turística como meio de harmonizar o desenvolvimento social, cultural e económico sem degradar o meio ambiente (I);
- Valorizar o património ambiental, natural e cultural relacionando-o com as particularidades do Município do domínio do Turismo (I);
- Desenvolver e manter atualizado um estado de espírito de qualificação, planeamento, estruturação, organização e promoção da oferta, reforçando a respetiva atratividade em conexão com a valorização do ambiente histórico - económico e social - natureza - cultura e tradição (Q);

Para a implementação da estratégia definida no PETM, foram criadas um conjunto de propostas de ação, organizadas em Programas de Intervenção, os quais compreendem três domínios: Desenvolvimento Turístico, Promoção Turística e Investimento Turístico. No que concerne ao tema do presente trabalho de dissertação, surge como mais pertinente a existência de uma proposta de ação, inserida no Programa de Intervenção associado ao Desenvolvimento Turístico, denominada “Valorização turística das artes e ofícios tradicionais”, a qual contempla a realização de iniciativas ligadas às artes e ofícios tradicionais, não se verificando, contudo, a existência de nenhuma semelhante à proposta de criação da rede artesãos locais apresentada na presente dissertação.

Da análise do PETM constata-se que a cultura, a tradição e o ambiente saloio constituem um dos grandes conjuntos de recursos e motivações existentes no concelho, prefigurando-se como um dos eixos estruturantes sobre o qual a estratégia de desenvolvimento turístico do concelho incide. De acordo com os objetivos enunciados, a estratégia de desenvolvimento turístico visa promover o desenvolvimento integrado de produtos turísticos, sobretudo os geradores de complementaridades interterritoriais, valorizando o património cultural e tradição através do realce de particularidades endógenas no âmbito do turismo.

A proposta de criação de uma rede de artesãos locais, à qual poderá ser associada a uma *Rota do Imaterial Saloio*, constitui um produto turístico que não só materializa a

transformação de recursos endógenos relacionados com características distintivas do concelho, nomeadamente a ligação à cultura e tradição associadas à identidade saloia, como também se encontra enquadrado na estratégia preconizada pelo município, a qual na sua vertente estratégica compreende, entre outras ações, a valorização das artes e ofícios tradicionais.

Por outro lado, a proposta apresentada, a qual assenta na participação, vontade e disponibilidade em colaborar em iniciativas ligadas ao desenvolvimento da atividade turística manifestada pelos próprios artesãos locais, constitui um exercício de participação ativa, que se encontra subjacente e é desejável no contexto de um desenvolvimento turístico sustentável, tal como o preconizado no Plano Estratégico.

Acresce ainda que a criação de uma rede de artesãos locais ligados às artes e ofícios tradicionais constitui um produto turístico que, congregando elementos daquele que é o cunho identitário do concelho, por via de manifestações ligadas à identidade saloia, surge com potencial para contribuir para a geração de rendimento para os próprios o que, a par da diversificação da atividade turística para a qual esta proposta pretende contribuir, constituem contributos em prol de um turismo mais sustentável, objetivo geral da estratégia preconizada para o concelho.

CAPÍTULO VII - Conclusões e Considerações finais

Ao longo deste trabalho foram explorados alguns conceitos que nortearam a condução da presente dissertação, nomeadamente as relações existentes entre cultura, identidade, património cultural imaterial, sustentabilidade e turismo sustentável, constituindo o concelho de Mafra o território sobre o qual incidiu este estudo.

O passado rural do concelho encontra-se ligado àqueles que são os traços da identidade saloia associada a esta região. Esta identidade saloia ainda subsiste no concelho e encontra-se patente em manifestações do património cultural imaterial. Contudo, as alterações socioculturais ocorridas num passado recente, decorrente do abandono gradual das atividades tradicionais e crescente terciarização, têm contribuído para uma perda progressiva, e nalguns casos provavelmente irrecuperável, de traços desta identidade.

Com este trabalho pretendeu-se construir alguns contributos que permitam a valorização do património cultural imaterial, associado à identidade saloia através da criação de um produto turisticamente sustentável e em consonância com as políticas de desenvolvimento turístico preconizadas pelo concelho.

Foram apurados os artesãos com atividade conhecida no concelho, sendo que a maioria se encontra ligada a artes e ofícios tradicionais, apresentando a estrutura etária um potencial para a manutenção das atividades ligadas ao artesanato em geral.

As artes e ofícios locais caracterizam-se pela coexistência de artes e ofícios tradicionais do concelho e a emergência de artes com características mais contemporâneas, que não tendo génese nas artes e ofícios tradicionais, notabilizam-se pela originalidade, contemporaneidade e urbanidade, apesar de irem buscar alguma da sua inspiração a traços tradicionais do concelho.

Apesar da variedade de tipologias encontradas, as artes e ofícios tradicionais no concelho apresentam uma tendência para a diminuição em termos de variedade de tipologias, decorrente da existência de poucos ou nenhuns representantes encontrados em algumas daquelas que eram consideradas artes ou ofícios tradicionais no concelho, e uma concentração de artesãos ligados sobretudo à Cerâmica/Olaria, prefigurando-se esta arte ou ofício como um recurso endógeno estratégico.

A maior parte dos artesãos considera que produz manifestações da identidade saloia do concelho por via da elaboração de produtos representativos dessa mesma identidade,

relacionando-os com aspetos alusivos à vida rural, ao Convento de Mafra, à Arte religiosa, património local construído, à elaboração de artigos tradicionais no concelho e a Moinhos, constituindo a Ericeira uma fronteira ambígua enquanto representação da identidade saloia.

Constata-se que a maioria dos artesãos consideram o turismo um contributo para a dinamização da sua atividade, encontrando-se disponíveis para visitação, sobretudo em pequenos grupos ou de forma aut noma/espontânea, durante a qual é possível a transmissão de conhecimentos e competências. Este interesse e disponibilidade em cooperar em iniciativas turísticas abrange a participa o em eventos turísticos relacionados especificamente com a cultura saloia, sendo que a maioria dos artesãos considera que produz manifesta es representativas desta identidade.

Este interesse e disponibilidade evidenciada pelos artesãos constitui um elevado potencial para a estrutura o de produtos turísticos centrados em manifesta es do património cultural imaterial mafrense associado à identidade saloia. Este potencial de desenvolvimento turístico consubstancia-se assim pela existência de representa es artísticas enquanto manifesta es de teias de significado associadas à identidade saloia (artesanato), representantes que as executam e consideram ser representativas dessa identidade (artesãos) e manifesta o de interesse em participar em iniciativas turísticas relacionadas com a identidade saloia (inten o).

Embora haja interesse e disponibilidade por parte dos artesãos em participar em iniciativas turísticas, o facto de predominar o exercício da atividade apenas a tempo parcial bem como a referência por cerca de um terço dos inquiridos de apenas estar disponível para visita o mediante a sua disponibilidade momentânea, podem constituir limita es   implementa o de um funcionamento regular no âmbito da atividade turística. Este facto, aliado à dispersão de respostas quanto à forma preferencial de participa o em eventos relacionados com a cultura saloia manifestada pelos artesãos, sugere que deverá haver um maior envolvimento entre entidades promotoras e artesãos com vista   integra o dos diferentes interesses e preferências na estrutura o das iniciativas turísticas a implementar.

No âmbito do desenvolvimento de uma atividade turística sustentável, é fundamental a participa o de todos os intervenientes, podendo tal participa o ser avaliada em termos

de graus de participação e pela importância dada aos diversos intervenientes nos processos de tomada de decisão, analisadas de sob a forma de legitimidade e saliência.

A principal entidade responsável pela definição da estratégia e implementação de iniciativas conducentes ao desenvolvimento turístico local considera a comunidade local e os artesãos, em particular, legítimos intervenientes nos processos de desenvolvimento turístico, estabelecendo com eles estratégias de envolvimento e participação que tendem a situar-se na categoria de participação informativa. Observa-se, contudo, a recente implementação de medidas que visam aumentar o envolvimento e participação da comunidade local, aproximando-os da categoria de participação consultiva, o que constitui uma melhoria do nível de participação e uma maior proximidade aos órgãos de decisão municipal, evidenciando um aumento da saliência da comunidade local.

Esta melhoria do nível de participação da comunidade e artesãos locais nos processos de desenvolvimento turístico, prefigura-se constituir uma melhoria na sustentabilidade turística do concelho, possibilitando uma maior integração das intenções, interesses e preferências manifestados por estes intervenientes, tais como as evidenciadas ao longo deste trabalho e nomeadamente as relacionadas com a participação em iniciativas turísticas associadas à identidade saloia, nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento turístico local.

A proposta de criação de uma rede de artesãos locais ligados às artes e ofícios tradicionais, os quais poderão ser visitados através de uma *Rota do Imaterial Saloio*, constitui um contributo, sob a forma de produto turístico, que resulta da análise combinada de aspetos considerados representativos do património cultural imaterial mafrense, nomeadamente na manifestação e transmissão de conhecimentos e competências tradicionais associadas identidade saloia, com o interesse e disponibilidade em participar manifestada pelos próprios artesãos locais, num exercício de participação ativa em consonância com os princípios orientadores da sustentabilidade turística que devem nortear o desenvolvimento deste atividade.

Verifica-se que a proposta de criação de uma rede de artesãos locais apresentada se enquadra naquela é a estratégia de desenvolvimento turístico preconizada para o concelho. Esta proposta baseia-se na transformação de alguns dos recursos e motivações, identificados como estruturantes para o desenvolvimento turístico municipal, num produto turístico que evidencia aspetos do cunho identitário do concelho,

reconhecidos por aqueles que constituem alguns dos seus legítimos representantes através de um exercício de participação ativa, coadunando-se com os princípios orientadores que devem nortear o desenvolvimento do atividade turística.

Considera-se que o produto turístico proposto apresenta potencial para uma expansão da rede agora apresentada, através de inclusão de artesãos considerados representativos do património cultural imaterial mafrense e cuja aquisição de conhecimentos decorreu junto de artesãos tracionais ou mestres locais, em contexto de trabalho ou formação profissional.

A abordagem e a estruturação daqueles que são alguns dos aspetos que contribuem para a sustentabilidade turística de um local, nomeadamente a dimensão cultural e identitária de uma comunidade, os processos participativos existentes e a estratégia turística do município, aos quais procurámos dar resposta por via da criação de um produto turístico que congregasse estas múltiplas dimensões, constituem contributos para uma oferta turística mais sustentável e para uma melhoria da sustentabilidade local, pelo que se considera atingido o objetivo geral deste trabalho de investigação.

Consideramos que este trabalho não se encerra aqui, existindo linhas de investigação e novos estudos que podem ser desenvolvidos a montante e a jusante, nomeadamente a (i) validação do produto turístico apresentado por uma empresa turística ou entidade promotora e (ii) a elaboração de estudos centrados sobre o que a comunidade local considera ser o seu património cultural imaterial, numa lógica de participação ativa e seguindo a linha de pensamento apresentada por Hafstein (2007), com vista não apenas à sua inventariação mas também para a criação de outros produtos turisticamente sustentáveis.

O património cultural imaterial e a identidade local são expressões máximas do sentimento de pertença que alicerça uma comunidade. O caminho para uma melhor sustentabilidade local deverá por isso passar muito por aqui, sendo o turismo uma forma de o concretizar.

BIBLIOGRAFIA

Aas, C., Ladkin, A., Fletcher, J. (2005) Stakeholder collaboration and heritage management. *Annals of Tourism Research*. 32 (1), pp.28-48.

Albagli, S. (2004). Território e territorialidade. In V. Lages, C. Braga & G. Morelli (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva* (pp. 25-69). Brasília: Seabrae.

Álvaro, A.B. (2010). *Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel. Sentido para um Restauro*. (Dissertação para a obtenção o Grau de Mestre em Arquitetura). Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, Lisboa.

Anastácio, M.A.C. (2008). *Território e Identidade: aspetos morfológicos da construção do território e a identidade cultural saloia no concelho de Cascais*. (Dissertação de Mestrado não editada, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Arantes, A. (2004). Cultura e Territorialidade em Políticas Sociais. In V. Lages, C. Braga & G. Morelli (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva* (pp. 85-130). Brasília: Seabrae.

Arnstein, S. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216-224.

Augé, M. (1992). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre (reeditado em 2012).

Baptista, L.V. (1999). Território e cultura saloia: a construção de (uma) identidade local? *Observatório das Atividades Culturais, OBS* (6), 11-16. Disponível em <http://www.gepac.gov.pt/gepac-oac/obs-n-6-3-pdf.aspx> Consultado em 26/11/2013

Barreto, M. (2007). *Cultura e Turismo. Discussões Contemporâneas*. São Paulo: Papyrus Editora.

Bortolotto, C. (2007). From objects to processes: UNESCO's 'Intangible Cultural Heritage'. *Journal of Museum Ethnography* (19), 21-33.

Branco, F.C. (1993). A problemática do conceito de saloio. In *Etnografia da região Saloia - a Terra e o Homem* (Vol. I, pp. 19-29). Sintra: Instituto de Sintra.

Bringel, M.M. (2004). Contributos gerais para o *Romanceiro* em Mafra. In *Boletim Cultural 2003* (pp. 430-453). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Bringel, M.M. (2007). Antropologia e Tradições. Reflexão em torno dos ofícios tradicionais: cestaria, um caso de estudo. In *Boletim Cultural 2006* (pp. 492-520). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Cabral, C. (2009). *Património Cultural Imaterial. Proposta de uma Metodologia de Inventariação* (Documento provisório, Dissertação Conducente à Obtenção do Grau de Mestre em Ciências Antropológicas). Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

Caetano, A. (1994). Cancioneiro Tradicional Mafrense. In *Boletim cultural '93* (pp. 248-254). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Câmara Municipal de Mafra (1995). *Plano Diretor Municipal - Relatório Final*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Câmara Municipal de Mafra (2000). *Guia do Concelho de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Câmara Municipal de Mafra (2005). *Carta Educativa do Concelho de Mafra. Caracterização socioeconómica*. Disponível em <http://www.cm-mafra.pt/content/carta-educativa>. Consultado em 19/7/2015.

Câmara Municipal de Mafra (2007). *Plano Estratégico do Turismo para o Concelho de Mafra (2007-2016)*. Disponível em http://cultura.cm-mafra.pt/files/cultura/plano_estrategico_turismoCM.pdf Consultado em 15/8/2015

Câmara Municipal de Mafra (2010). *Plano de Emergência da Proteção Civil de Mafra*. Disponível em <http://www.cm-mafra.pt/sites/default/files/pepcm1.pdf> Consultado em 19/7/2015.

Câmara Municipal de Mafra (2014). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Caderno I - Informação de Base*. Disponível em http://www.cm-mafra.pt/sites/default/files/caderno_i_2015-2019-final1.pdf Consultado em 22/7/2015

Carvalho, P. (2003). Património e (re) descoberta dos territórios rurais. *Boletim Goiano de Geografia*, 23 (2), pp.173-196.

Cawley, M. & Gillmor, D.A. (2008). Integrated rural tourism: Concepts and Practice. *Annals of Tourism Research*, 35 (2), 316-337.

Costa, M.L. (1995). Tradições. Costumes Religiosos do Nosso Povo, algures na Freguesia de Mafra há 40 anos. In *Boletim Cultural '94* (pp.360-365).

Costa, M.L. (2005). Antropologia e Tradições. O enxoval saloio nas décadas de 1940-1950 na freguesia de Mafra. In *Boletim Cultural 2004* (pp. 481-492). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.

Featherstone, M. (1993). Global and local cultures. In J. Bird et al. *Mapping the futures: local cultures, global change* (Chap. 10, pp. 169-187). London: Routledge.

Ferreira, M.J., Campos, P. (2001). *XI-O Inquérito Estatístico. Dossiês Didáticos*. Disponível em <http://homepage.ufp.pt/cmanso/ALEA/Dossier11.pdf> Consultado em 31/8/2015

Gandra, M. J. (1998). *Sabores, Cheiros e Comeres Regionais de Mafra: Tradição e Modernidade*. Ericeira: Mar de Letras.

Gandra, M. J. (2006). *Mafra (um topónimo): Em busca de um significado*. Disponível em: <http://www.mafraregional.pt/?lop=conteudo&op=8e296a067a37563370ded05f5a3bf3ec&id=4e0223a87610176ef0d24ef6d2dcde3a> Consultado em 30/6/2015.

Gandra, M. J. (Org.) (2013). *Florilégio de Tradições do Concelho de Mafra*. Mafra: Casa do Povo de Mafra.

Gandra, M. J. (2015). O Pão de Mafra. Tradição, Identidade, Sabores. In Gandra, M. (Org.), *Pão de Mafra* (pp.7-49). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Garrod, B., Fyall, A., Leask, A., Reid E. (2012). Engaging residents as stakeholders of the visitor attraction. *Tourism Management*, 33 (5), pp.1159-1173.

Gaspar, J. (1993). Território dos Saloios. In *Etnografia da região Saloia - a Terra e o Homem* (Vol. I, pp. 3-12). Sintra: Instituto de Sintra.

Hafstein, V. (2007). Recognizing Intangible Cultural Heritage In *Regional Seminar: Principles and Experiences of Drawing up ICH Inventories in Europe*. Talin, Estónia, 14-15, Maio 2007. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00195-EN.pdf> Consultado em 19/6/2015.

Hawkes, J. (2001). *The fourth pillar of sustainability. Culture's essential role in public planning*. Melbourne: Common Ground.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011. Resultados definitivos. Lisboa*. Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156651739&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554 Consultado em 17/3/2014.

Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum International*. Vol.56, (221-222), pp.52-64.

Kurin, R. (2004). Safeguarding Cultural Heritage in the 2003 UNESCO Convention: a critical appraisal. *Museum International*, Vol. 56, (221-222), pp.66-77.

Kurin, R. (2007). Safeguarding Intangible Cultural Heritage: Key Factors in Implementing the 2003 Convention. *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 2, pp.10-20.

Lee, T.H. (2013). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism. *Tourism Management*, Vol.34, pp. 37-46.

Mafra Regional (2006, Março 20). Adega Cooperativa da Azueira: uma receita de sucesso. *Mafra Regional*. Disponível em <http://www.mafraregional.pt/?lop=conteudo&op=d67d8ab4f4c10bf22aa353e27879133c&id=b56a18e0eacdf51aa2a5306b0f533204> Consultado em 22/7/2015.

Mana, D. (1995). Algumas teses sobre a origem do saloio. In *Boletim Cultural '94* (pp. 352-359). Mafra: Câmara Municipal de Mafra.

Matsuura, K. (2004). Preface. *Museum International*, Vol. 56, (221-222) pp.4-5.

McKercher, B. & Du Cros, H. (2002). *Cultural Tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management*. Nova Iorque: Haworth Press.

Moreira, A. (2010). *Terminologia e tradução: criação de uma base de dados terminológica do turismo baseada num "corpus" paralelo português-inglês*. (Tese de doutoramento não editada). Universidade de Vigo, Departamento de Tradución e Lingüística, Vigo, Espanha.

OMT (2004). *WTO Keynote presentation on Cultural Tourism and Poverty Alleviation*. Disponível em <https://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Shops/Infoshop/Products/1391/1391-1.pdf> . Consultado em 04/07/2014.

Pérez, X.P. (2009). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. Tenerife: Pasos.

Publituris (2015, Junho 5). "Todo" o turismo é cultural. *Publituris*. Disponível em <http://www.publituris.pt/2015/06/05/todo-o-turismo-e-cultural/> Consultado em 4/07/2015.

Richards, G. (2009) Turismo Cultural: padrões e implicações. In P. Camargo & G. Cruz (orgs). *Turismo Cultural. Estratégias, Sustentabilidade e Tendências* (pp. 25-48). Bahia: UESC.

Samouco, M.H.C. (1993). Alguns aspetos de mudança sociocultural no concelho de Mafra. In *Etnografia da região Saloia - a Terra e o Homem* (Vol. I, pp. 253-267). Sintra: Instituto de Sintra.

Soares, M.M.R.T. (1986). A mudança na cultura saloia. In *Loures Tradição e Mudança. I Centenário da formação do Concelho, 1886-1986*. (Vol. I, Cap. 4, pp.141-198). Loures: Câmara Municipal de Loures.

Sousa, C.J.dos S. (2004). *António Maia - Percursos de uma História de Vida*. Porto: Universidade Aberta.

Trindade, C., Ribeiro, P. & Figueiredo, A. (2012, Outubro). *Levantamento da ocupação do solo do concelho de Mafra - um contributo dos SIG para a sustentabilidade do concelho*. Comunicação apresentada no XIX Congresso da Ordem dos Engenheiros, Centro Cultural de Belém, Lisboa. Disponível em http://www.tterra.pt/rsc/concelho_mafra.pdf. Consultado em 19/07/2015.

UNEP and WTO (2005). *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*. Disponível em <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>. Consultado em 29/06/2014.

UNESCO (1972). *Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13055&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Consultado em 19/06/2015.

UNESCO (1989). *Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore*. Disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13141&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Consultado em 19/06/2015.

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Consultado em 29/06/2014.

UNESCO (2005). *Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Consultado em 29/06/2014.

UNESCO (2010). *The power of culture for development*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001893/189382e.pdf>. Consultado em 29/06/2014.

UNESCO (2011). *Identifying and Inventorying Intangible Cultural Heritage*. Disponível em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/01856-EN.pdf>. Consultado em 11/06/2015.

UNESCO (2013). *Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies*. Disponível em <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/images/FinalHangzhouDeclaration20130517.pdf>. Consultado em 29/06/2014.

Viana, A.S. (2012). Aproximação ao Conceito de Turismo Sustentável. In J. Coelho (Coord.) *Cinco contributos para a compreensão do turismo* (pp.73-103). Porto: Media XXI.

WCED. World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future*. Oxford and New York: Oxford University Press.

Weaver, D. (2005). *Sustainable Tourism: Theory and Practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Websites consultados:

Câmara Municipal de Maфра: www.cm-mafra.pt. Último acesso a 31/8/2015.

Palácio Nacional de Maфра: www.palaciomafra.pt. Último acesso a 31/8/2015

Tapada Nacional de Maфра: www.tapadademafra.pt. Último acesso a 31/8/ 2015

UNESCO: www.unesco.org. Último acesso a 31/7/ 2015

União de Freguesias de Malveira e São Miguel de Alcainça: www.uf-malveira-alcainca.pt. Último acesso a 31/8/2015.

Apêndice I - Evolução histórica

Os primeiros sinais de ocupação humana na área do concelho datam do Paleolítico, no lugar da Seixosa (freguesia da Encarnação) e constitui uma das mais antigas presenças humanas na Europa. Existem também vestígios de ocupação, por comunidades mesolíticas, no Concheiro da praia de S. Julião (freguesia da Carvoeira) e de pequenos povoados constituídos por comunidades agro-pastoris durante o Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze, com destaque para os artefactos recolhidos no Penedo do Lexim (freguesia de Igreja Nova e Cheleiros).

Numerosos são também os vestígios datados da época romana. Foram encontrados no concelho artefactos vários (sepulturas, moedas, cerâmicas, etc.) e infraestruturas que ainda subsistem no tempo, como seja secções da antiga via romana que unia Sintra a Peniche e a qual atravessava Mafra. No Guia do Concelho de Mafra (Câmara Municipal de Mafra, 2000) é referido a existência de uma ponte no lugar do Crato (Santo Isidoro), presumivelmente romana, a qual ainda resiste à passagem de tratores agrícolas. De destacar é também a existência de vestígios que confirmam a importância agrícola desta freguesia durante o período romano.

Até à chegada dos muçulmanos, em 711, não existem muitos vestígios. Mafra foi conquistada aos árabes em 1147, por D. Afonso Henriques e se do período que durou a ocupação muçulmana não resta património arqueológico, já no que concerne à influência da passagem deste povo pelo concelho, ainda hoje subsistem traços desse período, como seja a toponímia.

A este respeito importa salientar que a origem do nome Mafra é frequentemente associada à ocupação muçulmana, resultando do termo árabe *Maħfara*, a cova, por derivação do verbo *ħafara*, cavar ou abrir uma cova. Contudo, esta origem moura do topónimo de Mafra, não parece colher grande aceitação entre os historiadores, sendo refutada pelo arabista David Lopes por não ser concordante com a etimologia. Gandra (2006) refere a esse respeito que várias fontes muçulmanas desconhecem o topónimo e que, sendo inconclusivas as origens do nome de Mafra, a que se apresenta como menos plausível é a de filiação árabe.

Encontra-se contudo estabelecido que Mafra terá evoluído a partir de Mafara (1189), para Malfora (1201) e posteriormente para Mafora (1288), surgindo com a atual grafia nos Lusíadas.

Em 1189, D. Sancho I doa a vila de Mafra ao Bispo de Silves, D. Nicolau, o qual concede foral em 1190. Cheleiros é a segunda povoação a receber foral em 1195 e em 1229 é a vez da Ericeira por ordem de Dom Frei Fernão Monteiro, Grão-Mestre da Ordem de Avis. Com a reforma manuelina, em 1513, Mafra e Ericeira veem confirmadas a sua importância enquanto vilas mas até ao início da construção do Convento, em 1717, a vila de Mafra apresentava uma fraca dinâmica populacional.

A construção do Palácio-Convento de Mafra, símbolo icónico do barroco português, veio introduzir alterações significativas na vila. Durante o período de edificação do monumento, e dada a necessidade de mão-de-obra para a construção do mesmo, assistiu-se a um afluxo de operários, mestres, médicos, religiosos e outros. A presença religiosa motivada pela existência do Convento está na origem da criação uma Escola de Escultores¹¹, donde saíram alguns dos melhores mestres de escultura e pintura do país como sejam José de Almeida, Machado de Castro, Domingos Sequeira ou C. Wolkmar Machado.

Em 1855, com a reforma administrativa do Governo Regedor, o município de Mafra passou a ser constituído por 13 freguesias¹². Em 1923, Malveira é elevada a freguesia, seguindo-se Vila Franca do Rosário em 1939 e Venda do Pinheiro e São Miguel de Alcainça, ambas em 1985, perfazendo a esta data 17 freguesias. A reestruturação administrativa de 2013 reduziu o número de freguesias para as atuais 11, observando-se que a agregação de freguesias ocorreu sobretudo nos sectores mais interiores do concelho.

¹¹ Os estragos provocados pela humidade nas telas da Basílica, retábulos e lunetas das capelas, constatados em 1753 e agravados pelos danos causados pelo terramoto de 1755, obrigaram a uma intervenção e substituição das mesmas por baixos-relevos. A execução destes trabalhos foi desenvolvida por mestres e aprendizes dando origem à criação da Escola. (CMM, 2000)

¹² Azueira (era concelho), Carvoeira (pertencia ao então concelho da Ericeira), Cheleiros (pertencia a Sintra), Encarnação (Torres Vedras), Enxara do Bispo (Azueira), Ericeira (era concelho), Gradil (Azueira), Igreja Nova (Santa Maria de Sintra), Mafra (era concelho), Milharado (Enxara dos Cavaleiros), Santo Estevão das Galés (Olivais), Santo Isidoro (Mafra) e Sobral da Abelheira (Azueira). (CMM, 2000)

Apêndice II - Caracterização biofísica

Do ponto de vista Morfo-Estrutural, o município de Mafra localiza-se na Orla Mesozoica Ocidental de Portugal. Em termos geológicos, o concelho é constituído por formações do Cretáceo e do Jurássico (compostos por materiais calcários, margosos, argilosos e gresosos) e por depósitos pliocénicos e quaternários (constituídos por formações arenosas). Em algumas áreas do município, estas formações cretácicas e jurássicas são cortadas por filões e chaminés eruptivas, pertencentes ao Complexo Vulcânico de Lisboa. (CMM, 1995).

No que concerne à geomorfologia, o concelho apresenta uma hipsometria com valores de altitude a situarem-se no andar basal, variando entre os 0m, a oeste, e os 413m na área sudeste do concelho, onde se localizam as serras de Montemuro, Funchal e Atalaia. Nos 16 km de costa litoral, observa-se a predominância de arribas altas, escarpadas e de declive acentuado, com topos planos, seccionadas por linhas de água que se desenvolvem perpendicularmente à linha de costa. As praias apresentam extensões variáveis, sendo que assumem maior dimensão junto ao sector terminal das principais linhas de água, e são em regra, de menor desenvolvimento junto às bases das arribas, formando pequenas enseadas de acesso mais difícil. Embora predomine a existência de um relevo suave, com uma área planáltica que se desenvolve ao redor da sede do concelho em direção ao mar, com altitudes entre os 150 e os 250m, o município apresenta áreas de relevo mais vigoroso, com maior expressão na área a leste da vila de Mafra, apresentando hipsometrias entre os 50 e os 400 m. Estes relevos encontram-se dissecados por vales encaixados, esculpidos pela rede hidrográfica. (CMM, 1995; CMM, 2010, CMM, 2014).

Esta dissimetria é patente na análise dos declives. Cerca de metade do território concelhio (51%) apresenta declives inferiores a 10% e os declives mais acentuados (superiores a 20%) representam 18% da superfície do município, ocupando sobretudo as áreas de vertente, junto às linhas de água. (CMM, 2014)

No que concerne à hidrografia, o concelho caracteriza-se pela existência de uma rede hidrográfica relativamente densa, com elevada drenagem superficial, constituída por cinco bacias hidrográficas principais, com orientação genérica SE-O: rio Cuco e rio Safarujo (bacias totalmente inseridas no concelho), rio Lizandro (apenas sector terminal), rio Sizando e rio Trancão (cabeceras somente). (CMM, 1995; CMM, 2014).

Em termos climáticos, o município caracteriza-se por uma elevada variabilidade espacial causada pelo relevo e pela proximidade/afastamento ao oceano. A influência atlântica manifesta-se pela ocorrência de Verões frescos e invernos amenos, registando-se uma temperatura média anual de 15°C. A ação moderadora do mar no ritmo e distribuição das temperaturas traduz-se numa amplitude térmica anual e diária moderada, aumentando em direção ao interior do concelho. A insolação é máxima em Julho (280-300 horas) e mínima em Dezembro e Janeiro (130-140 horas), sendo que as zonas costeiras apresentam valores inferiores devido à ocorrência esporádica de nebulosidade. Os verões são normalmente frescos e ventosos, e com tendência para formação de nevoeiros, registando-se valores elevados de humidade do ar ao longo de todo o ano. (CMM, 2010).

Estas características climáticas conferem ao clima mafrense características associadas, grosso modo, à região Oeste, decorrente não só da menor frequência de fenómenos extremos de temperatura¹³, mas também pela ocorrência de nevoeiros de advecção ao longo da faixa litoral, sendo igualmente frequente a ocorrência da Nortada durante o Verão.

O concelho regista cerca de 75 a 100 dias de chuva por ano e valores médios anuais de precipitação rondam os 700 mm. Os valores mínimos de precipitação anual são observados em Julho (4,2 mm) e os máximos em Novembro (127,6 mm). Predominam ventos dos quadrantes norte e noroeste, com velocidades moderadas ao longo do ano, podendo contudo soprar com rajadas fortes na transição entre estações. (CMM, 2010; CMM, 2014).

No que concerne à ocupação do solo, os dados disponíveis mostram uma variação positiva dos espaços agrícolas e dos espaços sociais, e redução da área ocupada pelos incultos (matos) e espaços florestais. De acordo com Trindade *et.al.* (2012), os dados recolhidos pelo levantamento Corine Land Cover 2000¹⁴ indicavam que no concelho de

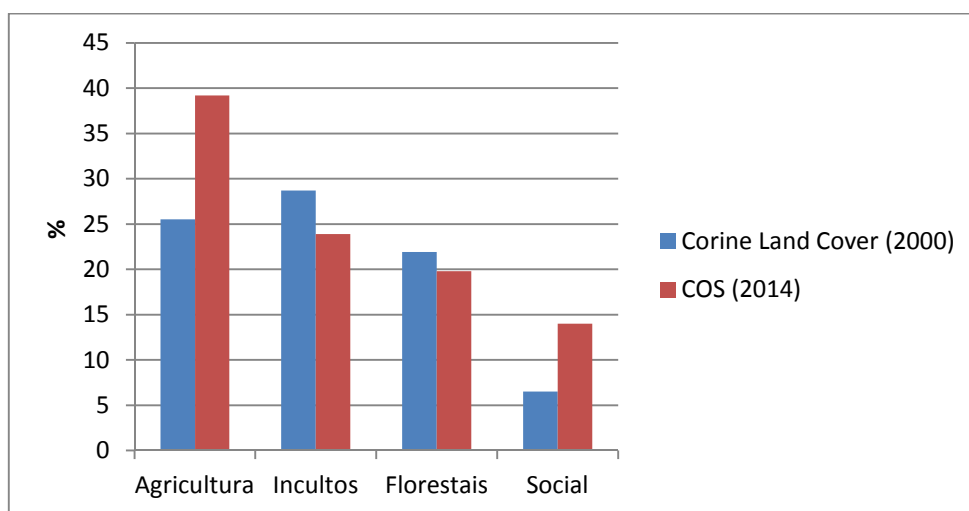
¹³ A temperatura média máxima é de apenas 28,3°C, atingidos em Agosto, sendo que as condições meteorológicas extremas apenas são atingidas no concelho em situações de onda de calor (CMM, 2014).

¹⁴ O projecto CORINE Land Cover iniciou-se na década de 80, sob a égide da Comissão Europeia, e consistiu na elaboração de uma carta com informação vetorial sobre o uso e ocupação do solo, com base em interpretação visual de imagens satélite (Landsat). Foi produzida à escala 1:100 000 e com uma unidade mínima cartográfica de 25 ha.

Mafra o solo encontrava-se ocupado sobretudo por espaços agrícolas (25,5%) e espaços naturais (28,7% de incultos), sendo que as zonas de floresta e espaços florestais degradados ocupavam 21,9% do território municipal e o tecido urbano correspondia a 6,5%, com maior incidência nas localidades com maior população (Mafra, Ericeira, Malveira e Venda do Pinheiro).

Segundo os dados obtidos após a elaboração da COS 2014¹⁵ - C.M.Mafra (CMM, 2014), observa-se o aumento da área ocupada pelos espaços agrícolas (39,2%), e uma diminuição das áreas de incultos (matos e pastagens) para 23,9% e dos espaços florestais para 19,8%. É de assinalar o aumento acentuado das áreas ocupadas pelos espaços sociais, as quais totalizam 14% em 2014 (Gráfico II.1).

Gráfico II.1 - Ocupação do Solo no concelho de Mafra. Comparação Corine Land Cover (2000) e Carta de Ocupação do Solo (COS 2014).



Elaboração própria com base em dados Corine Land Cover (Trindade *et.al.*, 2012) e COS 2014 (CMM, 2014)

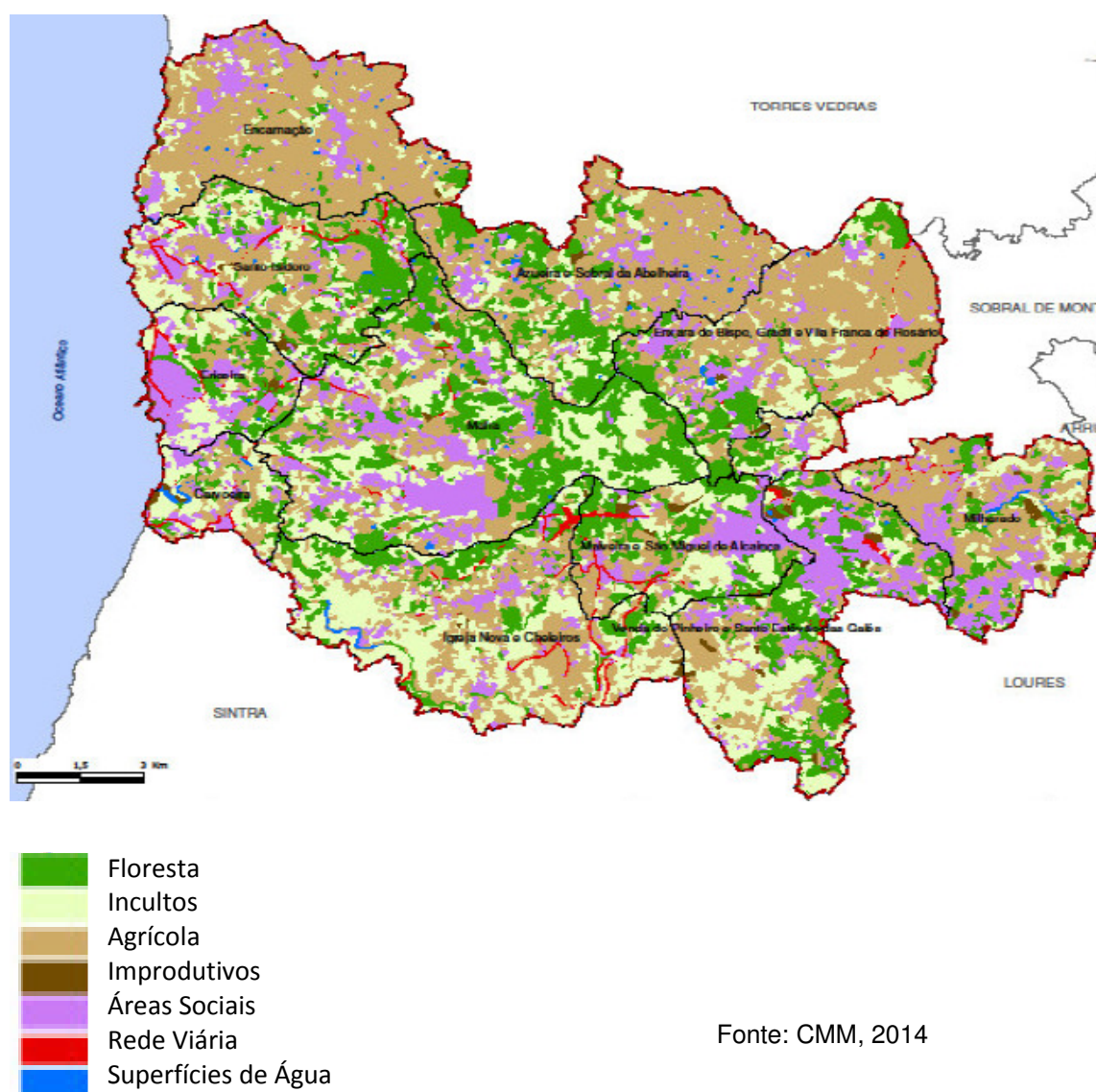
Não obstante as dificuldades de comparação entre ambas fontes de dados (Corine Land Cover e COS 2014) decorrentes da utilização de diferentes escalas e unidades mínimas cartográficas, parece lícito assinalar o aumento dos espaços agrícolas e dos espaços

¹⁵ COS 2014 é a carta de Ocupação do Solo elaborada pela Câmara Municipal de Mafra à escala 1:10 000 e com uma unidade mínima cartográfica de 1 ha.

sociais, que indiciam a existência de alterações socioeconómicas relevantes e uma dinâmica populacional recente.

Através da observação da COS 2014 (CMM, 2014), constata-se o predomínio dos espaços agrícolas nas freguesias da Encarnação, Azueira e Sobral da Abelheira e na freguesia de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (Figura II.1). As manchas florestais ocupam sobretudo o território central do município, correspondendo à principal mancha florestal do concelho, a Tapada Nacional de Mafra, e áreas adjacentes. No sector sul do concelho não se denota uma ocupação de solo predominante, coexistindo áreas de incultos, agrícolas, pequenas manchas florestais e espaços sociais.

Figura II.1 - Carta da Ocupação do Solo do Concelho de Mafra (2014)



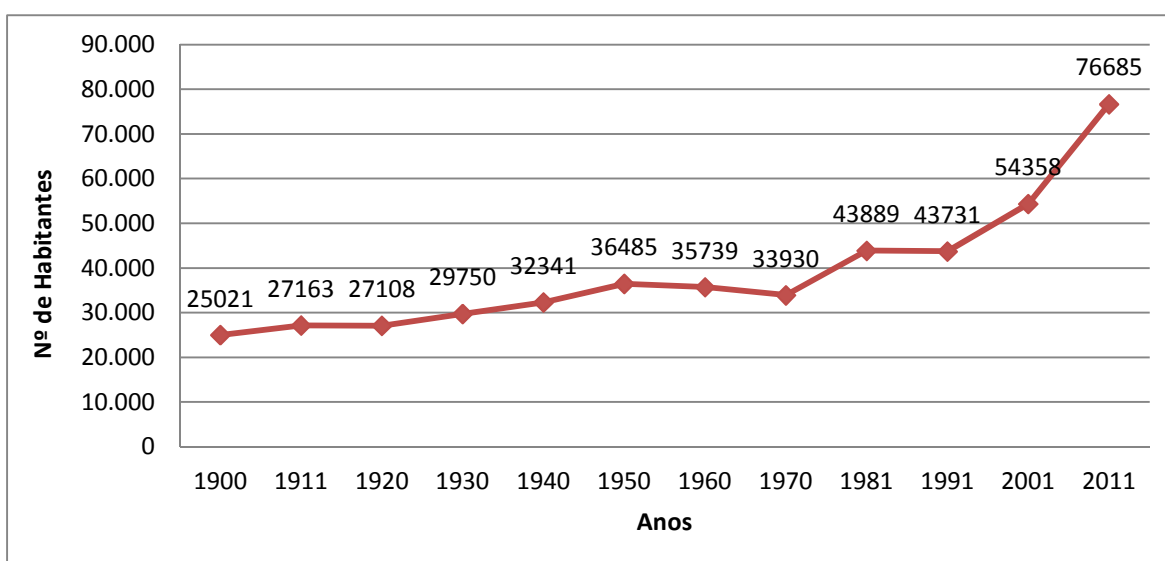
Os espaços sociais coincidem com os núcleos populacionais, destacando-se pela dimensão da superfície ocupada as áreas urbanas da Mafra, Ericeira e o eixo Milharado-Venda do Pinheiro-Malveira, evidenciando a importância destes núcleos urbanos na hierarquia do sistema urbano do concelho, tendência acentuada no passado recente.

Apêndice III - Caracterização Socioeconómica

O concelho de Mafra tem vindo a registar um aumento populacional bastante significativo, sobretudo desde o início do presente século (Gráfico III.1). Segundo os dados definitivos do INE referente aos censos de 2011 (INE, 2012), Mafra é o concelho da região de Lisboa que apresentou a maior variação populacional (+41,1%) entre os dois últimos momentos censitários (2001-2011).

De acordo com os dados dos últimos censos e considerando a reorganização administrativa ocorrida em 2013, constata-se que as freguesias mais populosas são Mafra (17.986 hab.), Ericeira (10.260 hab.), Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (9.855 hab.) e Malveira e São Miguel de Alcainça (8.257), sendo também estas as freguesias que registaram a maior variação positiva no período compreendido entre 2001 e 2011 (Gráfico III.1). De entre estas, a freguesia que observou o maior aumento do número de habitantes foi a de Mafra (ganhou 6.710 hab.), seguindo-se a Ericeira (3.663 hab.), Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (3.575 hab.) e Malveira e São Miguel de Alcainça (2.630 hab.).

Gráfico III.1 - Evolução do número de habitantes no concelho de Mafra (1900-2011)



Elaboração própria com base em dados CMM (2000) e INE (censos 2001 e 2011)

Relativamente à percentagem de jovens, o concelho de Mafra apresenta o segundo valor mais elevado de entre os concelhos que pertencem à região de Lisboa (18,7%), sendo dos poucos municípios da região que registou um índice de envelhecimento em 2011 (79,0) inferior ao observado em 2001 (96,8).

As freguesias apresentam um índice de envelhecimento mais baixo em 2011 são: Milharado (57,5), Mafra (64,6), Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (67,8) e Malveira e São Miguel de Alcainça (68,1). Trata-se de freguesias que registaram grandes variações positivas nas camadas mais jovens (0-14 anos). A Ericeira (80,0), não obstante o aumento da população residente nas faixas etárias mais jovens, regista, contudo, um aumento número de efetivos nas camadas mais seniores da população superior à média concelhia. As freguesias que apresentam um índice de envelhecimento mais elevado são: Azueira e Sobral da Abelheira (136,3), Encarnação (113,4), Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (109,8) e Igreja Nova e Cheleiros (108,1). Se analisarmos a distribuição do índice de envelhecimento pelas freguesias do concelho denota-se a existência de um padrão na sua distribuição espacial: as freguesias com maior índice de envelhecimento localizam-se em posição mais periférica, ao passo que as freguesias menos envelhecidas são aquelas servidas pelos eixos viários mais importantes de ligação a Lisboa, constituindo os principais centros urbanos do concelho.

É igualmente de assinalar que, comparando com os dados da ocupação do solo, é nas freguesias mais envelhecidas (Azueira e Sobral da Abelheira, Encarnação e Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário) que se verifica o predomínio das áreas agrícolas. Esta situação parece assim evocar a existência de modos de vida mais tradicionais e mais próximas da identidade saloia nos habitantes destas freguesias, pois não só estarão ligados ao cultivo da terra (predomínio de áreas ocupadas por espaços agrícolas) como também serão detentores de uma provável herança cultural mais vasta, rica em conhecimentos e saberes ancestrais, por via de uma história de vida mais longa (população com mais envelhecida), podendo constituir-se como atores, agentes, mestres da herança viva ligada à identidade saloia.

As freguesias com menor índice de envelhecimento, pelo contrário, refletem o fenómeno, que no concelho é recente, de crescimento urbano e populacional, tendo estas freguesias captado essencialmente habitantes provenientes de outros concelhos limítrofes à cidade de Lisboa e com características mais urbanas, devido à melhoria generalizada das acessibilidades do concelho.

Segundo dados do INE (2012), o concelho de Mafra, é dos municípios da região de Lisboa com maior capacidade de atração, juntamente com os municípios de Alcochete, Montijo e Sesimbra, que apresentam taxas de atração total situadas entre 14,8-18%. O concelho de Mafra é o único dentro da sub-região da Grande Lisboa a situar-se neste

intervalo. Estes valores indicam a elevada capacidade do concelho, no contexto da região de Lisboa, para captar novos residentes¹⁶, sendo um dos destinos de migração interna. Esta dinâmica é sustentada pela baixa taxa de repulsa de interna¹⁷ do concelho (6,3%), que constitui o valor mais baixo da região, ou seja, trata-se do concelho que menos população perdeu por migração interna para outras unidades territoriais.

O crescimento populacional observado foi impulsionado pela melhoria generalizada das acessibilidades ao concelho, por via da construção/requalificação dos principais eixos viários e que permitiu o afluxo de novos residentes para o município.

O município de Mafra é servido por acessibilidades que abrangem a totalidade do seu território. A rede viária atualmente existente no concelho é constituída por duas autoestradas e várias estradas nacionais e municipais. O concelho de Mafra é atravessado no sentido Norte-Sul pela A8 (autoestrada do Oeste) que estabelece a ligação entre a região Oeste e a cidade de Lisboa, usufruindo de dois nós de ligação no concelho, localizados na Venda do Pinheiro e Enxara dos Cavaleiros. A Venda do Pinheiro é igualmente o nó de ligação entre a A8 e a A21, tendo esta última sido concluída em 2008 e estabelecendo a ligação à Ericeira. A A21 tem uma extensão de 21 km e insere-se totalmente no município, atravessando o território concelhio no sentido Este-Oeste. É constituída por 4 lanços portajados, com nós de ligação na Malveira, Mafra Este (junto à Carapinheira), Mafra Oeste (junto à Quinta das Pevides) e término na Ericeira.

Quer a A8 quer a A21 são eixos estruturantes do concelho, constituindo alternativas às EN8 e EN116 respetivamente, as quais possuem um traçado sensivelmente paralelo às referidas autoestradas. No que concerne às principais vias de comunicação destacam-se também as EN9 e a EN247 que, juntamente com a EN8 e EN116, estruturam as ligações intra-concelho e com os concelhos de Torres Vedras, Sintra, Loures, Sobral de Monte Agraço e Lisboa. Para além destas ligações, o concelho de Mafra é servido por uma rede de estradas municipais que estabelecem a ligação a localidades e aglomerados de menor

¹⁶ A taxa de atração total relaciona a população residente que 5 anos antes do momento censitário residia noutra unidade territorial ou noutro país, com a população residente na unidade territorial à data do censo.

¹⁷ A taxa de repulsa interna relaciona a população residente que 5 anos antes do momento censitário residia na unidade territorial e já não reside, com a população residente na unidade territorial à data do censo.

dimensão. A melhoria geral das acessibilidades rodoviárias, em particular a conclusão recente da A21, é apontada como um dos fatores que promoveram o aumento populacional registado no concelho nos últimos anos, permitindo o encurtamento dos tempos de ligação a Lisboa.

No que concerne à rede ferroviária, o concelho é servido pela linha do Oeste, destacando-se a existência de duas estações: na Malveira, em localização bastante central dentro da vila, e a estação de Mafra, localizada a cerca de 9km a sudeste da sede de concelho na localidade de Mafra Gare. Para além destas duas estações refere-se ainda a existência de dois apeadeiros: em Alcaínça-Moinhos e Juromelo.

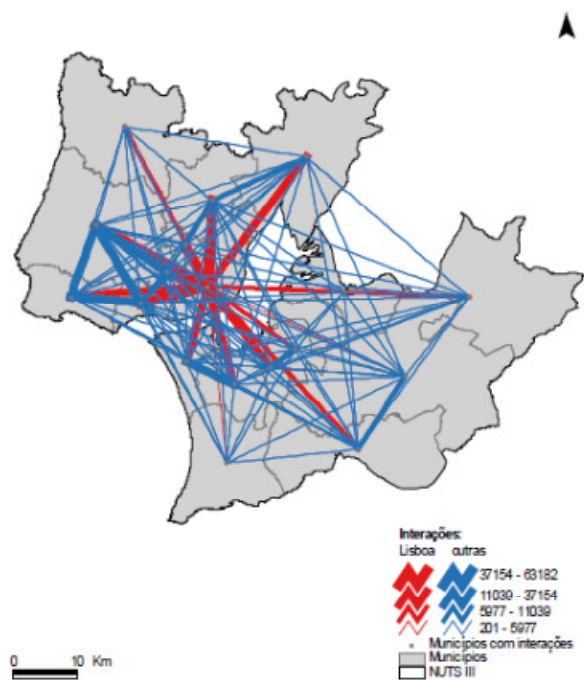
A linha do Oeste, ao estabelecer a ligação entre Agualva-Cacém e a Figueira da Foz, desempenha essencialmente funções regionais, quer em termos de passageiros, quer em termos de mercadorias, não se afirmando como uma via estruturante para o atual desenvolvimento do concelho.

A melhoria generalizada das acessibilidades e conseqüente redução dos tempos de ligação, impulsionou a migração de novos habitantes para o concelho, oriundos de outras unidades territoriais, e a acentuação das relações de trabalho ou de estudo com outras áreas geográficas que não o concelho de Mafra.

Segundo dados dos últimos censos (INE, 2012), o concelho de Mafra regista interações com os concelhos limítrofes, expresso em movimentos pendulares (deslocações casa-trabalho ou casa-escola) e em especial com Lisboa, evidenciando o carácter polarizador da capital (Figura III.1).

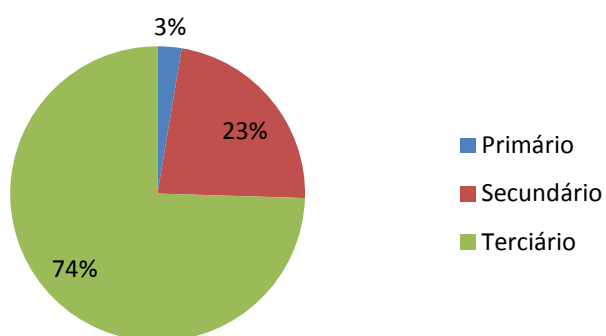
Estas dinâmicas recentes têm também reflexos na distribuição atual da população pelos sectores de atividade. De acordo com os dados dos Censos de 2011 (INE, 2012), o sector de atividade que emprega mais população é o sector terciário (74,5%), seguindo-se o sector secundário (22,9%) e por último o sector primário, com apenas 2,6% (Gráfico III.2).

Figura III.1 - Movimentos pendulares (interações regionais), 2011



Fonte: INE (2012)

Gráfico III.2 - População ativa por sector de atividade no concelho de Mafra (2011)



Elaboração própria com base em dados INE (2012)

No que concerne à evolução da população empregada por sector de atividade, há a salientar o forte decréscimo da importância das atividades relacionadas com o sector primário. Segundo CMM (2014), no período compreendido entre 1991 e 2011, a

população residente com atividade ligada ao sector primário passou de 13,5% para os atuais 2,6%, o que corresponde a uma variação negativa de 81% em apenas 20 anos. De acordo com a mesma fonte, esta evolução resulta de dois fatores: por um lado assistiu-se, durante este período temporal, ao abandono da agricultura em áreas com solos menos férteis e de difícil cultivo; e por outro, o acentuado aumento populacional (32.954 habitantes, o que corresponde a uma variação positiva de 75%¹⁸ no intervalo de tempo considerado) resultou de movimentos migratórios de população, sobretudo urbana e oriunda da periferia da cidade de Lisboa, que aproveitando as novas acessibilidades, procurou viver em ambientes mais rurais, não possuindo, contudo, atividades ou conhecimentos ligados ao sector primário.

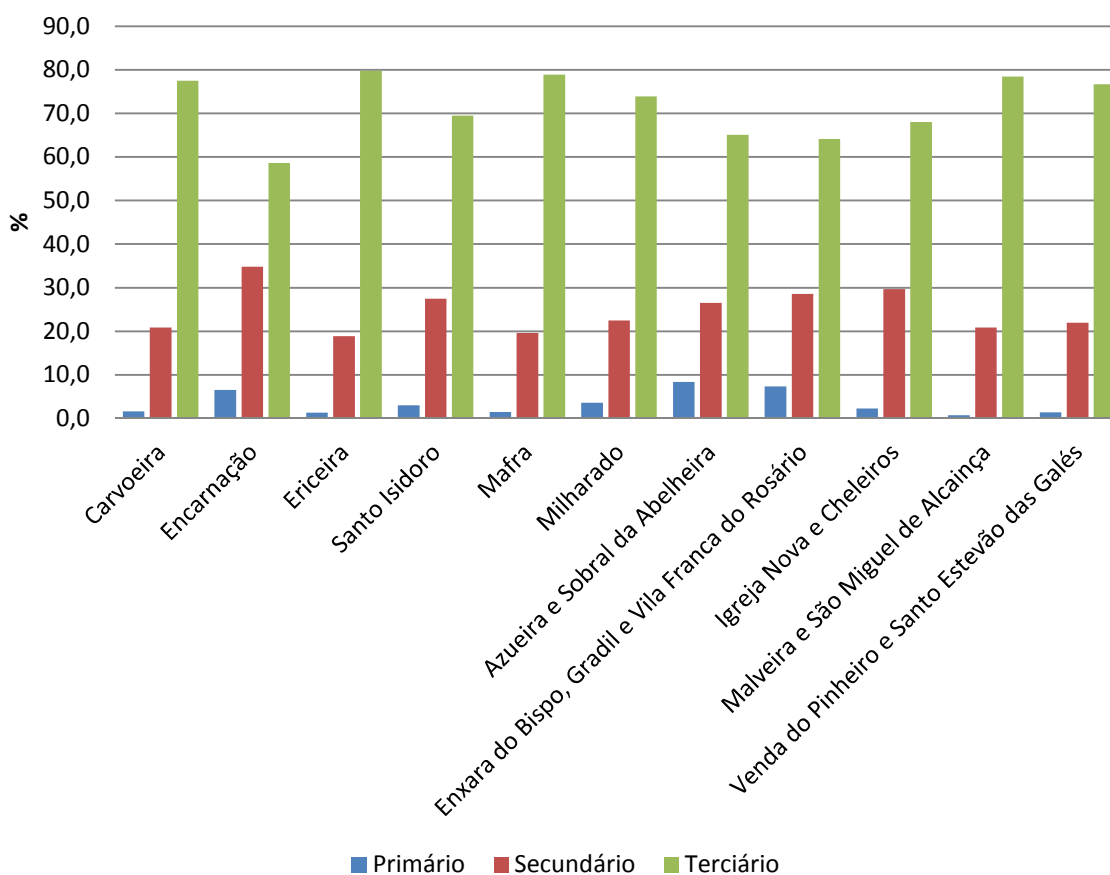
Observa-se assim que a evolução da população por sector de atividade, verificada no concelho, evidencia a terciarização da economia municipal, acompanhando a tendência nacional de aumento progressivo do peso do sector terciário face ao conjunto das atividades dos restantes sectores.

A importância do sector terciário é transversal a todas as freguesias do concelho (Gráfico III.3). De acordo com os dados dos Censos 2011 (INE, 2012), verifica-se que as freguesias que apresentam valores de população empregada no sector terciário mais elevados são Ericeira (79,8%), Mafra (78,9%), Malveira e São Miguel de Alcainça (78,4%) e Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés (76,7%). Trata-se de freguesias com elevada concentração de atividades ligadas ao comércio e serviços e, no caso da Ericeira e Mafra, reflete também o peso de atividades relacionadas com o turismo, sendo que, de acordo com INE (2012), o sector de especialização do concelho é “comércio, alojamento, transportes e comunicação”.

O sector secundário, embora de menor dimensão, regista valores mais elevados nas freguesias de Encarnação (34,8%), Igreja Nova e Cheleiros (29,7%), Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (28,5%) e Azueira e Sobral da Abelheira (26,5%). Trata-se de áreas onde existem unidades industriais que constituem um importante impulsionador da economia local, algumas com dimensão nacional, como é o caso da Sicasal, localizada em Vila Franca do Rosário.

¹⁸ Na fonte citada, o aumento populacional seria de 32.654 hab., a que corresponderia uma variação de 43%. Contudo, de acordo com os dados dos censos de 1991 e 2011, o aumento populacional verificado no concelho foi de 32.954 hab., o que corresponde a uma variação positiva de 75%.

Gráfico III.3 - População ativa por sector de atividade e freguesia do concelho de Mafra (2011)



Elaboração própria com base em dados INE (2012)

A importância do sector primário é atualmente bastante baixa em todas as freguesias do concelho, quando comparado com a importância que teve num passado ainda recente. Destaca-se contudo a existência de freguesias onde a importância das atividades ligadas ao sector primário é ainda relevante, sendo bastante superior aos valores observados quer para a região de Lisboa (0,7%) quer para a sub-região da Grande Lisboa (0,4%). As freguesias que apresentam valores mais elevados de população com atividade no sector primário são: Azueira e Sobral da Abelheira (8,4%), Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário (7,3%) e Encarnação (6,6%). Constituem as freguesias onde as áreas de ocupação do solo por atividades agrícolas são predominantes, evidenciando assim um cariz mais rural destas freguesias dentro daquele que é o contexto do concelho, não obstante a alterações socioeconómicas operadas.

Apêndice IV - Principais manifestações do Património
Cultural Imaterial mafrense

A informação existente sobre o património cultural imaterial mafrense é vasta e encontra-se dispersa por várias publicações e coleções, disponível em diversos locais de consulta no concelho. A este respeito é de destacar os diversos estudos publicados pela autarquia, em colaboração ou não com outras entidades, que constituem importantes fontes documentais sobre este tema.

Um contributo importante para a sistematização do património cultural imaterial de Mafra foi a publicação, em 2013, da obra *Florilégio de Tradições do Concelho de Mafra* (Gandra, 2013), na qual o investigador Manuel J. Gandra reúne informação sobre o património cultural material e imaterial, elaborada por vários autores e que se encontrava dispersa por várias publicações.

Nessa publicação a informação referente ao património cultural encontra-se agregada em 16 temas, muitos dos quais se sobrepõem em diversos domínios do património cultural imaterial.

De acordo com a informação constante em Gandra (2013), foram recolhidas expressões do Cancioneiro tradicional mafrense em 16 locais do município, a maior parte das quais resultante de levantamentos levados a cabo durante as décadas de 1940-1950. Segundo Caetano (1994), a principal característica deste cancionário é o repentismo, resultante de relacionamentos simples e com bases em sentimentos, decorrentes das relações sociais mas também com o meio ambiente.

O *Romanceiro* constituirá, provavelmente, uma das mais expressivas manifestações de património cultural imaterial. Segundo Bringel (2004), estudos mais recentes (Pires da Cruz, 1995; Sardinha, 2000; Pere Ferré, 1991 e 2001, citados por Bringel, 2004) consideram o *Romanceiro* como um “género literário tradicional, composto por um *corpus* de romances de raízes medievais, textos épicos e narrativos, de carácter baladaístico, e que obedeceram a determinadas regras semânticas.” (Bringel, 2004, p.431). O *Romanceiro*, cujo principal traço de tradicionalidade reside na transmissão dos romances por via oral, passando de geração em geração, tem sido recitado em contextos sociais diversos dando origem a múltiplas variantes locais e regionais (Bringel, 2004).

Segundo a mesma autora, apesar de o *Romanceiro* ainda se manter vivo no século XXI, são evidentes os sinais do seu progressivo desaparecimento. Por um lado, trata-se de um género literário decorrente da memória coletiva ligada a aspetos do quotidiano como

sejam o trabalho e lazer (Fentress & Wickham, 1992, citados por Bringel, 2004), quotidiano este que tem vindo a sofrer alterações significativas nas últimas décadas decorrentes das alterações dos estilos de vida de populações mais rurais (Bringel, 2004), e por outro encontra-se cada vez mais relegado para o domínio privado, encontrando-se esquecido em muitos pontos do país (Pires da Cruz, 1995; Ferré, 2001; citados por Bringel, 2004).

O acervo de textos literários recolhidos no concelho de Mafra, vulgo *Romanceiro*, assume pouca expressão no concelho, sendo constituído por 5 romances, sendo que um deles é desdobrado em duas versões e constituem os únicos textos recolhidos no concelho e de há conhecimento (Bringel, 2004). A mesma autora refere que a pequena dimensão do *corpus* do *Romanceiro* mafrense será reflexo quer do desinteresse dos investigadores na recolha deste tipo de património imaterial, quer da proximidade à capital, que terá contribuído para uma perda de influência deste tipo de património, relegando-o para o esquecimento.

Dos 6 textos recolhidos, 4 integram a categoria de Romances Tradicionais: *O Conde da Alemanha*, *O Conde de Alarcos* e 2 versões do *Romance da Adelina*. Estes 4 textos, todos recolhidos durante a década de 1950 no concelho de Mafra, constituem alguns dos romances mais popularizados do país e a sua sobrevivência no concelho (até pelo menos ao final da década de 50) é reflexo da sua importância simbólica enquanto reforço dos valores morais e práticas sociais relevantes para a comunidade (Bringel, 2004).

No seguimento de incursões etnográficas, desenvolvidas pelo Gabinete de Antropologia da Câmara Municipal em 2001, foi possível proceder à recolha de mais dois romances, classificados como Romances Vulgares: *Antoninho e o Pavão*, recitado na localidade de Enxara dos Cavaleiros (freguesia de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário) e *Febre Amarela*, recitado na localidade da Murgeira (freguesia de Mafra). Bringel (2004, pp.444-445) refere a este respeito que “(...) o *Romanceiro* de carácter medieval parece ter sido erradicado, ficando apenas os romances mais modernos, o quais terão apelado mais às preferências das comunidades rurais locais; (...) estes últimos romances [*Antoninho e o Pavão* e *Febre Amarela*] foram de extensiva divulgação por parte de músicos-cegos com a venda de literatura de cordel, que se movimentaram dentro do concelho até às últimas décadas.” Estes dados parecem assim indicar que o *Romanceiro* mafrense encontrar-se-á provavelmente em perigo de desaparecimento, em virtude das

mudanças socioculturais entretanto ocorridas, tais como a redução da atividade deste tipo de músicos.

No que concerne a contos tradicionais, segundo a informação constante em Gandra (2013) foram recolhidos 15 contos tradicionais no concelho, sendo que alguns destes contos são conhecidos por outros títulos em várias outras regiões do país. No que concerne ao seu uso na atualidade, destaca-se que alguns deles foram recolhidos em anos mais recentes (como por exemplo o conto *A velhinha e a Cabacinha*, recolhido em 1999 por uma aluna do 9º ano, sendo a informante uma munícipe de 56 anos, à data da recolha, ou a *História do vento Norte, da Névoa e da Vergonha*, publicado em 1999¹⁹).

Mais extensiva parece ser a recolha referente ao lendário mafrense. De facto, na obra de Gandra (2013) são identificadas 34 lendas recolhidas no concelho, a maior parte com datas de recolha e/ou publicação que varia entre a primeira metade do século passado e o início do presente século. Claro parece ser, contudo, o caráter oral da sua transmissão, mais tarde firmado pela transcrição e fixação em publicações. Pela data de recolha, e informação disponível sobre as idades dos coletores e informantes de algumas destas lendas (como por exemplo a *Lenda do Arquiteto* e a *Lenda da Portela de Chanca*, ambas recolhidas em 1999), constata-se que o lendário mafrense é ainda transmitido e possui carácter intergeracional. Este facto é consubstanciado pelo facto de algumas das lendas recolhidas resultarem de trabalhos de recolha realizados por alunos do 9º durante o ano de 1999, no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa, sendo os informantes de faixas etárias adultas e seniores.

Vasta parece ser também o conjunto de palavras expressões populares, provérbios e adivinhas na Região de Mafra, cuja compilação apresentada em Gandra (2013) resultou de recolhas e trabalhos de recuperação de memórias coletivas desenvolvidas, em parte, por técnicos da autarquia. Mais do que elencar e descrever este importante acervo, importa ressaltar que a maior parte destas expressões, com origens em usos, costumes e modos de vida da população de Mafra, referem-se a uma realidade marcadamente rural, que atualmente sofreu já alterações por via das alterações económicas e socioculturais entretanto ocorridas, nomeadamente a perda de importância do setor primário. Tal não significa, todavia, que muitas destas expressões não perdurem na

¹⁹ Conforme informação constante em Gandra (2013)

memória e não sejam ainda transmitidas e utilizadas pelos habitantes do concelho, mas o seu uso provavelmente encontrar-se-á em declínio.

Costa (1995), que elaborou uma recolha de alguns dos costumes religiosos em Mafra, nomeadamente sobre a utilização de expressões tradicionais relacionadas com as crenças religiosas no concelho, refere-se assim em relação ao provável desaparecimento deste tipo de património imaterial: “Suponho que este meu pequeno apontamento se poderá referir a todo ou quase todo o nosso país, de norte a sul, mas não me atrevo a afirmá-lo, o que quero, isso sim, é deixar uma lembrança daquilo que na minha aldeia (no seio dos saloios da freguesia de Mafra) vi e ouvi a gentes quase todas desaparecidas, mas sinto que a cada uma delas foi um documento a que já tive acesso.” (Costa, 1995, p.360).

As danças e cantares tradicionais integram o que vulgarmente se poderá denominar por folclore. O folclore tem sido palco de amplos debates desde a introdução do termo em 1846 por William John Thoms (Cabral, 2009), sendo que, segundo Frade (2004, citado por Cabral, 2009) o folclore consiste numa sistematização e delimitação das fronteiras da cultura popular. Encontra-se associado à ruralidade, constituindo um testemunho do passado que deverá ser reconstituído em termos interpretativos (Leal, 2000, citado por Cabral, 2009). É constituído por reportórios autenticados e alicerça-se em representações baseadas no localismo e nas identidades locais (Castelo-Branco e Branco, 2003, citados por Cabral, 2009). As danças e cantares tradicionais de um concelho constituem assim um reflexo desta cultura popular coletiva, que se manterá viva enquanto os elementos dessa comunidade assim o perpetuarem.

De acordo com a informação disponível em Gandra (2013), existem no concelho de Mafra referências a 19 grupos dedicados à recriação de danças e cantares tradicionais mafrenses, resultantes de trabalhos de recolha de informação na área do concelho, ou em áreas limítrofes, que por similitude de identidade, foram difundidas e apropriadas pela comunidade mafrense, constituindo-se como património cultural do concelho (Tabela IV.1). É o caso, por exemplo, da *Choutice* ou *Choutice saloia*, dança salteada, recriada por vários ranchos folclóricos e grupos de danças e cantares do concelho de Mafra, que segundo a informação constante em Gandra (2013), foi recolhida em Colaria (Torres Vedras) tratando-se “de uma das mais viris e populares danças de roda do concelho de Mafra. Presume-se que se trate de uma aculturação remontando ao período das invasões napoleónicas, em consequência das quais soldados escoceses (*scotische*=*choutice*,

xotiça) acantonados na região poderão tê-la transmitido. (...) Termos similares são adotados na região para designar o trote miúdo das bestas (*chouto*) e a ação de pisar com os pés (*choutar*)” (Gandra, 2013, pp.304-305). É de salientar que muito do que é apresentado por estes ranchos folclóricos e grupos de danças e cantares resultou de um trabalho profícuo de recolha etnográfica local, não só ao nível das danças mas também no que concerne a adereços e trajes, desenvolvido pelas próprias coletividades no seio das comunidades que representam.

Tabela IV.1 - Ranchos Folclóricos do Concelho de Mafra

Nome	Freguesia	Estado
Rancho Folclórico "As Morangueiras" do Sobral da Abelheira	Azueira e Sobral da Abelheira	Em atividade
Rancho Folclórico do Livramento		Em atividade
Rancho Folclórico de Vila Franca do Rosário	Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	Em atividade
Rancho Folclórico "Os Hortelões" da Ervideira		Em atividade
Rancho Folclórico "Os Pescadores da Ericeira"	Ericeira	Sem registo de atividade recente
Rancho Folclórico da Murgeira	Mafra	Em atividade
Rancho Folclórico "Cantarinhas do Barro"		Em atividade
Rancho Regional de Santo André da Casa do Povo de Mafra		Sem registo de atividade recente
Rancho Folclórico da Malveira	Malveira e São Miguel de Alcainça	Em atividade
Grupo Cultural de Danças e Cantares de São Miguel de Alcainça		Em atividade
Grupo de Danças e Cantares de Vila de Canas	Milharado	Em atividade
Rancho Folclórico e Etnográfico de Cabeço de Montachique ²⁰		Em atividade
Rancho Folclórico "Os Saloios" da Póvoa da Galega		Em atividade
Rancho Folclórico São Miguel do Milharado		Em atividade
Rancho Folclórico Flores de Monfirre	Venda do Pinheiro e Santo Estevão da Galés	Em atividade
Grupo de Danças e Cantares de Santo Estevão das Galés		Em atividade
Rancho Folclórico "Os Saloinhos" da Avessada		Sem registo de atividade recente
Rancho Folclórico de Monte Godel	Santo Isidoro	Em atividade
Rancho de Monte Bom		Sem registo de atividade recente

Elaboração própria com base em Gandra (2013) e dados CMM²¹

²⁰ A localidade de Cabeço de Montachique possui a particularidade de se encontrar administrativamente dividida por três freguesias pertencentes a dois concelhos distintos: freguesias de Lousa e Fanhões (concelho de Loures) e freguesia do Milharado (concelho de Mafra).

É de destacar também que dos 19 grupos e ranchos folclóricos referidos em Gandra (2013), 15 encontram-se em plena atividade, denotando uma dinâmica que vai de encontro aos princípios da Convenção, nomeadamente na manutenção de uma tradição viva, que os elementos da comunidade considerem como sendo representativa da sua identidade cultural.

As festividades e romarias constituem uma das representações da cultura popular que estruturam e consubstanciam a identidade daqueles que as praticam, revestindo-se de grande importância para os membros de uma comunidade. Normalmente com génese em práticas ancestrais, os eventos rituais ou festivos, por serem compartilhados, permitem a reafirmação de uma memória coletiva e o fortalecimento de laços comuns dentro da comunidade, baseados na perceção da sua própria história, valores e crenças, sendo por isso um dos traços mais expressivos da identidade cultural de uma comunidade.

O concelho de Mafra caracteriza-se pela existência de mais de uma centena de festividades e eventos cíclicos (CMM, 2000), de dimensões e intervalos de tempo variáveis. De entre as festividades e romarias mais significativas, destaca-se a realização do Círio da Nossa Senhora do Cabo Espichel (ou Círio dos Salbios) e do Círio da Prata Grande, dedicado Nossa Senhora da Nazaré.

O Círio da Nossa Senhora do Cabo Espichel constituirá, pela sua abrangência geográfica e antiguidade, uma das manifestações culturais de carácter religioso mais importantes e agregadora de uma identidade saloia. Segundo Álvaro (2010) a data de início do culto no Cabo Espichel é incerta, contudo o culto mariano datará provavelmente do período visigótico, sendo conhecida, todavia, a data provável da construção da Ermida da Memória, no início do século XV, que constitui o primeiro testemunho construído da veneração.

A existência de uma devoção, mais tarde organizada em Círios, com origem no Cabo Espichel e abrangendo não só a margem norte, mas também a margem sul do Tejo, é para autores como Gaspar (1993), um dos traços unificadores da realidade saloia. As romarias eram compostas por grupos de romeiros que levavam uma vela acesa (o círio) e

²¹ Informação compilada a partir dos dados existentes em 2015 referentes aos pedidos de atribuição de participações financeiras pela CMM no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Cultural e da análise de cartazes de alguns eventos culturais recentes.

inicialmente o Círio da Nossa Senhora do Cabo era organizado forma de *giro*, pelas freguesias sob a forma de Confraria, as quais preparavam uma deslocação anual e rotativa ao Santuário do Cabo Espichel, local onde o testemunho seria passado. Em 1887, o *giro* deixou de incluir a deslocação anual ao Santuário mas manteve a organização rotativa: a imagem de Nossa Senhora era entregue a uma freguesia, a qual fica responsável pelas festividades durante esse ano, sendo a imagem entregue à próxima freguesia no ano seguinte.

A primeira Confraria da Nossa Senhora do Cabo foi fundada em 1432 e dela faziam 30 freguesias pertencentes aos concelhos de Cascais, Sintra, Loures, Oeiras, Lisboa, Odivelas e Mafra (Álvaro, 2010; Gaspar, 1993). O concelho de Mafra encontrava-se representado pelas freguesias de Santo Estevão das Galés (freguesia de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés, pela reforma administrativa de 2013), Igreja Nova (atual freguesia de Igreja Nova e Cheleiros) e Mafra. Em 1899 restavam 26, tendo a freguesia de Mafra abandonado a Confraria em 1722, mantendo-se este número constante até aos dias de hoje. No concelho de Mafra e na atualidade, dado o grande intervalo de tempo decorrido (cada freguesia é responsável pelos festejos a cada 26 anos), estas festividades, quando sucedem nas freguesias do concelho, ainda se revestem de manifesta importância.

O Círio da Prata Grande, com origem na Confraria da Nossa Senhora da Nazaré da Pederneira da Igreja Nova, constitui outra celebração religiosa, provavelmente com maior impacto no concelho em virtude de ser um *giro* mais pequeno, constituído por 17 localidades e abranger uma maior área do concelho. Importa referir que, em termos históricos, este Círio encontrava-se dividido por 17 freguesias. Atualmente, e decorrente da Reorganização Administrativa de 2013, algumas destas freguesias foram unificadas, pelo que se irá fazer referência às localidades (que correspondem às anteriores sedes de freguesia) e não às atuais freguesias.

O Círio da Prata Grande continua a ser celebrado anualmente, ocorrendo a entrega da imagem à localidade seguinte que participa no Círio, no terceiro sábado de Setembro. De acordo com CMM (2000, p.119): “Trata-se da mais popular e importante festa no concelho de Mafra, que se realiza em 13 das suas freguesias e em outras quatro de

Sintra e Torres Vedras²². Tão grande é o seu significado que ainda hoje é possível encontrar habitantes que ritmam o seu ciclo de vida a partir de uma sobreposição de calendários: o gregoriano e o número de presenças na festa de receção do Círio, que ocorre em cada freguesia de 17 em 17 anos”.

Pensa-se que terá origem num voto pessoal de um habitante do Penedo da Arrifana, em Igreja Nova, que sabendo dos milagres atribuídos a Nossa Senhora da Nazaré, decidiu acompanhar um grupo de peregrinos ao Santuário desta Santa. O sucesso do seu pedido ter-se-á propagado pela região, tendo sido fundada a Confraria da Nossa Senhora da Nazaré da Pederneira da Igreja Nova (CMM, 2000). Ainda de acordo com CMM (2000), a primeira localidade (freguesia à data) a aderir terá sido a de Santo André de Mafra, abandonando a Confraria de Nossa Senhora do Cabo Espichel e respetivo Círio, à qual estava ligada havia 263 anos. Seguiram-se por ordem cronológica Santo Isidoro, Montelavar (concelho de Sintra), Cheleiros, Encarnação, Ericeira, Carvoeira, São Pedro da Cadeira (concelho de Torres Vedras), Alcainça, Terrugem (concelho de Sintra), São João da Lampas (concelho de Sintra), Sobral da Abelheira, Santo Estevão das Galés, Gradil, Azueira e por fim Enxara do Bispo.

Á semelhança do Círio da Nossa Senhora da Nazaré, também este Círio deixou de contemplar a deslocação ao Santuário que lhe deu origem. Com a implantação da República em 1910, a realização de uma peregrinação, de cariz religioso e afinidade monárquica, obrigando ao atravessamento de territórios com forte implantação republicana conduziu à interrupção das deslocações ao Santuário, as quais só foram mais tarde retomadas por algumas localidades (CMM, 2000).

Atualmente, estas festividades ainda se revestem de grande participação popular e envolvimento da comunidade, patente não só nos eventos organizados na localidade que recebe a imagem, mas também na decoração das ruas, casas, colocação de bandeiras e outros adereços pela comunidade.

Uma das formas mais simples e atuais de contactar com a comunidade local e conhecer parte da sua identidade cultural consiste na ida a mercados ou feiras locais. Estes eventos, por serem de periodicidade mais regular, constituem uma oportunidade de

²² Esta referência é anterior à Reorganização Administrativa de 2013

participar e conhecer um pouco dos usos e costumes valorizados pela comunidade. Gandra (2013, p.337), refere-se assim à importância das feiras na região saloia: “as feiras saloias ocupam na vertente profana o lugar dos círios na sagrada, uma vez que, regra geral, se associam a festividades religiosas”.

Não obstante a inexistência de uma distinção clara e consensual no seio de especialistas, entre mercados e feiras, pode-se considerar que, embora ambos se possam realizar no mesmo local, os mercados caracterizam-se por serem eventos de menor amplitude e maior frequência, sendo em ambos os casos o comércio a principal motivação para a sua realização (Gandra, 2013). O mesmo autor refere que a importância dos mercados estará em decadência, ao contrário do que sucede com no caso das feiras, cuja componente religiosa e lúdica sustenta uma atual vitalidade.

O concelho de Mafra caracteriza-se pela existência de várias feiras e mercados, de periodicidade variável e abrangendo várias localidades e freguesias do concelho. Muitas destas feiras e mercados têm raízes ancestrais e ainda se mantêm na atualidade. Outras terão sido extintas ou simplesmente deixaram de ser realizar e nunca mais foram retomadas. É o caso da extinta Feira do Espírito Santo, na freguesia da Azueira, de carácter anual (realizava-se no Domingo de Pentecostes) e onde se transacionavam todos os tipos de gados e as primeiras cerejas, sabendo-se que ainda se realizaria à data de 1866 (Gandra, 2013), ou da Feira Nova ou de Setembro, na freguesia de Mafra, instituída em 1920 para se realizar no 1º Domingo de Setembro, não se sabendo ao certo durante quanto tempo foi realizada (Gandra, 2013).

Testemunhos contemporâneos das dinâmicas comerciais e culturais, são em número elevado as feiras e mercados atualmente existentes no concelho. Os mercados, pela maior frequência de ocorrência, constituem uma oportunidade de envolvimento com a população local, possibilitando o contacto direto com os vendedores, que vêm vender nestes espaços os seus produtos, a maior parte dos quais produzidos localmente, e com habitantes locais (e eventualmente visitantes exógenos no caso de mercados de maior dimensão e popularidade) naquele que será um ambiente onde a identidade cultural do concelho estará mais acessível, patente não só nos modos de vida e na oralidade mas também como reflexo de manifestações de cultura popular.

De entre os mercados que atualmente se realizam no concelho, destaca-se o mercado da Malveira (Figura IV.1) em virtude da grande popularidade que goza na região (CMM,

2000). Este mercado, que popularmente também é conhecido por Feira da Malveira, realiza-se semanalmente à quinta-feira no Campo da Feira (no centro da Malveira), e descende de uma feira anual instaurada nos finais do século XVIII, para transação de gado para abastecimento da capital, o que a levou a ser conhecida por *Feira da Malveira dos Bois* (Gandra, 2013), denominação que ainda hoje é utilizada.

Esta feira, que inicialmente se realizava em Março, rapidamente conquistou grande popularidade, o que presidiu à sua alteração para feira semanal (ou mercado), tendo a feira anual sido extinta em 1945 (CMM, 2000). Com a construção da Linha do Oeste e da Estação da Malveira, localizada no centro da vila, assistiu-se a um maior afluxo de visitantes, oriundos não só da região mas também de outras partes do país (CMM, 2000).

Hoje em dia, o gado é transacionado num espaço à parte, na Feira do Gado (Figura IV.2), localizada no Campo da Ermida (área localmente conhecida por Malveira de Cima), nas madrugadas de quarta para quinta-feira, situação que ocorre desde os anos oitenta do século passado. A Feira da Malveira constitui um espaço singular, onde é possível encontrar diversos produtos produzidos localmente, como sejam produtos hortofrutícolas, pão e doces regionais, queijos e enchidos, ferramentas e utensílios, plantas, flores e árvores de fruto, mas também peixe, animais de criação, roupas, calçado e têxteis, mobiliário e antiguidades, entre outros.

Figura IV.1 - Panorâmica da Feira da Malveira



Fonte: www.cm-mafra.pt

Figura IV.2 - Panorâmica da Feira do Gado (Malveira)



Fonte: www.cm-mafra.pt

É de salientar também a existência de iniciativas mais recentes, com vista a dinamizar aquela que é a vocação rural e tradicional do concelho. Neste âmbito importa referir a realização do Festival do Pão (Figura IV.3) e da Feira de Produtos Tradicionais (Figura IV.4).

Figura IV.3 - Panorâmica do Festival do Pão (Mafra)



Fonte própria

O Festival do Pão consiste num evento organizado pela autarquia, no qual o Pão de Mafra é o tema principal. Com duração aproximada de uma semana, decorre no mês de Julho, no Jardim do Cerco, em Mafra, e caracteriza-se pela existência de uma amostra de Pão de Mafra, fórum do pão, tasquinhas, artesanato e várias iniciativas como a realização de concertos, atuação de ranchos folclóricos, jogos tradicionais e exposição de veículos e alfaias agrícolas.

Recente é a instituição da Feira de Produtos Tradicionais, localizada em frente ao ex-libris do concelho, o Convento de Mafra, que decorre no primeiro fim-de semana de cada mês, entre Maio e Outubro. Destinada a promover os produtos locais, como sejam a doçaria, queijos e enchidos, vinhos, Pão de Mafra e artesanato local, é constituída por comerciantes e artifices locais e prefigura-se uma aposta recente da autarquia na divulgação e promoção da região naqueles que serão os seus principais traços de identidade cultural nos dias de hoje.

Figura IV.4 - Panorâmica da Feira dos Produtos Tradicionais (Mafra)



Fonte: www.cm-mafra.pt

Apêndice V - Questionário

Este questionário realiza-se no âmbito da elaboração de uma dissertação de mestrado em Turismo e Ambiente, subordinada ao tema *A identidade e o património cultural imaterial saloio: contributos para a criação de uma oferta turística sustentável. O caso do concelho de Mafra* e tem por objetivo a avaliação das expectativas e preferências de participação dos artesãos locais em iniciativas turísticas.

1 - Cresceu/viveu a maior parte da sua vida no concelho de Mafra?

- Sim
 Não

2 - Trabalha em algum destes ofícios/artes?

- Albardaria
 Cerâmica/Olaria
 Cestaria
 Latoaria
 Marcenaria/trabalhos em madeira
 Tanoaria
 Tecelagem
 Outro Qual? _____

3 - Atualmente ainda executa ou transmite ou ensina a sua arte?

- Sim
 Não Porquê? _____

4 - Género

- Feminino
 Masculino

5 - Idade: _____

6 - Habilitações literárias

- Sabe ler e escrever
 Ensino básico 1º Ciclo (até à 4ª Classe)
 Ensino básico 2º Ciclo (5º ao 6º ano)
 Ensino básico 3º Ciclo (7º ao 9º ano)
 Ensino Secundário (10º ao 12º ano)
 Curso técnico/profissional
 Ensino superior

7 - Exerce esta atividade:

- A tempo inteiro
 A tempo parcial

Se respondeu a **tempo parcial**, indique a razão:

- Trabalhador por conta de outrem
 Reformado
 Estudante
 Outro Qual? _____

8- Como aprendeu a sua arte:

- Tradição familiar
 Curso de Formação Profissional
 Em contexto de trabalho
 Autodidata
 Outro Qual? _____

9 - Onde trabalha a sua arte/ofício?

- Em casa
 Em oficina própria
 Em estabelecimento comercial
 Outro Qual? _____

10 - Considera que o turismo pode contribuir para a dinamização da sua atividade?

- Sim Porquê? _____

 Não Porquê? _____

 Não sabe/não responde

11- Imagine que o seu contacto/localização do estabelecimento/oficina é disponibilizado em guias turísticos ou outros suportes de informação turística. Estaria disponível para ser visitado por turistas?

- Sim De que forma? Espontânea/ autónoma
 Em pequenos grupos
 Através de um guia ou técnico de uma entidade promotora
 Apenas mediante a minha disponibilidade
 Desde que falem português
 Não sabe/não responde
- Não Porquê? _____

 Não sabe/não responde

12 - De entre os produtos que cria, indique os que considera serem os mais representativos da identidade saloia do concelho de Mafra (indique no máximo 3 produtos)?

- 1 _____
2 _____
3 _____

13 - Produz outros produtos não relacionados com a identidade saloia?

- Sim Quais? _____

 Não

14 - Imagine que é criado um evento turístico denominado por "Dia do Saloio" durante o qual se iria fomentar a divulgação da cultura saloia através da apresentação das principais tradições e ofícios do concelho de Mafra. Teria interesse em participar nesse evento e de que forma? (Classifique as opções por ordem de preferência, em que 1 é a opção que mais lhe agrada e 3 a que menos lhe agrada)

- Workshops organizados por uma entidade promotora
 Participação numa feira sobre a temática "Cultura e identidade Saloia"
 Contacto direto com os turistas (na oficina/estabelecimento próprio)
 Não estou disponível para participar em nenhuma das opções apresentadas
Qual a razão? _____
 Não sabe/não responde

15- Qual seria o valor monetário a partir do qual considera interessante a participação em workshops/visitação por parte dos turistas? (Considere um valor por cada visita)

- Não sabe/não responde
 Participaria mesmo que não recebesse nenhum valor monetário
 Até 5€
 5€ a 10€
 10€ a 20€
 20€ a 50€
 Mais de 50€

Apêndice VI - Guião das entrevistas semiestruturadas

A entrevista realiza-se no âmbito da elaboração de uma dissertação de mestrado em Turismo e Ambiente, subordinada ao tema *A identidade e o património cultural imaterial saloio: contributos para a criação de uma oferta turística sustentável. O caso do concelho de Mafra* e tem por objetivo a avaliação da participação e envolvimento da comunidade e artesãos locais em iniciativas turísticas.

De que forma é que as iniciativas turísticas desenvolvidas no concelho envolvem a comunidade local/artesãos?

Que estratégias estão a ser desenvolvidas para encorajar e assegurar que o envolvimento com a comunidade local/artesãos acontece?

Existem estruturas de governação relevantes que envolvam a participação da comunidade local/artesãos?

Que aspetos dessa participação são enfatizadas pelo município?

Quais são os resultados percebidos decorrentes do envolvimento da comunidade local/artesãos?

De que forma a comunidade local/artesãos interage, participa e influência a tomada de decisão final?

Que estratégias são sugeridas para no futuro reforçar a participação da comunidade local/artesãos na tomada de decisões?

Apêndice VII - Tabelas

Expectativas monetárias por contributo do turismo para a dinamização da atividade

	NS/NR	Gratuito	Até 5€	De 5€ a 10€	De 10€ a 20€	De 20€ a 50€	Mais de 50€	%
Promoção/Divulgação	13,0	26,1	4,3	4,3	17,4	30,4	4,3	100,0
Fonte de Receita	30,0	10,0	30,0	0,0	10,0	20,0	0,0	100,0
Valorização da atividade	25,0	12,5	0,0	0,0	12,5	37,5	12,5	100,0
Intercâmbio cultural	16,7	33,3	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	100,0

Expectativas monetárias por tipologia de arte/ofício

	NS/NR	Gratuito	Até 5€	De 5€ a 10€	De 10€ a 20€	De 20€ a 50€	Mais de 50€	%
Cerâmica/Olaria	14,3	7,1	14,3	0,0	21,4	35,7	7,1	100,0
Marcenaria/Trabalhos em Madeira	14,3	71,4	0,0	0,0	14,3	0,0	0,0	100,0
Artes não tradicionais	22,2	11,1	11,1	11,1	11,1	33,3	0,0	100,0

Apêndice VIII - Gráficos

Número de Artesãos apurados por critérios de seleção

